



ACADEMIA MILITAR

Componente Formativa de Combate em Áreas Urbanas de um Oficial de Infantaria

Autor: Aspirante Oficial Aluno de Infantaria Francisco Duarte dos Santos de Sá

Orientador: Major de Infantaria Ricardo Jorge Parcelas Araújo e Silva

Coorientador: Major de Artilharia Tânia Mora Ferreira

**Mestrado Integrado em Ciências Militares, na Especialidade de Infantaria
Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada**

Lisboa, junho de 2022



ACADEMIA MILITAR

Componente Formativa de Combate em Áreas Urbanas de um Oficial de Infantaria

Autor: Aspirante Oficial Aluno de Infantaria Francisco Duarte dos Santos de Sá

Orientador: Major de Infantaria Ricardo Jorge Parcelas Araújo e Silva

Coorientador: Major de Artilharia Tânia Mora Ferreira

**Mestrado Integrado em Ciências Militares, na Especialidade de Infantaria
Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada**

Lisboa, junho de 2022

EPÍGRAFE

“O período de maior ganho de conhecimento
e experiência é o período mais difícil da vida.”

Dalai Lama

DEDICATÓRIA

Aos meus pais, ao meu irmão,
À minha namorada e amigos,
por todo o apoio nesta jornada.

AGRADECIMENTOS

O presente Trabalho de Investigação Aplicada é o culminar de um extenso caminho percorrido ao longo destes cinco anos, desde que decidi integrar na Academia Militar, abraçar a carreira de militar do Exército Português e de escolher a arma de infantaria. Com o objetivo de agradecer a todas as pessoas que estiveram incluídas e que contribuíram para a realização deste trabalho tão desafiante, deixo as minhas sinceras referências.

Ao meu orientador, Major de Infantaria Ricardo Jorge Parcelas Araújo e Silva que mesmo no desempenho de funções em missão no Mali ofereceu a sua disponibilidade, apoio e orientação naquilo que necessitava.

À minha coorientadora, Major de Artilharia Tânia Mora Ferreira, que também no desempenho de funções em missão na RCA conseguiu mostrar disponibilidade e rigor nas inúmeras correções feitas e concelhos dados.

Ao Diretor de Curso de Infantaria, Major de Infantaria João Polho pelo aconselhamento na fase inicial através de uma entrevista exploratória, bem como no decorrer no trabalho tendo sido disponível para os meus problemas relativos ao próprio tema, incansável na difusão do questionário e prestável como entrevistado.

Aos restantes entrevistados, pela disponibilidade em prol do meu trabalho, nas entrevistas, que foram todas por videoconferência ou presenciais, que com as suas responsabilidades conseguiram conciliar e despende de tempo para me responder às questões e esclarecer dúvidas sobre o trabalho. E também aos oficiais de infantaria que responderam ao questionário, tendo sido este um aspeto vital para a minha investigação.

Aos meus camaradas do Curso General Raúl Augusto Esteves, que não contribuíram diretamente para a redação deste trabalho, mas marcaram o meu percurso ao longo destes anos, com especial importância para o curso de Exército Armas que durante os primeiros 3 anos foram essenciais e sempre me auxiliaram no percurso durante a Academia Militar. Por fim, destaco um agradecimento ao meu curso infantaria por toda a camaradagem, amizade e força para o sucesso coletivo e pessoal principalmente neste último ano.

Aos meus pais e irmão, que nunca duvidaram de mim e foram um apoio enorme em todas as fases pelas quais eu passei ao longo destes anos, sem eles não estaria onde estou

hoje. E à minha namorada que foi um pilar e um apoio gigante durante este percurso, tendo de lidar com este meu modo de vida difícil.

A todos vós,
Um muito obrigado!
Francisco Sá

RESUMO

O aumento da população e das áreas urbanas, associado à complexidade do combate neste contexto, exige uma preocupação cada vez mais forte, pois na realidade dos teatros de operações em que Portugal está inserido o ambiente urbano está cada vez mais presente. Interligado a este fator, está a importância da formação dos militares, especialmente dos oficiais de infantaria, que neste tipo de combate têm um papel fulcral na condução e comando das operações.

Assim, a presente investigação, tem como objetivo compreender se a formação dos oficiais de infantaria atinge o efeito desejado no desempenho, destes oficiais, nas unidades. Para isso, foi aferida, através da análise dos planos de estudos, a qualidade da formação de combate em áreas urbanas, durante os cinco anos do curso de Infantaria, na Academia Militar e Tirocínio para Oficial de Infantaria, na Escola das Armas. Como também foi analisado o desempenho, destes oficiais, nas unidades e as principais dificuldades que estes sentiram em contexto operacional.

Para isso, foi adotada uma metodologia que segue o método dedutivo, na medida em que foram obtidas conclusões partindo do geral para o particular. A estratégia de abordagem utilizada nesta investigação foi a mista, especificamente, o método *convergent parallel mixed methods*, que permite uma convergência dos dados quantitativos, fruto de inquéritos por questionário, com os qualitativos, através de entrevistas semiestruturadas.

Os resultados obtidos indicam que a formação de combate em áreas urbanas na Academia Militar carece de melhorias, pois é necessária existir uma continuidade entre a formação ministrada durante os quatro anos letivos e o Tirocínio. Além disso, conclui-se a necessidade de priorizar este tipo de combate, bem como o investimento em infraestruturas, equipamento que assemelhem a formação às condições reais em teatros de operações. Em suma, a formação de combate em áreas urbanas durante o curso de oficial de infantaria, segundo os resultados, não está a obter o efeito desejado no desempenho nas unidades.

Palavras-Chave: Formação; Combate em Áreas Urbanas; Planos de Estudos; Oficiais de Infantaria; Desempenho nas Unidades;

ABSTRACT

The increase of population and urban areas, associated with the complexity of combat in this environment (urban operations), requires an increasingly strong concern, because in the reality where Portugal have military forces, the urban environment is more and more present. Linked to this, is the significance of military formation, especially infantry officers, who in this type of combat have play a key role on conducting and command operations.

Thus, the present investigation aims to understand if the formation of infantry officers is achieving the intended effects on the performance of the officers at the military headquarters. For this, was appraised through the analysis of the course programme, the quality of the formation, during the period of five years of the Infantry course, in Academia Militar and Tirocínio para Oficial de Infantaria, in Escola das Armas. As well, was appraised the performance at military headquarters and the main difficulties that these officers felt on mission.

To do so, a methodology based on the deductive method was adopted, to obtain conclusions that were drawn from the general to the particular. The approach strategy used in this investigation was the mixed one, specifically, the parallel convergent method, which allows a convergence of the quantitative data, through surveys, with qualitative data, through semi-structured interviews.

The results obtained indicate that urban operations formation in Academia Militar need to be improved, because there is a need for continuity between the formation administered during the four academic years and Tirocínio. Moreover, it is concluded a strong need to prioritize this type of combat and invest in infrastructures, and equipment similar to real conditions in combat operations. In summary, the urban operations formation during the infantry officer course, according to the results, does not have the desired effect on the performance at military headquarters.

Keywords: Formation; Urban operations; Course programme; Infantry Officers; Performance at military headquarters;

ÍNDICE GERAL

EPÍGRAFE.....	i
DEDICATÓRIA	ii
AGRADECIMENTOS	iii
RESUMO.....	v
ABSTRACT	vi
ÍNDICE GERAL.....	vii
ÍNDICE DE FIGURAS	ix
ÍNDICE DE QUADROS	x
ÍNDICE DE TABELAS.....	xi
LISTA DE APÊNDICES E ANEXOS	xii
LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E ACRÓNIMOS	xiii
INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO 1 - REVISÃO DA LITERATURA	4
1.1. Enquadramento histórico	4
1.2. Doutrina, formação e treino – Exército Português.....	5
1.2.1. Conceitos.....	5
1.2.2. Exército Português	6
1.2.3. Formação de Combate em Áreas Urbanas	7
1.2.3.1. Definição de CAU	7
1.2.3.2. Articulação da Formação de CAU.....	8
1.2.3.3. Centro de Excelência de Combate em Áreas Edificadas (CdECAE).....	9
1.3. Formação dos Oficiais de Infantaria	10
1.3.1. Academia Militar.....	12
1.3.1.1. Articulação da Formação de CAU.....	13

1.3.1.2. Infraestruturas de treino.....	15
1.3.2. Escola das Armas	16
1.3.2.1. Articulação da Formação de CAU.....	17
1.3.2.2. Infraestruturas de treino – CdECAE.....	18
1.4. Treino e Formação nas Unidades.....	18
1.4.1. Treino Institucional (Formação).....	19
1.4.2. Treino Operacional.....	21
1.4.2.1. Teatros de Operações.....	22
CAPÍTULO 2 - METODOLOGIA, MÉTODOS E MATERIAIS	24
2.1. Tipo de abordagem	24
2.2. Modelo de análise	25
2.3. Métodos e técnicas de recolha de dados	26
2.4. Procedimentos de amostragem	28
2.5. Técnicas de tratamento e análise de dados	29
CAPÍTULO 3 - APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	30
3.1. Formação da AM	31
3.2. Formação do TPOI.....	35
3.3. Desempenho dos oficiais de Infantaria nas unidades	38
3.4. Contexto operacional	40
CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES	44
BILBIOGRAFIA	50

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 Gráfico Relação Horas-Departamento AM Curso de Infantaria.....	11
Figura 2 Gráfico Relação Horas-Área Curricular TPOI	12
Figura 3 Gráfico Relação Horas – Módulos.....	14
Figura 4 Gráfico Relação Horas-Módulos de Formação Tática	17
Figura 5 Domínios do treino	19
Figura 6 Convergent Parallel Mixed Methods Design	28
Figura 7 Estruturação da Componente Prática.....	32
Figura 8 Qualidade dos instrutores – AM.....	33
Figura 9 Qualidade dos instrutores – TPOI.....	36
Figura 10 Conteúdos da Formação – AM	viii
Figura 11 Documentação (PDE, Fichas de instrução) – AM.....	ix
Figura 12 Estruturação da Componente Teórica.....	ix
Figura 13 Recursos (Infraestruturas) – AM	x
Figura 14 Conteúdos da Formação – TPOI	xi
Figura 15 Estruturação – TPOI	xi
Figura 16 Utilidade de conteúdos – TPOI	xii
Figura 17 Se os 5 anos de formação são suficientes para o desempenho de funções de comando no CAU nas unidades.....	xiv
Figura 18 Avaliação da formação de CAU em Portugal em relação a outros países .	xiv
Figura 19 Nível de preparação em CAU de um Oficial de Infantaria.....	xv
Figura 20 À-vontade no treino de CAU com os subordinados	xv
Figura 21 Aplicação da Formação de CAU recebida à realidade dos TO	xvi
Figura 22 Necessidade de Formação extra para o desempenhar de funções de comando em CAU nos TO	xvi
Figura 23 Vista Aérea “Bairro da Lata”	xxvi
Figura 24 Sala de Planeamento	xxvi
Figura 25 Centro de Simulação de Treino e Tiro	xxvii
Figura 26 Projeto final da “Aldeia de Camões”	xxvii
Figura 27 Projeto AM CTCAU A	xxxix

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 – Resumo pontos fortes e a melhorar da formação de CAU na AM	34
Quadro 2 Resumo pontos fortes e a melhorar da formação de CAU no TPOI	37
Quadro 3 Resumo das justificações para considerar que os 5 anos de formação não são suficientes	39
Quadro 4 Dificuldades em exercícios no estrangeiro e respetivas soluções	41
Quadro 5 Dificuldades nas missões e respetivas soluções	43
Quadro 6 Análise das Entrevistas	xx
Quadro 7 Plano de Estudos Geral TPOI	xxxv
Quadro 8 Plano de Estudos CAU TPOI	xxxviii

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 Módulos Nucleares FGM	13
Tabela 2 Utilidade dos conteúdos - AM.....	x
Tabela 3 Equipamentos e Tecnologia - AM	x
Tabela 4 Motivação e vontade - TPOI.....	xii
Tabela 5 Relacionamento entre formandos - TPOI	xii
Tabela 6 Equipamentos e Tecnologia – TPOI.....	xiii
Tabela 7 Resultados das respostas do desempenho dos oficiais nas unidades	xiii

LISTA DE APÊNDICES E ANEXOS

APÊNDICE A – ENTREVISTA EXPLORATÓRIA.....	ii
APÊNDICE B – INQUÉRITO POR QUESTIONÁRIO	iv
APÊNDICE C – ENTREVISTAS	xvii
ANEXO A – CENTRO DE EXCELÊNCIA DE COMBATE EM ÁREAS EDIFICADAS (CdECAE)	xxvi
ANEXO B – REFERENCIAL DE FORMAÇÃO FGM/CICLO DE ESTUDOS AM	xxviii
ANEXO C – PLANO/CICLO DE ESTUDOS TPOI.....	xxxv

LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E ACRÓNIMOS

A3ES	Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior
AM	Academia Militar
AU	Ambiente Urbano
BFM	Bloco de Formação Militar
CAU	Combate em Áreas Urbanas
CdECAE	Centro de Excelência de Combate em Áreas Edificadas
CFS	Curso de Formação de Sargentos
CICAU	Curso de Instrutor de Combate em Áreas Urbanas
CTCAU	Centro de Treino de Combate em Áreas Urbanas
EA	Escola das Armas
ECOSF	Elementos da Componente Operacional do Sistema de Forças
EMFAR	Estatuto dos Militares das Forças Armadas
EP	Exército Português
EPI	Escola Prática de Infantaria
FA	Forças Armadas
FGM	Formação Geral Militar
LA	Lições Aprendidas
LI	Lições Identificadas
MOUT	<i>Military Operations in Urbanized Terrain</i>
NATO	<i>North Atlantic Treaty Organization</i>
NBQR	Defesa Nuclear, Biológica, Química e Radiológica

NEP	Normas de Execução Permanente
OE	Objetivo Específico
OFC	Oficial Formador Coordenador
OG	Objetivo Geral
Patr	Patrulhas
PD	Pergunta Derivada
PDE	Publicação Doutrinária do Exército
PelAt	Pelotão de Atiradores
PP	Pergunta de Partida
PPA	Preservação e Proteção Ambiental
STX	<i>Simulated Training Exercise</i>
TCS	Técnica de Combate de Secção
TIC	Técnica Individual de Combate
TO	Teatro de Operações
TPO	Tirocínio para Oficial
TPOAP	Técnica e Procedimentos de Operações de Apoio à Paz no âmbito das Operações de Resposta a Crise
TPOI	Tirocínio para Oficial de Infantaria
TTP	Técnicas Táticas e Procedimentos
UEE	Unidade Escalão Esquadra
UEP	Unidade Escalão Pelotão
UES	Unidade Escalão Secção
UO	<i>Urban Operations</i>
VM	Viagens e missões

INTRODUÇÃO

O presente Trabalho de Investigação Aplicada (TIA), subordinado ao tema “Componente Formativa de Combate em Áreas Urbanas de um Oficial de Infantaria”, insere-se no ciclo de estudos do Mestrado Integrado em Ciências Militares, na Especialidade de Infantaria. Foi elaborado durante o período referente ao quinto e último ano do ciclo de estudos durante o Tirocínio para Oficiais (TPO), com o intuito da obtenção do grau académico de mestre.

Esta investigação, tem como objetivo aferir a perspetiva dos oficiais de infantaria quanto à qualidade da formação em combate em áreas urbanas (CAU), durante os 5 anos do curso de Infantaria, na Academia Militar (AM) e Tirocínio para Oficial de Infantaria (TPOI), na Escola das Armas (EA). Pretende-se, ainda, compreender se esta formação está a obter o efeito desejado no desempenho dos Oficiais de Infantaria nas unidades, com o intuito de fornecer *inputs*, para a melhoria da qualidade da formação.

Ao longo dos últimos séculos tem-se assistido a um aumento populacional significativo. As áreas urbanas têm-se desenvolvido rapidamente e a população mundial tem se concentrado cada vez mais neste tipo de cenário (Escola das Armas, 2020). Por inerência a este facto, no contexto militar, “os combates têm evoluído de áreas rurais para áreas urbanas” (Escola das Armas, 2020), fazendo surgir assim um ambiente mais propício à atividade inimiga, devido ao facto de proporcionar bons cobertos e abrigos, e Portugal, em termos operacionais e da segurança coletiva, não é exceção à regra. Desse modo, na realidade atual dos Teatro de Operações (TO) que Portugal participa, a componente de CAU está cada vez mais presente no tipo de operações realizadas, isto porque cada vez mais, grande parte dos TO são caracterizados por um elevado número de áreas urbanas (Exército Português, 2011). Associado a este contexto, o ambiente urbano (AU) é difícil e perigoso, as ações realizam-se num curto espaço, onde a proximidade ao inimigo é superior a qualquer outro tipo de operações, pois pode ocorrer em edifícios de todo o tipo e dimensões (Exército Português, 2011).

O Exército Português (EP) como instituição promotora da defesa e proteção militar da República, do bem-estar população e cooperativa, define como um dos seus objetivos estratégicos a otimização das capacidades militares terrestres, na qual pretende maximizar

as forças e o pessoal treinado, para o melhor desempenho tanto em território nacional, como nos TO em que está empenhado (Exército Português, 2019). Na realização deste objetivo é essencial um contínuo aperfeiçoamento e atualização de todo o processo, estrutura, doutrina e Técnicas Táticas e Procedimentos (TTP) ligadas à formação. Pois, a formação, no contexto organizacional, é essencial, na medida em que é um processo de aquisição de atitudes, comportamentos e conhecimentos que servem como base para o desenvolvimento individual e coletivo de uma organização (Santos L. A., 2013). No contexto militar, a formação ocorre com o mesmo objetivo, indo ao encontro das necessidades operacionais do EP, das quais, se existir uma componente forte e atual de combate em AU, irá aumentar a eficácia tanto na formação como a nível operacional em AU (Asymmetric Warfare Group, 2016).

Segundo Maia (2012) a dupla vertente de qualificação do homem – cumprimento da missão é indissociável, isto é, quanto maior for a qualificação ou competência mais eficaz é o desempenho das suas funções. Neste contexto, significa que quanto melhor for a formação de quem irá exercer funções de comando, instrução e formação a militares, nomeadamente os oficiais e particularizando os oficiais de infantaria, devido ao seu papel essencial no desempenho de funções na condução das operações em CAU, no treino e formação dos militares subordinados, melhor será a eficácia na componente operacional. Por inerência a este aspeto, também a competência dos militares nas unidades que são destacadas para as missões, a qual depende fortemente da qualidade técnico-prática, de TTP, de planeamento, e de outras competências destes oficiais, que são colocados nas unidades e muitas vezes como primeira colocação, o que reforça esta preocupação.

Por forma a potenciar a formação de quem comanda, bem como a formação e treino dos subordinados surge a necessidade do constante e contínuo aperfeiçoamento da formação dos oficiais de infantaria, de modo que, estes possam contribuir da melhor forma para as exigências que o EP está sujeito. Para isso, é preciso perceber indicadores de melhoria da formação relativa aos cinco anos do ciclo de estudos, que no contexto específico do CAU remete para um trabalho sem precedentes, visto que existem trabalhos de investigação acerca da formação geral na AM e outros acerca da temática do CAU, mas não nesta interligação. Assim, efetuou-se uma análise dos planos de estudos relativos aos cinco anos, a fim de compreender as dificuldades e mais-valias para aferir modos de como poder aprimorar a formação dos oficiais de infantaria para um melhor desempenho de funções nas unidades.

A investigação foi delimitada à formação durante os cinco anos de frequência na AM, correspondentes a quatro anos na AM e um no TPOI, na EA, do oficial de infantaria e apenas

de CAU. Salienta-se, que para melhor compreensão da temática foi realizada uma entrevista exploratória com um antigo delegado da *North Atlantic Treaty Organization* (NATO) de CAU e gestor do Centro de Excelência de Combate em Áreas Edificadas (CdECAE).

Após o enquadramento da temática, justificação da pertinência e delimitação da investigação, esta necessita de uma explicação da problemática e nesse sentido foi elaborado o objetivo geral (OG) que se vincula diretamente à significação da investigação (Prodanov & Freitas, 2013), sendo este “**analisar o efeito da formação, no âmbito do CAU, no desempenho dos Oficiais de Infantaria, durante os cinco anos de curso**”. Na sequência do OG, puderam-se designar vários objetivos específicos (OE), nomeadamente:

- OE1: **Analisar a formação dos Oficiais de Infantaria no âmbito do CAU na AM e como a melhorar;**
- OE2: **Analisar a formação dos Oficiais no âmbito do CAU na EA (TPOI) e como a melhorar;**
- OE3: **Aferir o desempenho dos Oficiais de Infantaria nas Unidades, no âmbito do CAU;**
- OE4: **Identificar as principais dificuldades em contexto operacional e possíveis soluções para as combater.**

Em consonância e interligação com o OG foi elaborada também uma pergunta de partida (PP), para que ao longo da investigação auxilie na forma de fio condutor (Quivy & Campenhoudt, 1998). Assim sendo, a presente investigação pretendeu dar resposta à seguinte **PP: A formação de Oficiais de Infantaria durante os cinco anos de curso, no âmbito do CAU, está a obter o efeito desejado no desempenho, destes oficiais?**

Por forma a atingir os objetivos redigidos, a investigação foi dividida numa parte textual e noutra pós-textual. A parte textual é constituída pela Introdução, pelos capítulos: (1) Revisão da Literatura; (2) Metodologia, métodos e materiais; (3) Apresentação, análise e discussão de resultados; e pelas Conclusões e Recomendações a futuras investigações relacionadas com o tema. A parte pós-textual é composta pelos Apêndices e Anexos, essenciais para a total compreensão do processo da investigação e detém informação fulcral.

CAPÍTULO 1 - REVISÃO DA LITERATURA

No presente capítulo, que consiste na síntese e resumo do exame crítico de um conjunto de publicações e conteúdo pertinente, essencial à concetualização da investigação (Fortin, 1999), realizou-se inicialmente um enquadramento histórico acerca do CAU, abordou-se um conjunto de conceitos relevantes e foi feito um enquadramento geral da temática. Após isso, foi examinado o processo de formação dos oficiais de infantaria, culminando com uma abordagem ao treino e formação nas unidades.

1.1. Enquadramento histórico

O CAU já é um tema com elevada importância desde há muito tempo, prova disso é Sun Tsu que na obra Arte da Guerra alerta que “a pior estratégia é atacar cidades. Só se ataca cidades quando não há alternativa”, deste modo pode-se considerar que no mínimo desde o séc IV a.C. já era dada significância ao AU. Existem bastantes exemplos ao longo da história, que apesar de não serem considerados à data como CAU, se observarmos ao pormenor, o são, exemplos como no início da história grega o saque de Troia, as guerras entre estados ou com a Pérsia que se baseavam em conquistar, cercar e assaltar cidades (US Army, 2006). Mais tarde quando os romanos substituíram os gregos como superpotência mundial, os métodos de guerra continuaram a basear-se na conquista, cerco e controlo das principais cidades, de forma tão similar que existem autores que veem a história romana como “*a microcosm of Urban Warfare*” (US Army, 2006, pp. 1-3). O mesmo se repete mais tarde com os cercos a cidades fortificadas na Idade Média.

Em qualquer época da história as cidades sempre foram objetivos com elevada importância, que por um lado, eram muito aliciantes à conquista e por outro lado, consequentemente necessitavam de estar fortemente guarnecidos e fortificados, na medida em que eram o aglomerado das principais trocas comerciais, com acessos às principais estradas, com acesso muitas vezes aos rios e atividades portuárias e representavam o poder e controlo dos estados e impérios (Grau & Kipp, 1999). No entanto, é necessário compreender que o combate nas cidades exigia muitos recursos, muito pessoal, causava um elevado número de baixas e estragos nas infraestruturas nas cidades (Exército Português, 2011).

Avançando um pouco na história, surgiram dois eventos que marcaram o mundo e as políticas de defesa dos estados, estes foram, o fim da Guerra-Fria e o ataque às torres gêmeas em 11 de setembro de 2001, um por ter posto interregno ao combate entre duas forças convencionais e outro por ter dado aso à insurgência como uma nova ameaça, uma ameaça imprevisível, que atua de forma distinta do combate convencional, seguindo outros princípios aos quais as Forças Armadas (FA) não estavam habituadas. Isto resultou na alteração forçada das suas estruturas e missões (Exército Português, 2011). Esta evolução da ameaça que utiliza as áreas urbanas como alvos de ataque ou, no sentido inverso, como local de refúgio, veio criar missões ambíguas, em que os limites que separam a paz da guerra são ténues, missões como, de apoio à paz, humanitárias e de proteção aos civis em que o surgimento necessário das *Rules of Engagement* veio restringir ainda mais a sua liberdade de ação (Grau & Kipp, 1999).

Outro aspeto essencial é a evolução da urbanização e a massificação da população nas cidades “onde vive cerca de 80 % da população mundial” (Exército Português, 2011, p. 2), onde por inerência será “o palco privilegiado para o desenvolvimento da nova conflitualidade com inovadoras formas e tipologias de violência e confrontação bélica (Exército Português, 2011, p. 2).

1.2. Doutrina, formação e treino – Exército Português

1.2.1. Conceitos

A Doutrina segundo a Publicação Doutrinária do Exército (PDE) 3-00 Operações (Exército Português, 2012, p. 161) é o “conjunto de princípios e regras que visam orientar as ações das forças e elementos militares, no cumprimento da missão operacional do EP na prossecução dos objetivos nacionais”. Esta é autoritária, pois os militares devem reger-se por ela, e por este mesmo motivo exige uma constante revisão e permanente avaliação, de forma a torná-la o mais atual possível (utilização das LA), tendo sempre a consciência de como está a ser cumprida (Sousa, 2007).

A formação militar segundo o Decreto-Lei n.º 236/99 que aprova o Estatuto dos Militares das Forças Armadas (EMFAR) art. 73.º (1999, p. 3805) “envolve ações de investimento, de evolução e de ajustamento e materializa-se através de cursos, tirocínios, estágios, instrução e treino operacional e técnico, consoante a categoria, posto, classe, arma,

serviço ou especialidade a que o militar pertence”, podendo ser dividida ainda em formação inicial, que corresponde essencialmente à integração no contexto militar e focado principalmente na componente comportamental, e em formação contínua, que corresponde a um processo de crescimento contínuo de carreira de um militar do qual fazem parte todos os cursos e estágios necessários para o desempenhar de funções ou como forma de aumento de conhecimento (Santos L. A., 2013). Este conceito é importantíssimo, pois é essencial entender que tal como a formação é diferenciada consoante todos os fatores anteriormente referidos, apenas é possível exigir as competências e conhecimento de acordo com o nível de formação do militar.

O treino militar baseia-se na instrução e exercícios aplicados para adquirir certas capacidades, aptidões e conhecimento para cumprir as tarefas atribuídas, e pode ser dividido em treino individual, que consiste no treino específico para desenvolver o potencial individual e treino coletivo, que se materializa no treino que integra todas as competências individuais numa equipa coesa e eficaz, tornando o todo maior que a soma das partes (Greer, 2018). Segundo o art 77.º do Decreto-Lei n.º 236/99 (1999, p. 3806) “o treino operacional e técnico é um conjunto de atividades do militar, integrado ou não em forças, que se destina a manter, complementar e aperfeiçoar os seus conhecimentos práticos em condições tão próximas quanto possível das do tempo de guerra”.

1.2.2. Exército Português

O EP como constituinte das FA de Portugal tem como uma das principais missões “assegurar a geração, preparação e sustentação de forças e meios da componente terrestre do Sistema de Forças” (Exército Português, 2019, p. 8). Tem ainda como objetivo estratégico “otimizar as Capacidades Militares Terrestres” (Exército Português, 2019, p. 32), através da “consolidação da sincronia das ações de formação, de instrução, de treino, de qualificação e requalificação de pessoal” (Exército Português, 2019, p. 32). Isto demonstra que a formação de qualidade é e continuará a ser uma das principais preocupações para que se tenha “um Exército pronto para a defesa militar da República e contribuinte ATIVO para a segurança cooperativa, para a proteção e bem-estar das populações e para a salvaguarda do património nacional” (Exército Português, 2019, p. 10).

O EP detém várias armas e serviços, das quais se pretende realçar a Arma de Infantaria que é uma das 5 armas, e é caracterizada pela capacidade para atuar em qualquer

tipo de condições de terreno e meteorológicas, como também para atuar em todo o tipo de situações, como de paz, crise, conflito ou guerra (Academia Militar, 2022). É uma tropa que se desloca a pé ou montada em viaturas de rodas ou lagartas, pode também ser aerotransportada e lançada para o terreno, característica das Forças Especiais Paraquedistas, que juntamente com os Comandos e Operações Especiais pertencem à Arma de Infantaria (Academia Militar, 2022). Neste contexto, é a arma fundamental, pois “o grande peso do combate em áreas edificadas é da Infantaria e essencialmente aos níveis Secção e Pelotão” (Exército Português, 2011, p. 16), na medida em que é necessária a limpeza dos edifícios, dos compartimentos e do combate próximo, na iminência do corpo a corpo, caracterizada pela predominância do combate a pé, característico da infantaria.

1.2.3. Formação de Combate em Áreas Urbanas

1.2.3.1. Definição de CAU

O manual doutrinário americano ATP 3-06 *Urban Operations* (US Army, 2017, p. 1) define o CAU ou combate em ambiente urbano ou operações em AU, “*as those operations across the range of military operations planned and conducted on, or against objectives on a topographical complex and its adjacent natural terrain, where man-made construction or the density of population are the dominant features*”, ou seja, é todo o combate planeado e conduzido num meio topograficamente complexo, onde as principais características são as construções artificiais e/ou a densidade populacional. São operações marcadas por grande intensidade e agressividade, caracterizadas por ocorrerem num espaço tridimensional onde mesmo com o desenvolvimento da tecnologia e do armamento obriga ao combate próximo, de edifício em edifício e de compartimento em compartimento (Exército Português, 2011).

De forma a perspetivar toda a complexidade deste meio é benéfico ainda compreender a diferença entre os conceitos de *Military Operations in Urbanized Terrain* (MOUT) e *Urban Operations* (UO), segundo a doutrina americana. O conceito de MOUT explica a antiga forma como era caracterizado o combate urbano, um combate convencional (tipo-Soviético) com a missão de destruir o In nestas condições de terreno acima de qualquer outro fator, não considerando sequer a população (US Army, 2008). Atualmente, aplica-se o conceito de UO, porque caracteriza o combate urbano de forma diferente, pois o inimigo é predominantemente insurgente ou não convencional, a missão é efetivamente destruir o inimigo, mas considerando o fator tão importante que é a população. Estas operações são

conduzidas também com o objetivo de ganhar a “aprovação”, ou simplesmente defender a população, pois são um elemento-chave que pode comprometer ou auxiliar de forma significativa a missão (US Army, 2008).

1.2.3.2. Articulação da Formação de CAU

Como já referido, o EP de acordo com o seu objetivo estratégico de “Otimizar as Capacidades Militares Terrestres” (Exército Português, 2019, p. 32), pretende capacitar os seus militares em todas as vertentes, nas quais está presente o CAU, como um módulo importante à formação. É delegada desta forma a formação em CAU aos polos e unidades de formação, como também às unidades operacionais, que realizam estas atividades e treinam os militares. Além da formação dada em território nacional, são ministrados cursos de CAU no estrangeiro por militares portugueses, como por exemplo no âmbito da missão de Cooperação Técnico-militar em Timor-Leste, onde foram treinados e certificados militares timorenses com o Curso Elementar de Combate em Áreas Edificadas (Exército Português, 2018) e no âmbito da *European Union Training Mission – Somalia*, onde foram projetadas equipas portuguesas para dar o “Módulo de Formação em Áreas Edificadas”, com o objetivo de ministrar TTP relacionadas com o CAU (Bernardino, 2014).

A parte prática desta componente traz consigo algumas condicionantes que dificultam o treino, pois em relação ao combate convencional que ocorre em ambiente natural, este necessita de infraestruturas que poderão ser artificiais, construídas para este propósito ou aproveitadas infraestruturas já existentes, mas que de qualquer uma das formas exigem gastos financeiros às Unidades e atualmente os orçamentos que lhes são dados não facilitam esses tipos de investimentos. Para combater este fator o EP optou por centralizar a formação de CAU de excelência, bem como realizar a certificação de forças, com destino a missões no quadro das Forças Nacionais Destacadas, da NATO "*Response Force*" e do "*European Union Battlegroup*", em apenas um local, nomeadamente no CdECAE, na EA (Exército Português, 2021). Neste centro, além dos aprontamentos para as missões, as unidades das três Brigadas podem realizar exercícios de treino nestas infraestruturas (Exército Português, 2022).

1.2.3.3. Centro de Excelência de Combate em Áreas Edificadas (CdECAE)

O EP começou por criar um Centro de Formação e Treino de Combate em Áreas Edificadas (CFTCAE), na antiga Escola Prática de Infantaria (EPI), em Mafra com a missão de ministrar formação em CAU e permitir o treino em AU às FA e Forças de Segurança de Portugal (Rijo, 2019). Mais tarde, resultado da diretiva nº29/2010 do Chefe do Estado Maior do Exército, iniciou-se o processo para a criação do CdECAE, financiado em sede de Lei de Programação Militar, que apesar de estar calculado o término para 2023, está prevista a sua extensão, com a sua introdução no novo ciclo da Lei de Programação Militar (Rijo, 2019).

Atualmente, no CdECAE é dada formação às FA e Forças de Segurança como já referido, mas também a militares da NATO, da União Europeia e dos Países de Língua Oficial Portuguesa, de modo a proporcionar o desenvolvimento das capacidades físicas e psicológicas num ambiente semelhante ao real (Ramos et al., 2018). É pretendido ainda que o CdECAE seja uma entidade que forneça a formação a militares para que estes deem a formação aprendida nas unidades militares, que apoie o treino das Secções, Pelotões e Companhias de outras unidades que pretendam fazer lá exercícios. Além disso, que conduza investigação do CAU produzindo doutrina, fichas de instrução e por fim que assegure a certificação das Unidades dos Elementos da Componente Operacional do Sistema de Forças (ECOSF) no âmbito das suas capacidades (Rijo, 2019).

Em termos de infraestruturas, o CdCAE era inicialmente composto por um conjunto de 8 edifícios, mais tarde foi construído o complexo do Médio Oriente e um edifício da “Zona industrial” e há cerca de dois anos foi construído o complexo do “Bairro da Lata” (Anexo A). Permite um conjunto de atividades como *slide*, *rappel*, corda rápida, permite o tiro de calibre 5,56mm numa “*killing house*”, permite o treino num edifício com sistema de áudio e câmaras 360° conectadas a uma sala de planeamento e tem uma rede de túneis (Machado, 2012). Por fim, o treino no CdECAE pode ser complementado com a sala de planeamento e operações (Anexo A) que tem ligação com a “Aldeia de Camões” com espaço para reuniões e uma “maqueta” da Aldeia, e com o Centro de Simulação de Treino e Tiro (Anexo A), que é benéfico, mas não substitui o tiro real.

Com o processo de extensão do CdECAE, nomeadamente com o projeto final da “Aldeia de Camões” (Anexo A), o EP além de estar a contribuir diretamente para o cumprimento dos seus objetivos estratégicos como a Otimização das Capacidades Militares

e a Modernização dos Sistemas e Infraestrutura contribui indiretamente para o Fortalecimento das Cooperações Nacionais e Internacionais (Exército Português, 2019). Deste modo o EP ficará dotado de uma panóplia de infraestruturas e sistemas, com um conjunto de características que permitem a formação e treino em condições o mais próximas do atual ambiente operacional, em relação aos diferentes tipos de Teatros Operacionais (TO), em que as Forças Portuguesas estão destacadas (Rijo, 2019).

1.3. Formação dos Oficiais de Infantaria

Os Oficiais de Infantaria dos Quadros Permanentes são formados na AM, uma instituição de Ensino Superior, num formato de Ensino Universitário, com o ciclo de estudos do Mestrado em Ciências Militares, na especialidade de Infantaria atribuindo assim aos seus alunos o grau de mestre (Despacho n.º 12818/2013, 2013). A área científica predominante na estrutura curricular do curso são as Ciências Militares, o curso tem uma duração normal de 10 semestres (5 anos) em que são necessários obter 300 *European Credit Transfer And Accumulation System* para adquirir o grau de Mestre (Despacho n.º 12818/2013, 2013).

Para que este mestrado seja válido é necessário que a Instituição de Ensino Superior submeta o ciclo de estudos à Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior (A3ES), para que esta avalie e decida se o curso preenche os requisitos necessários, desse modo em 2018 a A3ES acreditou o Mestrado em Ciências Militares, na especialidade de Infantaria durante um período de 6 anos (A3ES, 2018).

Relativamente ao ciclo de estudos (Despacho n.º 12818/2013, 2013), nos primeiros 4 anos estão integradas várias áreas científicas que correspondem a 5 departamentos, nomeadamente o departamento das Ciências Militares, o departamento das Ciências Exatas e Engenharias, o departamento de Cibersegurança e Ciberdefesa, o departamento de Administração e Liderança e o departamento de Inglês. Além destes 5 departamentos, existe também o departamento da Formação Militar que é dividido na Secção de Formação Geral Militar (FGM) e na Secção de Educação Física e Desportos. Na Figura 1 estão distribuídos os primeiros 5 departamentos e o Departamento de Formação Militar dividido, devido ao elevado número de horas de cada secção que o compõe, de acordo com o número de horas dedicadas a cada, num total de 3720 horas.

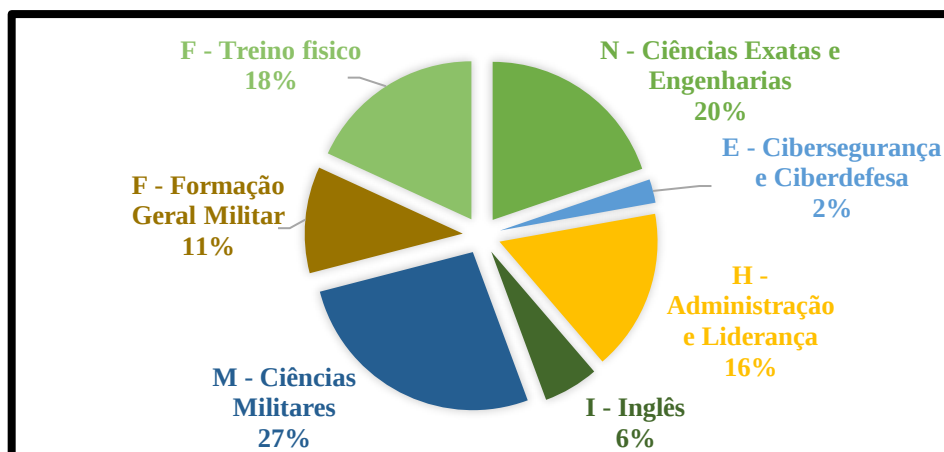


Figura 1 Gráfico Relação Horas-Departamento AM Curso de Infantaria

Fonte: Autoria própria com base no Plano de Estudos do Mestrado em Ciências Militares, nas Especialidade de Infantaria (Despacho n.º 12818/2013, 2013)

Pode-se então observar (Figura 1) que cerca de 38% das horas são empregues no âmbito académico diretamente militar, nos outros departamentos também são abordadas matérias com valor para a formação de um oficial, mas noutras vertentes, de uma forma indireta. Relativamente aos 11% da Formação Geral Militar é de salientar que não estão incluídas o número de horas relativas aos Bloco de Formação Militar¹ (BFM) e Visitas e Missões (VM).

O último ano do curso, o 5ºano, em que os alunos já não são cadetes-aluno, mas sim recém-promovidos a aspirantes-aluno, realiza-se na EA, em Mafra. Neste último ano só é abordada uma área científica, a área de Ciências e Tecnologias Militares (Infantaria), que está dividida em duas partes, na Formação Geral Militar, Técnica e Tática de Infantaria e numa dissertação (TIA), às quais são atribuídas no ciclo de estudos geral 750 horas a cada.

Com base no plano de estudos do Tirocínio para Oficial de Infantaria exposto no Anexo C, são aferidas no total cerca de 854 horas² que são divididas nas seguintes Áreas Curriculares: Formação Geral Militar, Formação Técnica, Formação Tática e Formação

¹ São exercícios, realizados pela AM, em que é dada primazia à prática, com base nos conhecimentos adquiridos ao longo do ano letivo. São realizados 3 exercícios anuais, com um tempo total de 4 semanas.

² A discrepância para as 750 horas deve-se às 105 horas de instruções Não Presenciais e às 749 horas Presenciais que constam no plano de estudos do TPOI.

Complementar. No Gráfico em que se segue (Figura 2) está descrita a relação das horas dedicadas a cada Área Curricular.

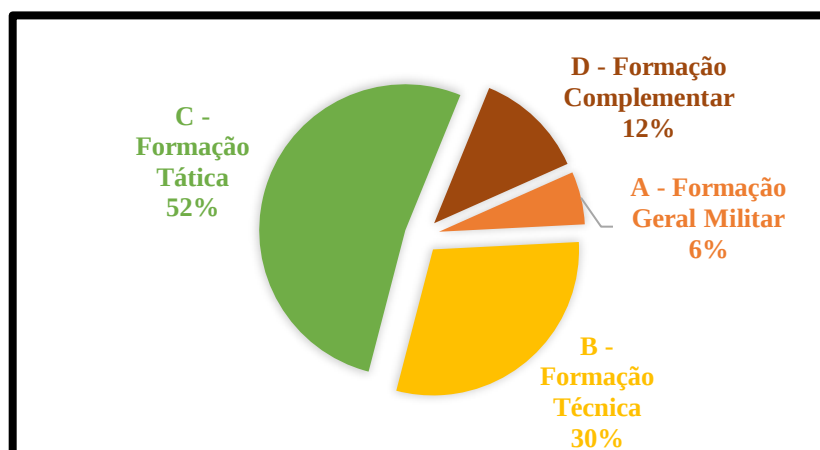


Figura 2 Gráfico Relação Horas-Área Curricular TPOI

Fonte: Autoria própria com base no Plano de Estudos do TPOI (Anexo C)

Como é possível constatar pela Figura 2, exceto a Área Curricular de Formação Complementar que é predominantemente Treino Físico Geral, Treino Físico Militar e atividades de Integração, as restantes áreas são da componente Formativa no âmbito Militar, com maior foco para as Áreas Curriculares de Formação Técnica e Formação Tática que se materializam na prática específica da Infantaria, com uma carga horária de cerca de 72% do total.

1.3.1. Academia Militar

A AM como entidade de formação e instituição de ensino superior público universitário militar de referência nacional e internacional tem um papel ativo naquilo que é a formação de “oficiais destinados aos quadros permanentes do Exército (..), habilitando-os ao exercício das funções que estatutariamente lhes são cometidas, conferindo as competências adequadas ao cumprimento das missões do Exército (...) e promovendo o desenvolvimento individual para o exercício de funções de comando, direção e chefia.” (Academia Militar, 2021, p. 8). A AM é uma instituição multifacetada, com esforços em variadas áreas como a Investigação Científica, a Qualidade de Ensino, a Internacionalização

e a Formação Militar e Comportamental, “procurando obter um equilíbrio adequado entre o ensino (SABER), a formação militar e a educação física (FAZER) e a formação ética e comportamental (SER)” (Academia Militar, 2021, p. 12).

Focando na área da Formação Militar, há que referir que adjacente à Linha de Orientação “Ensino”, assentam diversas tarefas prioritárias que necessitam de ser realizadas todos os anos como: “efetuar a revisão e atualização das fichas de instrução do Departamento de Formação Militar” e “efetuar a revisão e atualização do Manual de Formação Geral Militar” (Academia Militar, 2021, p. 27), para uma melhor formação dos alunos na componente Militar, sendo esta a característica que distingue estes indivíduos do meio civil.

1.3.1.1. Articulação da Formação de CAU

Antes de abordar o CAU tem-se de perceber onde este está inserido. Integra-se na Secção de FGM que está ligada intrinsecamente à parte prática e teórica da formação militar que em termos de formação, está dividida em 3 componentes, a componente teórica, prática e não presencial ministrada no Aquartelamento da Amadora, no seio da AM, a componente prática que se materializa nos BFM e a componente das VM.

A secção de FGM ministra, ao todo, cerca de 29 módulos no âmbito da formação específica do exército durante os 4 anos, nos quais está inserido o CAU. Está organizada em 3 módulos nucleares (Tabela 1), Técnica Individual de Combate (TIC), Técnica de Combate de Secção (TCS) e Patrulhas (Patr), que pela sua tipologia conferem um processo de evolução no conhecimento e na capacidade de comando e controlo dos alunos.

Tabela 1 Módulos Nucleares FGM

	1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano
Ex	TIC	TCS	TCS/ Patr	Patr
GNR		TCS/TTIP	TTIP	OPol

Fonte: (Academia Militar, 2021) (Anexo B)

O percurso formativo em FGM, inicia com a Prova de Aptidão Militar³ na qual são introduzidas as matérias, regras e conduta militar e é realizada a preparação para integração na AM. No 1º ano são ministradas as competências e conhecimentos militares individuais e a integração numa Unidade Escalão Esquadra (UEE). No 2º ano são abordados os conhecimentos dos procedimentos em Unidade Escalão Secção (UES). No 3º ano é realizada a transição dos procedimentos em UES para Unidade Escalão Pelotão (UEP) e a introdução às operações de Patr. No 4º ano são desenvolvidos os conhecimentos dos procedimentos em Patr como também de ministrar instrução em contexto militar (Academia Militar, 2021).

No Gráfico da Figura 3 (Anexo B) é possível observar a distribuição das horas (teóricas e práticas) pelos módulos da unidade curricular de FGM, dos quais 5 módulos não estão previstas horas no período normal das instruções, pois fazem parte da formação complementar ministrada em outras unidades militares em território nacional, em períodos de VM. Não foram contabilizadas horas de avaliações, horas que estão à disposição do comando, de reforço de formação, pelo efeito de servirem para complemento e/ou esclarecimento de dúvidas de qualquer módulo. Sem estas três componentes fica-se com um total de 384 horas de instrução, sem contar com o período dos BFM e VM.

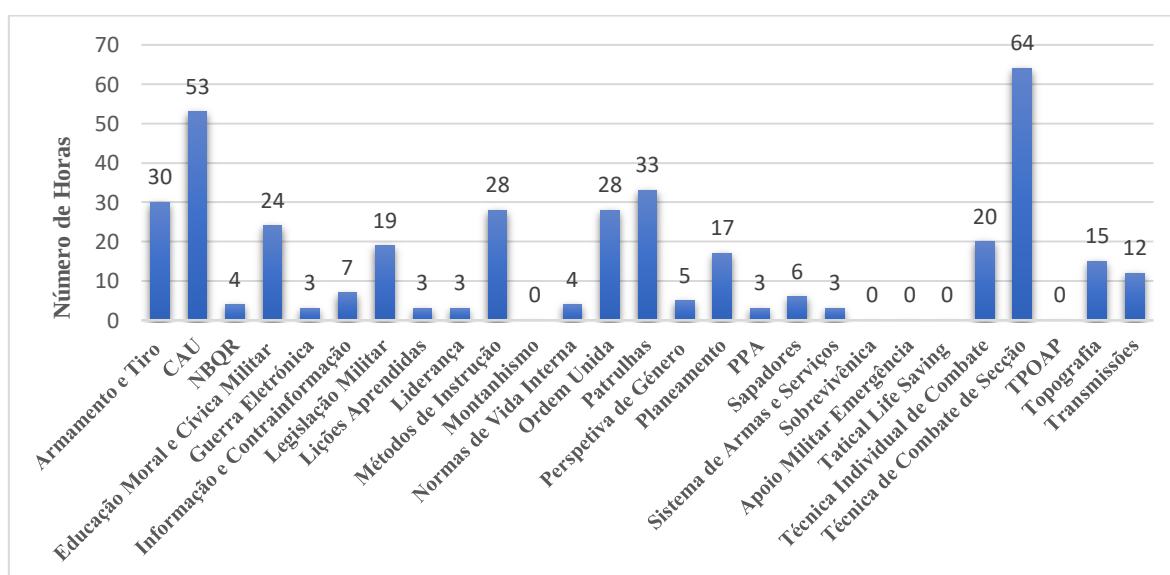


Figura 3 Gráfico Relação Horas – Módulos

Fonte: Autoria Própria com base no Referencial de Formação de FGM (Anexo B)

³ Uma das provas de ingresso, na qual é exigido o resultado de apto para o sucesso da aprovação da candidatura.

É possível constar com base no Gráfico da Figura 3, que o módulo de CAU, apesar de não ser um dos módulos nucleares, é o 2º módulo com mais horas dedicadas e representa cerca de 13,8% do total, isto porque, ao contrário dos módulos nucleares que são abordados em anos específicos, a formação de CAU é ministrada em todos os anos, com maior predominância no 4º ano. Por outro lado, estes números poderão ser interpretados de forma equivocada, na medida em que certos módulos são bases para outros módulos que surgem em jeito de continuidade, quer isto dizer que as instruções de, por exemplo TCS e Patr, têm como base os conhecimentos de TIC, ou seja, o TIC continua a ser explorado por meio de outros módulos. Da mesma forma que as competências técnico-práticas de CAU podem ser integradas noutras tipologias de operações, como por exemplo nas operações ofensivas ou nas Patr, um golpe de mão poderá ser um assalto a um edifício, como também nas operações defensivas, uma defensiva numa área urbana ou edifício.

No que toca ao CAU na AM, está dividido em 29 módulos/instruções durante os 4 anos com base no plano de estudos ou referencial de formação militar, exposto no Anexo B. No primeiro ano, faz-se a introdução ao CAU e às suas características bem como, associado à técnica individual, são abordados os módulos de técnicas de transporte da arma, camuflagem, progressão individual, entradas em edifícios e limpezas de compartimentos, e também os princípios da referenciação de objetivos, vocabulário e meios de comunicação. No ano seguinte, inicia-se a organização e ações em UES, nos deslocamentos, na limpeza de corredores e escadas, num assalto a um edifício e consequente consolidação e reorganização, e a preparação interna e externa de um edifício para a defesa. No terceiro ano, começa-se a dar uma perspetiva da complexidade do AU, caracterizando a natureza e as condições do CAU, abordando as características das operações ofensivas e defensivas, e por fim a introdução da UEP em ações de assalto a um edifício e na consolidação e reorganização. No último ano, continuam-se as ações de uma UEP em operações subterrâneas, num assalto a um edifício e na consolidação e reorganização, depois com um aumento da dificuldade na limpeza de uma pequena povoação e ações em condições de visibilidade reduzida, finalizando com um STX de planeamento e execução de um assalto a um edifício.

1.3.1.2. Infraestruturas de treino

Como já referido ao longo do trabalho, umas das maiores condicionantes ao treino de qualidade das ações em AU são as infraestruturas, devido aos custos que as mesmas

acarretam. Por este motivo, a AM nos seus aquartelamentos atualmente não tem condições suficientes, o que limita de certa forma a qualidade de instrução que os instrutores ministram. A instrução de CAU fica assim limitada às instruções teóricas, às instruções práticas em que a parte da limpeza de compartimentos é omitida ou ao possível uso de instalações impróprias e não preparadas para a causa.

Em jeito de solução a esta problemática, a AM está a desenvolver um projeto de um conjunto de infraestruturas dentro do Aquartelamento da Amadora, exposto no Anexo D, este é chamado de Centro de Treino de Combate em Áreas Urbanas (CTCAU), que alberga 8 edifícios de formatos diferentes, construídos à base de contentores e com o possível emprego de viaturas obsoletas. Este projeto irá enriquecer bastante a formação no âmbito do CAU que depois se irá refletir na preparação que os alunos têm quando chegam à EA.

É nos BFM então que a vertente prática é abordada com mais qualidade, isto porque o BFM1 é realizado normalmente em Mafra, na EA, e por esse motivo os cadetes-alunos podem usufruir do que o CdECAE tem para oferecer, que como já foi constatado anteriormente é bastante e tende a melhorar. A localização do BFM2 varia, no entanto é geralmente em unidades operacionais que acabam sempre por ter algumas infraestruturas onde realizam treino. Por fim, o BFM3 realiza-se normalmente no Campo Militar de Santa Margarida que devido ao enorme número de infraestruturas da Brigada, existem sempre algumas abandonadas nas quais são permitidos os treinos, mas de baixa qualidade pois não estão orientadas ao treino de CAU.

1.3.2. Escola das Armas

A EA, antiga EPI, sediada em Mafra, foi criada em 2013 com o objetivo de centralizar a formação técnico-pedagógica, e deste modo é uma unidade pilar da formação dada no EP. Esta depende diretamente da Direção de Formação do Exército e “concebe e ministra cursos de formação inicial, progressão na carreira e formação contínua” como também “participa, de acordo com as orientações superiores, na elaboração de doutrina, estudos técnicos e em projetos de investigação e desenvolvimento” (Exército Português, 2022, p. 1). É na EA que é realizada a parte final da formação dos oficiais das armas, nomeadamente de Infantaria, Artilharia, Cavalaria, Engenharia Militar e Transmissões. Especificamente da Arma de Infantaria é nesta unidade que é ministrada o módulo de Formação Geral Militar, Técnica e Tática e o módulo de Liderança e Tática Aplicada aos aspirantes alunos de Infantaria.

1.3.2.1. Articulação da Formação de CAU

Na Área Curricular de Formação Tática (Figura 2), que representa mais de metade do número de horas de instrução total, pode-se ainda dividir nas instruções teóricas e práticas dos 5 módulos específicos dos tipos de Operações de um Pelotão de Atiradores (PelAt), que correspondem a cerca de 156 horas, e nos exercícios de campo dos mesmos módulos que dizem respeito a 289 horas⁴. No entanto, para efeitos de melhor compreensão do número de horas dedicado a cada módulo (Figura 4), de um total de 440 horas estão distribuídas as correspondentes às instruções teóricas e práticas de cada módulo em conjunto com o número de horas dedicadas ao exercício correspondente, que para efeitos do Plano de Estudos se encontram introduzidas no módulo C6 – Operações Militares (Anexo C). Deste modo, na Figura 4 o módulo C6 corresponde apenas ao Exercício Liderança.

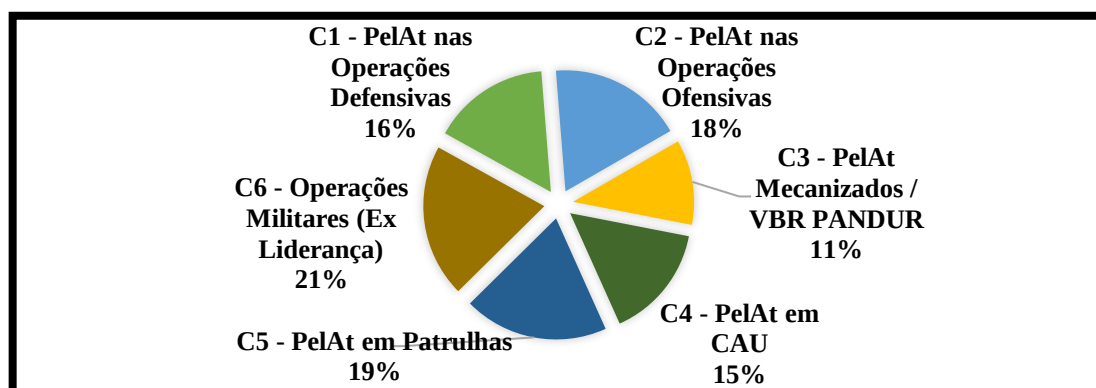


Figura 4 Gráfico Relação Horas-Módulos de Formação Tática

Fonte: Autoria própria com base no Plano de Estudos do TPOI (Anexo C)

Pode-se constatar que o módulo de CAU com 67 horas de instrução corresponde a 15% do número de horas totais do módulo de Formação Tática e que relativamente aos restantes módulos, depois do C4⁵ – PelAt em CAU é o que são dedicadas menos horas.

No que consta especificamente ao módulo C4 – PelAt em CAU, exposto no Anexo C, é composto por 4 instruções, nomeadamente caraterizar as ações de um PelAt em

⁴ Corresponde ao somatório dos 5 exercícios de campo com o Exercício de Liderança.

⁵ Sendo este um módulo de cariz diferente, em que quase metade das horas são de instruções Não Presenciais.

operações de CAU, comandar um PelAt nos deslocamentos em áreas edificadas, na limpeza de um edifício e na limpeza de uma pequena povoação. Além disto é complementado com o exercício de campo em áreas edificadas em que são postos em prática os conhecimentos adquiridos.

1.3.2.2. Infraestruturas de treino – CdECAE

Partindo do princípio que se sabe que a EA tem no seu espaço o CdECAE ou a “Aldeia de Camões”, é lógico que a formação em AU é fortemente suportada por este conjunto de infraestruturas, e por esse motivo permite assim o enriquecer da qualidade da formação dada nesta Escola. Além disso, tendo em conta que os aspirantes alunos trabalham ao nível de Pelotão, o facto de o complexo da “Aldeia de Camões” ser bastante limitado para o treino ao nível de companhia não afeta de modo nenhum a formação (Louro, 2012). As características do Centro de Excelência já foram descritas no subcapítulo 1.2.3.3.

1.4. Treino e Formação nas Unidades

Um Aspirante de Infantaria após a conclusão do curso na AM é promovido ao posto de Alferes, e a este está destinado “o exercício de funções de comando ou chefia de natureza territorial, operacional e de formação, bem como (...) executar as atividades relacionadas com o seu nível de responsabilidade” (Decreto-Lei n.º 90/2015, 2015, p. 71), isto é, o término do curso indica a habilitação do militar para executar funções/cargos como (Xavier, 2008):

- Comandante de PelAt de Infantaria (Ligeira, Mecanizados/Pesados, Morteiros)
- Comandante de Pelotão e Formador de cursos de formação para o ingresso na categoria de praças, sargentos e oficiais;
- 2º Comandante de Companhia;
- Formador nas áreas e especialidades de Infantaria;
- Serviço interno da Unidade.

Uma grande percentagem de funções ou cargos de um recém-chegado Alferes de Infantaria é o contacto com o treino de militares ou formação no âmbito da Infantaria, e em qualquer uma das hipóteses, boas bases em CAU tornam-se uma mais valia para quem está a aprender e a treinar, isto porque, devido à complexidade e constante mudança do campo

de batalha associado às áreas urbanas, a preocupação é maior, logo o tempo dedicado e a qualidade da formação/treino também (Exército Português, 2011).

A doutrina americana, de acordo com a Figura 5, considera que o treino tem três domínios, o Institucional que se refere ao qual em Portugal se designa por formação, associado aos centros de treino e escolas que ministram a formação/treino inicial que compõe o Sistema de Formação (Saramago et al., 2018). O Operacional refere-se às atividades de treino que as unidades operacionais realizam aquando da participação de exercícios, aprontamentos e quando está efetivamente projetada num TO (Saramago et al., 2018). Por fim, o do autodesenvolvimento que corresponde às atividades de enriquecimento individual, que expandem a base de conhecimento (Saramago et al., 2018).

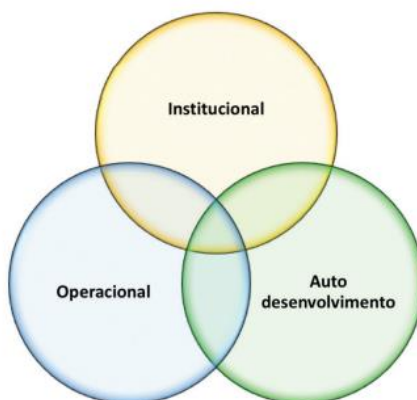


Figura 5 Domínios do treino

Fonte: Us Army (2012)

Associando as funções de um alferes de Infantaria aos domínios do treino, pode-se constatar uma enorme responsabilidade principalmente nos domínios Institucional e Operacional, em que são estes oficiais subalternos que têm as funções de comandar e formar.

1.4.1. Treino Institucional (Formação)

No que diz respeito ao treino Institucional (formação) está introduzido naquilo que é o Sistema de Formação do Exército, o qual ocorre no espaço de tempo até à colocação do militar nas Unidades (Gonçalves, 2022). Na classe de praças existe a passagem por várias

fases, a primeira é a Instrução Básica em que após a incorporação o indivíduo recebe formação inicial durante 7 semanas num Pólo de Formação. Atualmente tem-se 3⁶ nas ilhas, 3⁷ em Portugal continental e 3⁸ respetivos às 3 tropas especiais (Paulo & Martins, 2020). Após o Juramento de Bandeira inicia-se a fase da Instrução Complementar Comum que dura 7 semanas, para depois no fim seguirem uma especialidade com a duração de 5 semanas (Paulo & Martins, 2020). Na classe de sargentos dos quadros permanentes o curso denominado de Curso de Formação de Sargentos (CFS) ou Curso Técnico Superior Profissional tem uma duração de 2 anos e está dividido em 4 componentes, Formação Geral e Científica, Formação Técnica, Formação em Contexto de Trabalho e Formação Complementar (Despacho n.º 5813/2020, 2020). A Classe de Oficiais já foi abordada neste trabalho no subcapítulo 1.3.

Dentro de toda a Formação que é ministrada é na fase da especialidade de infantaria que as praças se começam a ambientar às características e dificuldades do AU, é na parte da formação técnica do CFS de Infantaria que forma o futuro sargento dos quadros a estar apto a “efetuar Combate em Áreas Urbanas (CAU)” (Despacho n.º 5813/2020, 2020, p. 71) e é na área curricular de FGM durante os 4 anos que o futuro oficial dos quadros desenvolve “as competências técnicas desde o nível individual ao coletivo e conhece os princípios e as Técnicas, Táticas e Procedimentos do Combate em AU” (Academia Militar, 2021, p. 24) e durante o último ano que é abordado o comando de um pelotão em CAU (Anexo B).

Em suma, em qualquer um dos três processos formativos das três classes, o treino institucional na vertente da Infantaria é, como já referido, ministrado por oficiais subalternos e capitães de Infantaria coadjuvados por sargentos e praças de infantaria, que dentro de todas as suas competências nas mais variadas áreas, devem estar o mais bem preparados no que diz respeito ao CAU, pois todo este processo é um ciclo, o cadete ou o aspirante aluno que outrora foi mal instruído neste âmbito, quando entrar nos quadros não vai conseguir ministrar os conteúdos da melhor forma, no entanto se este for bem formado, com conhecimento e conteúdos de qualidade, o resultado refletir-se-á nos futuros instruendos.

⁶ Açores – Regimento de Guarnição 1 e 2 (Angra do Heroísmo e Ponta Delgada), Madeira - Regimento de Guarnição Nº3 (Funchal)

⁷ Regimento de Infantaria Nº19 (Chaves), Regimento de Apoio Militar de Emergência (Abrantes), Regimento de Infantaria Nº1 (Beja)

⁸ Centro de Tropas de Operações Especiais (Lamego), Regimento de Paraquedistas (Tancos) e Regimento de Comandos (Carregueira)

1.4.2. Treino Operacional

O treino operacional é caracterizado na perfeição pela expressão “*train as you fight*” pois tem como finalidade “desenvolver e manter o nível de prontidão e a capacidade operacional das forças através da execução de atividades em condições tão próximas quanto possível das condições reais de emprego pode ocorrer em diferentes circunstâncias” (Romão, 2002, p. 18), com o objetivo de treinar de forma a alcançar os padrões ao nível do combate real (US Army, 1988).

Em Portugal, o treino operacional é um pilar base para que os ECOSF realizem a manutenção dos níveis de prontidão, o que exige um grande esforço por parte dos oficiais, especialmente dos oficiais subalternos que comandam os baixos escalões, devido às dificuldades que o EP tem vindo a sofrer ao nível da manutenção do efetivo, desmotivação dos militares e fundamentalmente ao nível financeiro e material (Saramago et al., 2018).

O treino operacional pode ser aplicado em diversas circunstâncias, como na manutenção do nível de prontidão, no aprontamento para um TO ou no próprio TO, a única variável que se mantém é o treino direcionado às características dos TO. Isto porque o *core business* do EP é efetivamente o elevado empenhamento em missões de natureza de segurança cooperativa e defesa coletiva no âmbito de organizações internacionais como a Organização do Tratado do Atlântico Norte, a Organização das Nações Unidas, a União Europeia, a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, entre outras (Exército Português, 2022).

O aumento da complexidade dos Teatros de Operações (TO) vieram alargar as necessidades de se melhorarem várias componentes no EP, componentes como a doutrina nacional que teve que importar bastantes conceitos da doutrina NATO e de outros países, o treino que teve de ser imposta uma organização de treino, orientada para as FND e para as missões que as mesmas possam desempenhar e as infraestruturas que tiveram de ser reformuladas e construídas, como o CdECAE, de modo a que as condições de treino melhorassem, para uma aumentar a eficácia e desempenho das nossas FND (Sousa, 2018).

Antes de uma força ser destacada para uma missão necessita de atravessar por várias fases de preparação. O aprontamento dos militares que irão participar nas missões internacionais é a parte mais importante e mais longa. Inicia-se com uma fase de treino de nivelamento, que tem como principais objetivos aferir, como o nome indica, o nível técnico

dos militares, corrigir lacunas nas técnicas individuais e perceber as necessidades em termos de treino e materiais (Ramalho, 2009). De seguida, a fase fulcral, o treino orientado para a missão, na qual o desenho deste treino operacional é moldado de acordo com as características da Área de Operações e do ambiente do TO, da tipologia da ameaça, da natureza da missão e de acordo com o tempo disponível (Ramalho, 2009).

Devido ao crescimento das zonas urbanas, consequência do aumento populacional, é cada vez mais frequente que o ambiente nos TO atuais e recentes em que o EP está ou esteve empenhado seja caracterizado por uma forte predominância de áreas urbanas, orientando assim o treino em aprontamento para o CAU de modo que as unidades operacionais sejam capazes de operar nestes ambientes com sucesso (Monteiro, 2020).

1.4.2.1. Teatros de Operações

Existem vários exemplos relativamente aos TO em que Portugal participou e participa, nomeadamente o TO do Kosovo em que esteve bastante envolvido desempenhando missões na KFOR em que, segundo Santos (2016) numa entrevista realizada, o comandante do 1ºBIMec em 2014 que foi destacado descreve que os ambientes eram complexos, voláteis e essencialmente urbanos, com presença forte de uma das maiores condicionantes no CAU que é a presença civil.

No Afeganistão, Portugal esteve empenhado desde 2002 até 2014, fez parte da *International Security Assistance Force*, contribuindo com cerca de 3200 militares dos 3 ramos das FA e desempenhou cerca de 17 capacidades/tipologias de missões diferentes, das quais destaco a *Quick Reaction Force*, o Elemento de Segurança/Proteção da Força e a Unidade de Apoio pela predominância de militares do EP (Costa, 2017). Mais recentemente de 2018 a 2021, esteve inserido na *Resolute Support Mission*, desempenhando a missão de *Quick Reaction Force* no Aeroporto Internacional de Cabul, de modo a fazer face a qualquer tipo de ameaça (Santos C. , 2020). Os pelotões de *Quick Reaction Force* efetuavam turnos de 8h, 24h/7 dias, encontravam-se em local de espera, prontos a responder a qualquer ameaça, devido à pouca atividade era necessário manter a força, através do treino operacional, na sua máxima qualidade (Calado et al., 2020). Para isso, era necessário motivar o treino constante de tarefas críticas de secção, como principalmente o “treino de tarefas de combate em AU, com a integração de movimentos táticos de viaturas e pessoal, o emprego

dos sistemas de armas, culminando numa validação extremamente limitada de treino de tiro” (Calado et al., 2020, p. 39).

O TO da República Centro Africana em que Portugal está atualmente empenhado tem cerca de 168⁹ militares do EP. Estes constituem a 10ª FND que parte para a RCA, integrados na *United Nations Multidimensional Integrated Stabilization Mission*, desempenhando as funções de *Quick Reaction Force* (Exército Português, 2022). No espectro das missões e tarefas atribuídas às forças nacionais estão incluídas ações como a “limpeza de aldeias isoladas, limpeza de áreas urbanas (bairros e ruas) e defesa de pontos sensíveis em áreas urbanas” (Escola das Armas, 2020, p. 23), devido a algumas localizações prováveis de conflito e às respetivas características, em que no contexto urbano as principais cidades representam um modelo urbano tipo segmento em que geralmente os rios limitam ou dividem as áreas urbanas, as áreas residenciais (Bangui principalmente) são constituídas por bairros em faixas paralelas, chamados de “bairros da lata” de construção frágil, paredes com pouca alvenaria, usualmente térreos, com cerca de 2/3 compartimentos (Escola das Armas, 2020). Um exemplo é a 3FND em que é descrito que muitos dos contactos efetuados com a ameaça ocorreram neste tipo de ambiente em regime diurno e até noturno, e desse modo é aconselhado através das lições aprendidas (LA) um treino intensivo em CAU antes e durante a missão (RepLA, 2018).

Em suma, apesar dos TO em que Portugal participou e participa atualmente não serem exclusivamente de CAU e se enquadrarem principalmente em Operações de Apoio à Paz, as características dos ambientes operacionais dos TO e as dificuldades que o AU representa, fazem emergir uma enorme preocupação pelo treino e pela preparação ou nível de prontidão das forças para esta tipologia de operações.

⁹ De um total de 194 militares das FA.

CAPÍTULO 2 - METODOLOGIA, MÉTODOS E MATERIAIS

Com o presente capítulo pretende-se descrever o percurso metodológico e métodos utilizados para alcançar os objetivos da investigação. Desse modo, o método científico caracteriza-se pelo “conjunto de procedimentos intelectuais e técnicos adotados para se atingir o conhecimento” (Gil, Métodos e Técnicas de Pesquisa Social, 2008, p. 8), uma vez que serve como “linha de raciocínio adotada no processo de pesquisa (...) que fornece bases lógicas à investigação” (Prodanov & Freitas, 2013, p. 24), de modo a que se consiga manter certas características como a sistematização e rigor durante todo o processo (Fortin, 1999).

2.1. Tipo de abordagem

Segundo Rosado (2015, p. 77) “as metodologias enformam e aferem os métodos” e os métodos de abordagem “referem-se ao plano geral do trabalho, aos seus fundamentos lógicos e ao processo de raciocínio adotado” (Andrade, 2006, p. 131), deste modo é possível reter três principais métodos de investigação, o método dedutivo, o método indutivo e o método hipotético-dedutivo (Prodanov & Freitas, 2013).

No presente processo metodológico foi implementado o método dedutivo que “baseia-se num raciocínio racional e lógico, que parte do geral para o particular” (Sarmiento, 2013, p. 8), assim, parte de fundamentos verdadeiros em que segundo a lógica torna possível alcançar conclusões e conhecimento verdadeiro (Gil, 2008).

Quanto às estratégias de abordagem, existem as tradicionais, a qualitativa e quantitativa, e a mista/*mixed methods* que reside no intermédio das duas (Robson & McCartan, 2016). A abordagem qualitativa tem em vista a “compreensão de significados, opiniões e comportamentos para alcançar possíveis hipóteses e teorias” (Håkansson, 2013, p. 3). A abordagem quantitativa “requer uso de recursos e técnicas de estatística, procurando traduzir em números os conhecimentos gerados pelo pesquisador” (Prodanov & Freitas, 2013, p. 128). No intermédio destas duas abordagens encontra-se a abordagem mista ou *mixed methods* “que envolve a combinação de abordagens qualitativas e quantitativas que fornece uma mais completa compreensão do problema da investigação” (Creswell, 2014, p. 32) do que se fosse usada apenas uma das abordagens.

A estratégia de abordagem utilizada nesta investigação, é a estratégia mista, que dentro dos seus tipos de métodos, foi usado especificamente o método *convergent parallel mixed methods*, que é a forma na qual há uma “convergência dos dados qualitativos e quantitativos (...) tipicamente coletada aproximadamente ao mesmo tempo e depois integra a informação na interpretação dos resultados gerais” (Creswell, 2014, p. 44). Esta estratégia permite, dentro de outros benefícios, responder a um maior número de questões de investigação do que seria possível apenas com uma das abordagens e produzir uma imagem mais completa e compreensível do tema da investigação (Robson & McCartan, 2016). No que concerne aos dados qualitativos foram realizadas entrevistas qualitativas semiestruturadas e análise documental qualitativa (Creswell, 2014). Relativamente aos dados quantitativos foram enviados questionários a todo o universo (Creswell, 2014).

A investigação do tema iniciou-se com uma revisão da literatura de modo a fazer um inventário de publicações pertinentes relativas ao tema, para auxiliar na delimitação, gerar questões de investigação e distinguir o que é conhecido e o que ainda não é acerca do domínio da investigação (Fortin, 1999). Além disto, foi realizada uma entrevista exploratória ao Diretor de Curso de Infantaria exposta no Apêndice A, que teve como objetivo “desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos” (Gil, Métodos e Técnicas de Pesquisa Social, 2008, p. 27).

2.2. Modelo de análise

De forma a traçar o caminho da investigação foi seguido o percurso das Etapas no Procedimento Científico, defendido por Quivy & Campenhoudt (1998, pp. 26-27). Na primeira etapa é necessário que seja elaborada uma PP, inicialmente de forma provisória, como fio condutor, pois ao longo do caminho a perspetiva vai mudando (Quivy & Campenhoudt, 1998). Como tal, a presente investigação pretendeu dar resposta à seguinte **PP: A formação de Oficiais de Infantaria durante os cinco anos de curso, no âmbito do CAU, está a obter o efeito desejado no desempenho, destes oficiais?** A criação de objetivos de investigação em inter-relação com as perguntas da investigação auxiliou a indicar o porquê da mesma, e na sua génese “especifica as variáveis-chave, a população-alvo e o contexto do estudo” (Fortin, 1999, p. 100), assim o OG foi o de “**analisar o efeito da formação, no âmbito do CAU, no desempenho dos Oficiais de Infantaria, durante os cinco anos de curso**”, no qual se pode identificar como variável independente a formação

de CAU do oficial de Infantaria nos 5 anos e variável independente o desempenho destes oficiais nas unidades.

Depois de formulada a PP são originadas as Perguntas Derivadas (PD), que “têm um âmbito mais restrito que a Pergunta de Partida, ajudando a circunscrever (...) aquilo que são os setores respetivos onde o investigador incidirá o seu esforço” (Rosado, 2015, p. 79), assim sendo foram elaboradas as seguintes PD:

- **PD1: A formação dos Oficiais de Infantaria no âmbito do CAU na AM está como pretendido? Em que aspetos pode ser melhorada?**
- **PD2: A formação dos Oficiais no âmbito do CAU na EA (TPOI) está como pretendido? Em que aspetos pode ser melhorada?**
- **PD3: Como é o desempenho dos Oficiais de Infantaria nas unidades, no âmbito do CAU?**
- **PD4: Quais são as principais dificuldades em contexto operacional, no âmbito do CAU? De que forma podem ser combatidas?**

Da mesma forma que a PP e o OG estão relacionados, o mesmo ocorre com as PD e os OE (OE1: **Analisar a formação dos Oficiais de Infantaria no âmbito do CAU na AM e como a melhorar**; OE2: **Analisar a formação dos Oficiais no âmbito do CAU na EA (TPOI) e como a melhorar**; OE3: **Aferir o desempenho dos Oficiais de Infantaria nas Unidades, no âmbito do CAU**; OE4: **Identificar as principais dificuldades em contexto operacional, no âmbito do CAU e possíveis soluções para as combater**).

2.3. Métodos e técnicas de recolha de dados

Na vertente da abordagem qualitativa as técnicas de recolha de dados mais comuns são documentos qualitativos, a observação, entrevistas e materiais audiovisuais (Creswell, 2014). No que concerne à vertente quantitativa a técnica de recolha de dados mais comum é o inquérito por questionário (Batista et al., 2021).

Partindo da análise documental recorreu-se a fontes primárias e secundárias, as primárias que são documentos criados no período de investigação dos temas, são “originais” e as secundárias que são quaisquer interpretações as fontes primárias (Lapan, 2012). No que toca às fontes primárias da investigação, estas foram decretos, despachos, legislação, projetos bem como os planos de estudos fornecidos internamente tanto da AM como da EA.

As fontes secundárias foram *e-books*, livros, artigos científicos, revistas online, Trabalhos de Investigação Aplicada, Teses e outros trabalhos académicos. Ambas foram pesquisadas em bases de dados como o *Google Scholar*, RCAAP, entre outras e através da pesquisa no motor de busca *Google*, que para efeitos de informação de cariz militar (revistas militares principalmente) foi também muito útil, seguindo palavras-chave como “formação militar”, “formação em CAU”, “treino operacional” e “combate em áreas urbanas” ou “edificadas”, em português e em inglês. À exceção de documentos que tiveram de ser pedidos às instituições por intermédio de oficiais, como as LA, os planos de estudos de CAU tanto na AM como na EA (TPOI) e projetos de infraestruturas de CAU.

Foram também essenciais várias ferramentas informáticas para auxiliar a elaboração do trabalho como o *Microsoft Office Word* para a redação do trabalho como para a organização das referências bibliográficas, segundo as normas da *American Psychological Association*, através de ferramentas internas do programa, e segundo o documento das Normas para a Redação de Trabalhos de Investigação da AM. O *Microsoft Excel* para a elaboração de várias tabelas e gráficos e para a organização dos dados, tanto dos planos de estudos como dos resultados dos questionários e entrevistas. Para a recolha de dados qualitativos foi utilizado o software Word para a transcrição das entrevistas. Para a recolha de dados quantitativos foram usados o *Google Forms* e o *Excel* como base de dados.

Sendo a investigação de cariz quantitativo e qualitativo, foi realizado numa primeira instância o inquérito por questionário (Apêndice B) adaptado, na primeira parte, de um modelo do Centro Nacional de Formação de Formadores (2004) e na segunda parte do Regulamento da Avaliação do Mérito dos Militares das Forças Armadas (Portaria n.º 301/2016, 2016) e dos Planos de Estudos de FGM (AM) (Anexo B) e TPOI (EA) (Anexo C) em vigor. O questionário foi distribuído 2 vezes pelas Relações-Públicas do EP pelas unidades do país, é de autoadministração, com o recurso a questões principalmente fechadas (escolha múltipla, categorização) e algumas de perguntas abertas (Batista et al., 2021). Na vertente qualitativa foram realizadas entrevistas semiestruturadas a vários oficiais com questões em aberto com a intenção de obter as suas opiniões (Creswell, 2014). Os guiões das entrevistas foram diferentes devido às informações importantes associadas às diferentes funções que os entrevistados desempenham, além disso os oficiais deram o seu testemunho presencialmente ou no formato de videoconferência.

Segundo o método de *Convergent Parallel Mixed Methods* (Figura 6), após a recolha e análise dos dados qualitativos e quantitativos, são comparados ou relacionados para no fim, através da interpretação serem criadas conclusões (Creswell, 2014). É de salientar ainda que a quantidade de dados qualitativos irá ser inferior à de dados quantitativos, pois na parte qualitativa o objetivo é colher informação de indivíduos específicos e na parte quantitativa pretende-se uma representatividade dos Oficiais de Infantaria (Creswell, 2014).

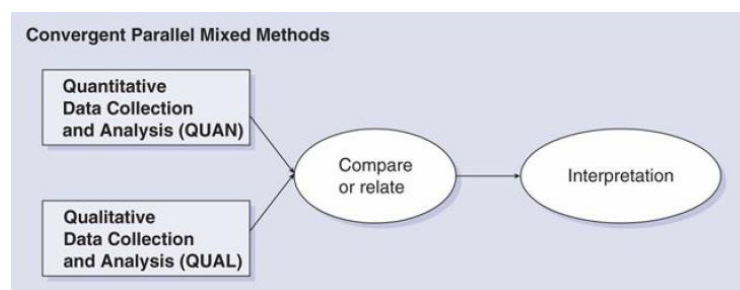


Figura 6 Convergent Parallel Mixed Methods Design

Fonte: (Creswell, 2014, p. 270)

2.4. Procedimentos de amostragem

É necessário explicar inicialmente alguns conceitos, como universo ou população, que corresponde à totalidade dos elementos ou unidades constitutivas de um determinado conjunto que se pretende investigar (Quivy & Campenhoudt, 1998). A amostra “é um subconjunto de uma população ou de um grupo de sujeitos que fazem parte de uma mesma população” (Fortin, 1999, p. 202). Quando o número da população ou universo é elevado não são usados todos os integrantes da população em estudo, para ser realizada a investigação “seleciona-se, mediante procedimentos estatísticos, uma amostra significativa de todo o universo, que é tomada como objeto de investigação” (Gil, 2002, p. 51). Para isto a amostra tem de ser representativa, isto é, as suas características devem assemelhar-se e representar da melhor forma as características de toda a população (Fortin, 1999).

Segundo Quivy & Campenhoudt (1998), existem três técnicas possíveis de amostragem, a primeira que seria estudar a totalidade da população, a segunda estudar uma amostra representativa da população e a terceira estudar componentes não estritamente representativas, mas características da população. No presente trabalho, foi trabalhada a segunda opção na componente quantitativa, num universo de 581 Oficiais de Infantaria foi

enviado o questionário a todos, no entanto responderam apenas 39¹⁰. Foram selecionados os Oficiais de Infantaria pois o estudo recai especificamente sobre esta classe e arma, pois apenas eles vivenciaram a formação na AM e TPOI, experienciaram a colocação nas unidades e as dificuldades ou facilidades associadas.

As entrevistas, foram dirigidas aos oficiais que se encontram a desempenhar atualmente funções de relevância, nomeadamente o responsável pela formação de CAU dos cadetes na AM, os Diretores de Curso de Infantaria na AM e do TPOI na EA e por fim o gestor de projeto do CdECAE e Delegado NATO de CAU. Nesta vertente qualitativa não faz sentido “falar de amostragem pois não se procura uma representatividade estatística” (Guerra, 2006, p. 40), pois foram escolhidos intencionalmente os oficiais que atualmente são os responsáveis pela formação de CAU em Portugal, segundo as delimitações da investigação.

2.5. Técnicas de tratamento e análise de dados

O tratamento e análise de dados numa investigação é uma fase crucial, pois após a coleta dos dados, os dados “brutos” não servem sem ser analisados, porque efetivamente é necessário extrair o “sumo” e divulgar esse conhecimento (Robson & McCartan, 2016). Desta forma, segundo Creswell (2014) primeiro irão ser reportados os resultados estatísticos da vertente quantitativa e depois conjugados com as descobertas da vertente qualitativa, que irão confirmar, negar ou mostrar uma abordagem diferente dos resultados estatísticos.

Os questionários, no qual se obtiveram 39 respostas, foram extraídos do *Google Forms* e analisados através dos softwares *Excel* e *SPSS*, com recurso a gráficos, tabelas e quadros. As quatro entrevistas, foram tratadas e analisadas nos softwares *Word* e *NVivo*, o qual auxiliou na codificação e relação do conteúdo entre entrevistas e interligação com os resultados obtidos nos questionários.

¹⁰ Possível consequência do limitado tempo disponível dos oficiais, frequência em missão, exercícios e das próprias responsabilidades no desempenho de funções, adicionando o facto de ser facultativo e por via eletrónica que condiciona o número de respostas, pois diariamente são recebidos muitos mails.

CAPÍTULO 3 - APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

No presente capítulo irão ser apresentados e analisados os resultados obtidos. No que diz respeito à análise, esta será através da correlação entre os dados qualitativos e quantitativos como explícito na Figura 6. A discussão dos resultados irá ocorrer no fim de cada subcapítulo, integrada com as formas de rentabilização. Numa primeira fase deste capítulo, irá ser abordado o conteúdo referente à variável independente, através dos primeiros dois subcapítulos referentes à formação na AM e TPOI. Numa segunda fase referente à variável dependente, que corresponde ao desempenho dos oficiais de Infantaria nas unidades. Por fim, este conteúdo será complementado com contributos dos inquiridos relativamente à sua experiência em contexto operacional (exercícios e missões).

A análise quantitativa foi realizada através de um conjunto de tabelas e gráficos/figuras que se encontram expostas, principalmente, no Apêndice B e por um conjunto de quadros para a informação de cariz qualitativo, presentes no decurso do capítulo.

Responderam ao questionário um total de 39 oficiais de infantaria, detalhadamente 8 alferes, 6 tenentes, 10 capitães, 4 majores, 9 tenentes-coronéis e 2 coronéis, com idades desde os 23 anos até aos 56 anos. Estes oficiais exercem funções de comando desde Cmdt Pel até Cmdt Bat ou outras funções/cargos mais específicos. Estão colocados de norte a sul do país e ilhas. Dos 39 oficiais, 12 têm cursos no âmbito do CAU, na sua maioria o Curso de Instrutor de Combate em Áreas Urbanas (CICAU), alguns o Curso de *Instructeur de Zone Urbaine* em França e depois 1 o *NATO FIBUA Instructor Course* no Reino Unido.

Os dados qualitativos do presente capítulo provém de um conjunto de entrevistas, expostas no Apêndice C, que foram realizadas a Oficiais que foram escolhidos decorrente da sua função estar associada à formação durante a AM e a EA, ou à formação de CAU. Nomeadamente Diretor de Curso do TPOI (E1), Oficial Formador Coordenador de CAU na AM (E2), Diretor de Curso de Infantaria na AM (E3) e Gestor de Projeto do CdECAE e Delegado NATO de CAU (E4). Em termos de funções já ocupadas anteriormente destaco apenas as principais, o E3 que já foi Gestor de Projeto CdCAE e delegado da NATO CAU. Todos os entrevistados têm o CICAU, o E1 foi a França realizar o curso ao CENZUB, o E3 tem formação de CAU no CENZUB também e no País de Gales e o E4 realizou formação

nos EUA e no CENZUB. A análise completa dos dados biográficos bem como das entrevistas encontra-se exposta no Apêndice C.

Devido à utilização de guiões diferentes para os diferentes entrevistados tornou-se mais lógico em vez de analisar pergunta a pergunta, analisar o conteúdo no mesmo seguimento que foi feito a estruturação das perguntas dos questionários.

O questionário na parte da formação na AM e TPOI foi realizado com base na Ficha de Avaliação da Qualidade da Formação do Centro Nacional de Formação de Formadores (2004, p. 43) e nos planos de estudos da AM e TPOI (Anexo B e C).

3.1. Formação da AM

No presente subcapítulo é abordada a Formação de CAU na AM, a qual segundo o E4 tem um papel importante, pois prepara os cadetes para as preocupações gerais da parte técnica e prática. Adicionando o facto, de que é onde os cadetes permanecem mais anos durante a sua formação, desse modo a formação tem de estar o mais otimizada possível.

Relativamente ao conteúdo programático (Figura 10) pode-se considerar que quase cerca de 70% dos inquiridos considera que estes estão minimamente ou bastante adequados, em relação à documentação (Figura 11) é possível constatar que 48% acha que está bastante adequada. As respostas fazem sentido, na medida em que tal como os entrevistados E2 e E3 afirmam o conteúdo está de acordo com a doutrina nacional em vigor, e com algumas matérias retiradas do curso do CICAU segundo o E2. No entanto, as restantes respostas poderão ir ao encontro da perspetiva do E3 que alude ao facto de o conteúdo estar desatualizado, pois está baseado num PDE que foi feito há 11 anos. Além disso, são usadas fichas de instrução com base em fichas de instrução do EP que ainda são mais antigas e o facto de não haver planeamento integrado com a EA poderá comprometer a qualidade desejada. A documentação, além do facto de estar desatualizada, não vai ao pormenor, isto é, o E3 afirma que a parte técnico-prática não está explícita, o que leva à obrigatoriedade da interpretação para quem a lê, se não houver experiência a interpretação pode ir em qualquer sentido, inclusive aquele que não é pretendido.

Em relação à estruturação é possível observar uma diferença evidente quanto à componente teórica e componente prática. De acordo com os resultados da estruturação da parte teórica (Figura 12) encontra-se aceitável, pois tal como o E2 e o E3 referem,

efetivamente existe uma progressão lógica na complexidade da formação ministrada, iniciando na parte da técnica individual e finalizando com o comando de um Pel em operações em CAU, tarefa específica para um subalterno de Infantaria. Em oposição, o E3 considera que é necessário observar toda a conjuntura e não apenas o que está escrito, porque realmente recebem a formação, mas de forma muito espaçada no tempo, com poucas condições de infraestruturas que condicionam a prática. O que vai ao encontro da explicação dos maus resultados da estruturação da componente prática (Figura 7), especialmente pelos oficiais mais modernos, que passaram pela AM há menos tempo. Para reforçar, o E2 considera que realmente em termos estruturais da parte teórica está tudo bem, mas que, no entanto, existe muito pouca carga horária para a prática porque as condições de recursos (principalmente infraestruturas) assim não permitem.

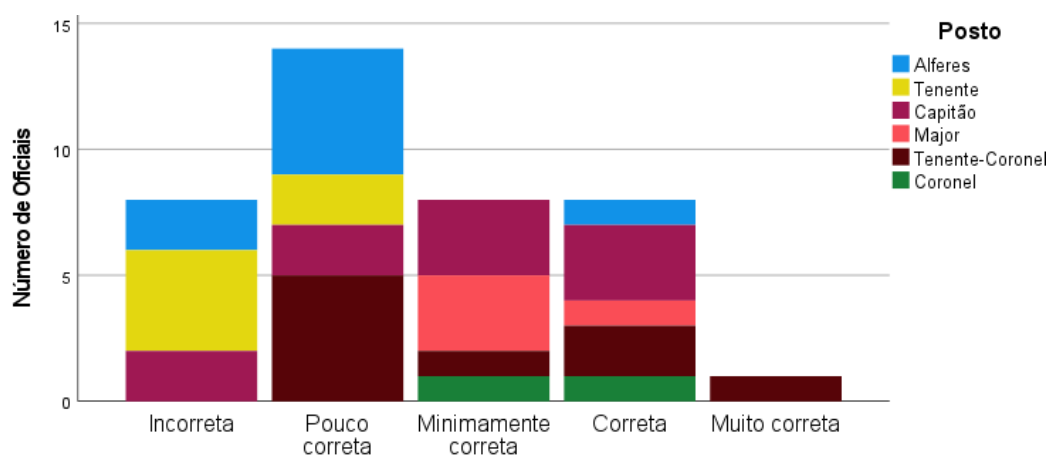


Figura 7 Estruturação da Componente Prática

Fonte: Elaboração Própria

Relativamente à utilidade de conteúdos (Tabela 2) na generalidade os oficiais consideram que são minimamente aplicáveis ou mesmo aplicáveis, pois em termos teóricos é referente à doutrina nacional e é esta a base para a formulação das normas de execução permanente (NEP) e TTP nas unidades. Consideram ainda que de forma geral existe bastante motivação e vontade e que a relação entre formandos é bastante e muito relevante. Sobre os equipamentos e tecnologias na AM (Tabela 3) a opinião é um pouco partida, mas a maior percentagem de respostas tende para uma deficiência neste aspeto, o que pode causar um menor aproveitamento da formação durante estes anos, devido à falta de condições, ou o treino com equipamento obsoleto e desatualizado.

No que toca aos recursos, principalmente em termos de infraestruturas, os resultados (Figura 13) não são favoráveis, revelam que as infraestruturas tendencialmente estão pouco adequadas e, realmente, na perspetiva do E2, o Oficial Formador Coordenador (OFC) de CAU na AM, é onde reside o maior problema da formação de CAU na AM. Este considera que o motivo para a falta da componente prática é o facto de não existirem infraestruturas na AM. Faz referência ainda ao projeto do CTCAU (Anexo D), que se iniciou em 2019/2020, o qual seria uma grande mais-valia, mas não existe qualquer evolução no terreno à data.

Relativamente à qualidade dos instrutores o E3 salienta que o oficial a dar instrução, deve conter o curso de instrutor de CAU, participar em seminários, reuniões ou ter uma ligação direta à EA na parte dos procedimentos e táticas. Assim, entende-se que o formador dever ser um elemento que se encontra especializado e atualizado no assunto, que acompanha a evolução e que por isso consegue uma aplicação e interpretação correta da doutrina. Além disso, segundo o E4, é necessário que a AM tenha bons instrutores para que exista rentabilidade para usufruir o melhor possível de Mafra no BFM1. Analisando o gráfico da Figura 8 é possível, efetivamente, perceber através da avaliação dada pelos oficiais que a qualidade dos instrutores não é insuficiente nem muito elevada, a média incide sobre o suficiente, no entanto, interpretando os dados relativamente aos postos, pode-se constatar que os oficiais mais modernos consideram que a qualidade dos instrutores é inferior relativamente à opinião dos mais antigos, o que pode indicar um decréscimo que ocorreu, da qualidade dos instrutores na AM, ao longo dos últimos anos.

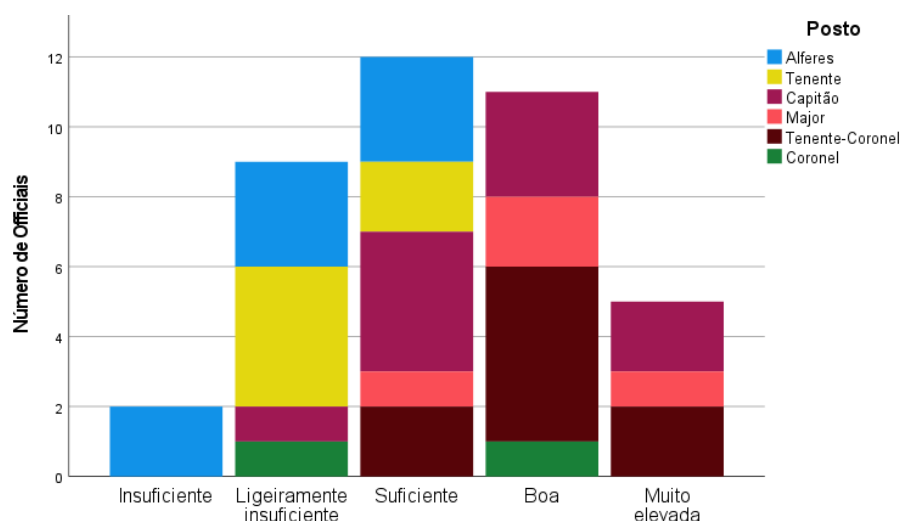


Figura 8 Qualidade dos instrutores – AM

Fonte: Elaboração Própria

Com o objetivo de melhorar a formação, sabendo que em termos de tempo útil não existe muita flexibilidade, tem de se procurar formas de como rentabilizar a formação, valorizar os pontos fortes e melhorar aqueles que têm de ser melhorados. Como já constatado nos anteriores parâmetros, os conteúdos teóricos, a documentação e a estruturação da componente teórica estão, de certo modo, corretos podendo pecar apenas na atualidade da doutrina. Além disto, os inquiridos acrescentam com a informação do quadro abaixo (Quadro 1), nomeadamente valorizar os BFM, especialmente o BFM1 em Mafra, porque permite usufruir do CdECAE e na variedade de instrutores que empenha de outras unidades, sobretudo aqueles com experiência operacional. Por fim, tem um papel importante nas primeiras bases quanto ao CAU e de forma geral na formação intelectual e académica.

Quadro 1 – Resumo pontos fortes e a melhorar da formação de CAU na AM

Pontos Fortes	Pontos a Melhorar
Ferramentas e boa matéria teórica.	Mais horas práticas. Parte individual e coletiva.
Bons Formadores de unidades das Tropas Especiais, nos BFM.	Novos equipamentos, kits CAU, equipamentos usados no operacional.
O deslocamento à "Aldeia de Camões" para a formação específica de CAU.	TTP's, locais de instrução próprios para a prática de CAU
A emersão no ambiente operacional dos conflitos atuais	Infraestruturas para formação de CAU
A sua pertinência nos atuais conflitos	Falta de formação dos instrutores.
Sensibilização do Cadete, enquanto futuro oficial, para as características do CAU.	Revisão e melhoramento dos conteúdos no mínimo anualmente. (TTP's, Armamento, doutrina). Acompanhamento da AM na evolução do CAU.
Boa formação para a carreira de oficiais	Exercícios e BFM de CAU e mais STX's.
	Ligação AM-TPOI
	Adaptação do combate à realidade dos TO atuais

Fonte: Elaboração Própria

Quanto aos aspetos a melhorar, que permitem a rentabilização da formação, com base no Quadro 1 e nas entrevistas é possível considerar os seguintes aspetos. A realização de mais *Simulated Training Exercise* (STX) no tempo normal de Formação Geral Militar (FGM), pois o E2 afirma que ajuda na motivação, tendo em conta a falta de infraestruturas, considera ainda que se deveria aproveitar melhor o BFM1 para a prática de CAU, implementar, efetivamente, a pista de tiro de CAU que está no plano de estudos, mas que na realidade não acontece e o mais flagrante seria apostar nas infraestruturas e nos equipamentos de CAU. O E3 em relação à parte teórica propõe a existência de palestras e, possivelmente, aulas transversais de tática geral ou integração no corpo de alunos destas aulas, no âmbito do CAU. Para a parte prática o E3 acha que deveria ser dada por módulos

intensivos. Em termos estruturais o E3 salienta três necessidades que se fossem satisfeitas iriam rentabilizar a formação, a primeira seria estabelecer a ligação da direção de ensino com o corpo de alunos (tática de infantaria com FGM), segunda seria a ligação da AM com a EA e com aquilo que é ministrado na EA, de modo a obter uma continuidade lógica e por fim, a terceira passaria por ter como instrutores na AM oficiais com cursos no âmbito do CAU, com experiência e que mantenham a ligação com a EA, ou mandar os seus fazer os cursos tal como as unidades operacionais o fazem. Complementando com as respostas aos questionários (Quadro 1), a AM deveria acompanhar a evolução do CAU, ao nível NATO, para que possa haver um “*upgrade*” das TTP, doutrina e conhecimento mais frequentemente.

3.2. Formação do TPOI

Quanto à formação no TPOI, que corresponde ao último ano da formação dos oficiais de Infantaria, é onde, segundo o E4, vão ser dadas outras capacidades técnicas que não são dadas na AM, como também vão ser repetidos muitos conceitos e TTP, porque primeiro alguns podem não vir bem consolidados e segundo, noutros conceitos é preciso ver essa evolução e perceber as diferenças que existem.

No que concerne ao conteúdo programático e estruturação, as respostas revelam melhor consideração em relação à da AM, na medida em que a maioria se situa no bastante adequados (Figura 14) e entre minimamente correta e correta (Figura 15), e não existem respostas que indiquem inadequado e incorreta, respetivamente. Esta tendência poderá se justificar como o E3 refere, que considera que em termos práticos e táticos é similar aos conceitos dados no CICAU, estão apenas introduzidos de forma mais condensada devido ao tempo disponível, refere ainda que dá uma visão mais pormenorizada da dificuldade e complexidade do AU, para além das *guidelines* já pré-estabelecidas do ciclo de estudos e em termos doutrinários considera que há necessidade do complemento do CICAU. O E4 reforça ainda que é na EA, que para as mesmas tarefas executadas na AM, se aumenta o nível do padrão de desempenho e se aprofundam os aspetos mais específicos. Além disto, o E1 refere que é importante serem introduzidas outras técnicas e inovações, fruto da experiência dos instrutores noutros cursos nacionais e internacionais, para o enriquecimento da instrução.

Relativamente à utilidade dos conteúdos os oficiais apresentam um bom parecer, 59 % considera-os bastante aplicáveis, dos quais 41% são de oficiais que já participaram em missões (Figura 16), o que dá relevância à resposta. Na motivação e vontade (Tabela 4) e no

relacionamento entre formandos (Tabela 5) mais de 60% das respostas incidem sobre classificações positivas, nomeadamente bastante e plena, e bastante e muito relevante, respetivamente. E em relação aos equipamentos e tecnologia (Tabela 6) a opinião é favorável, estando a maioria das respostas situadas entre minimamente e bastante adequados.

No que diz respeito à qualidade dos instrutores, definitivamente observa-se um parecer muito positivo (Figura 9), com as classificações predominantes de boa e elevada, isto porque uma característica que distingue os instrutores na EA é efetivamente o conhecimento em CAU, pois segundo o E3 os oficiais só começam geralmente a ficar responsáveis pela formação em CAU depois de tirar o CICAU, como também estão na unidade que é a entidade primariamente responsável sobre o CAU. Paralelamente a isto, o E3 afirma que em termos organizacionais, se tudo estiver a acontecer corretamente como é suposto, os melhores instrutores de CAU no país estão na EA e dão formação ao TPOI tal como o E4 garante que o pessoal que está na EA está no topo da formação nacional em CAU, pois tem instrutores que além do CICAU, vão a França, Inglaterra e EUA receber formação.

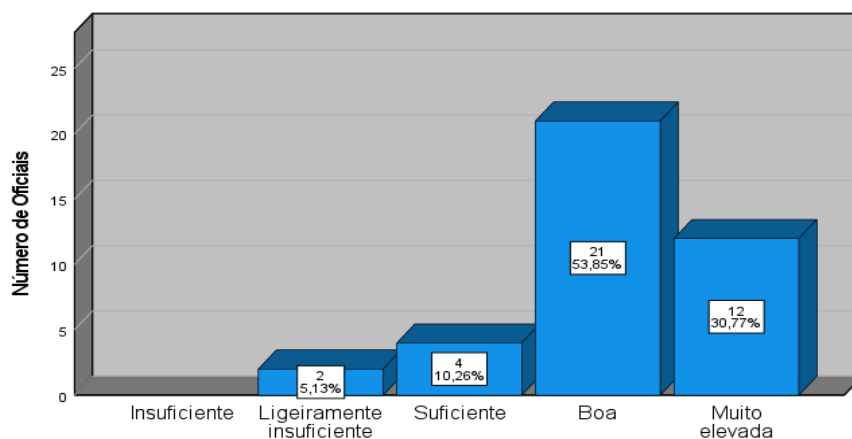


Figura 9 Qualidade dos instrutores – TPOI

Fonte: Elaboração Própria

Com o intuito de melhorar a formação, porque esta tem de ser uma constante preocupação, tem de se procurar formas de rentabilizar a formação, valorizar os pontos fortes e focar em melhorar aqueles que têm de ser melhorados ou introduzir na formação aqueles que são uma mais-valia. No âmbito daquilo que são os pontos fortes, com base na avaliação dos parâmetros já analisados e no Quadro 2, o conteúdo programático, a estruturação, a utilidade dos conteúdos, infraestruturas, a qualidade dos instrutores e os restantes parâmetros

estão de forma geral bem conseguidos. Além disso, com base no Quadro 2, salientar a utilização de armas de *airsoft* para obter realismo (já que a utilização de munição de salva dentro de compartimentos não é aconselhada em termos de segurança), o exercício de campo que permite pôr em prática de forma intensiva os conhecimentos adquiridos de CAU e a sensibilização para o trabalho de equipa e comando e controlo ao nível de pelotão.

Quadro 2 Resumo pontos fortes e a melhorar da formação de CAU no TPOI

Pontos Fortes	Pontos a Melhorar
Instrutores com mais conhecimento e qualificados (formação no estrangeiro e atualizada) - França, UK, EUA;	Proporcionar formadores com experiência em combate ou com qualificações atuais através de cursos na parte civil.
Armas de Airsoft;	Atualizar a matéria, técnicas, equipamentos (muitos inop) e sistemas de armas (acompanhar a evolução teórica e prática);
A estruturação da formação dividida por módulos consegue-se tirar melhor proveito;	Incorporação de métodos de treino mais atuais e realistas;
Infraestruturas "Aldeia de Camões", preparadas para o treino;	Mais tiro real de CAU;
Quantidade de horas práticas;	Mais tempo dedicado à área do CAU (planeamento e prática);
Exercício de Campo;	Ligação AM - TPOI;
Sensibilização para o trabalho de equipa e prática do comando e controlo ao nível do Pelotão;	Necessidade de se abordar a Secção de Atiradores, na perspetiva do comando, antes de se abordar o pelotão;
Intensidade da formação (tempos escolares, possibilidade de repetição, sistematização);	Aproveitamento de outras valências da EA, por exemplo o treinos de tarefas críticas em CAU, nas "caves do convento", que permitem maior realismo nestas matérias práticas;
	Adaptação do combate à realidade dos TO atuais;
	Abordar a luta anti-drone; Incrementar o combate inter-armas/armas combinadas em exercícios;

Fonte: Elaboração Própria

Focando agora naquilo que seria possível introduzir ou rentabilizar na formação da EA pode-se dividir em duas componentes, na que está relacionada única e exclusivamente com a EA e a outra com a ligação AM e EA (TPOI). Na primeira, como salientado pelo E1 a melhor forma seria através de incidir sobre TTP atuais, mantendo a motivação, com cenários o mais aproximados da realidade dos TO atuais, integrando equipamento e viaturas utilizadas na componente operacional, incluindo ainda combate anti-drone, para que seja rentabilizando o pouco tempo disponível de uma forma, ainda mais produtiva. Acrescenta-se, com as respostas no Quadro 2, que seria benéfico que os instrutores tivessem experiência em contexto operacional e qualificações em cursos através de cursos civis, que a matéria, técnicas, equipamentos e sistemas de armas acompanhassem a modernização, com métodos de treino mais atuais e realistas, que houvesse mais tiro real em CAU e mais tempo dedicado ao CAU, tanto no planeamento como na prática devido à importância que representa nos TO

atuais. Além disso, que fosse mais consolidada a técnica em UES antes de avançar para a técnica em UEP, que fossem aproveitadas outras infraestruturas que a EA dispõe e que fosse fomentado o conceito de combate inter-armas/armas combinadas na prática e/ou exercícios.

Na componente da ligação, da qual a responsabilidade está inerente às duas escolas de formação, de acordo com a opinião de todos os entrevistados esta ligação é muito pouca ou nula mesmo, pois segundo o E3 esta ligação nunca houve nos últimos 15/20 anos e não havendo uma interligação dos procedimentos táticos e doutrina, é impossível haver uma continuidade lógica na formação. Esta ligação era fulcral para que, de acordo com o E1, no TPOI se pudesse iniciar logo num nível mais alto de pormenor e não ser necessário ocupar demasiado tempo com bases que deveriam ter sido dadas na AM. Por fim o E2 salienta a importância da ligação principalmente para os cadetes de infantaria, no entanto faz a ressalva que a formação na AM é comum a todas as armas e serviços e que para todos, à exceção da manobra, dificilmente estes conhecimentos vão ser postos em prática, mas segundo o E3, se eventualmente tiverem de ser, os oficiais não vão estar enquadrados das dificuldades e da complexidade do AU.

3.3. Desempenho dos oficiais de Infantaria nas unidades

Após abordada a variável independente, o foco no presente subcapítulo será sob a variável dependente, nomeadamente o desempenho dos oficiais de Infantaria nas unidades. No que diz respeito ao questionário, foi avaliado pelos inquiridos um conjunto de competências e capacidades técnicas, táticas e de comando inerentes a um oficial de infantaria nas unidades, adaptado do art 20.º do Regulamento da Avaliação do Mérito dos Militares das Forças Armadas (Portaria n.º 301/2016, 2016) e dos planos de estudos de FGM (AM) e TPOI (EA) em vigor, expostos nos Anexo B e C.

Foram avaliados vários parâmetros (Tabela 7), nomeadamente: Adaptabilidade às características das AU; Autodomínio no CAU; Comando e controlo no CAU; Tomada de decisão no CAU; Iniciativa e criatividade no CAU; Planeamento em AU; Liderança no CAU; Técnicas de entrada em edifícios; Técnicas de limpeza de compartimentos; Técnicas de limpeza de corredores e escadas; Ações de consolidação e reorganização em AU; Ações em condições de visibilidade reduzida em CAU; Comandar uma UE num deslocamento em AU; Comandar uma UE numa limpeza de um edifício; Comandar uma UE na limpeza de uma pequena povoação. No que diz respeito aos resultados nestes parâmetros é facilmente

visível uma tendência para as classificações de suficiente e bom, o que significa que no âmbito do CAU, os oficiais consideram que um oficial relativamente ao desempenho nas unidades cumpre com este conjunto de competências e capacidades nas matérias lecionadas. Os parâmetros em que existem mais respostas negativas em relação ao normal foram o autodomínio no CAU, as técnicas de entrada em edifícios e as ações em condições de visibilidade reduzida. Esta perspetiva poderá dever-se ao facto da experiência em missões que estes oficiais que responderam têm e no parâmetro das ações em condições de visibilidade reduzida dever-se à falta ou desatualização dos equipamentos nestas condições.

Apesar das respostas positivas nos 15 parâmetros referidos na questão anterior quase 77% dos oficiais (Figura 17), noutra questão, defendem que os 5 anos de formação em CAU não são suficientes para o desempenho de funções de comando no CAU nas unidades. Isto poderá significar duas possibilidades, ou os oficiais tiveram dificuldade em realizar a autoavaliação ou o desempenho depende de outros fatores extrínsecos à formação. O Quadro 3 demonstra um resumo das principais justificações dadas pelos inquiridos.

Quadro 3 Resumo das justificações para considerar que os 5 anos de formação não são suficientes

Resumo das justificações dos entrevistados para considerar que os 5 anos de formação não são suficientes
A formação na AM é fraca e escassa. Na EA é mais aprofundada, mas é necessário perceber o que realmente interessa e esquecer o que foi mal ensinado;
Apenas dá algumas ferramentas/bases (fracas) para poder, caso tenha essa possibilidade, aumentar o conhecimento e atuação;
É preciso haver vontade própria para tentar melhorar, procurar saber mais e treinar a prática(nem que seja sozinho em tempos livres); Pesquisa de informação, para colmatar falhas;
Falta de prática neste ambiente tão complexo;
A AM não se destina a fornecer competências de comando específicas no CAU. É no TPOI que se garantem estas competências. E, para tal, o tempo atribuído e as matérias abordadas são insuficientes;
Falta de tiro real, de forma gradual, individualmente até pelotão, primeiro em pequenas áreas edificadas e depois em maiores. Que permite experiência, know-how e capacidade de liderança.
Necessária formação específica (Curso de Combate em AU e sobretudo treino operacional em AU);

Fonte: Elaboração Própria

O facto de a generalidade dos inquiridos considerarem que a formação base, do recém alferes, não é satisfatória, remete para uma preocupação acerca do nível geral em CAU, que estes oficiais possuem assim que colocados nas unidades. Em resposta a esta preocupação,

o E1 considera que a formação está orientada para que saiam com um bom nível, mas que na prática é diferente, é necessário que o militar continue a treinar e a procurar conhecimento. O E3 tem uma visão diferente em relação isto, considera que em termos técnicos, estão aptos, mas para realizar um planeamento tático assertivo e para conduzir uma operação em AU, não estão nas melhores condições. A perspetiva do E2 remete para a lacuna na formação na AM, que não capacita, em termos de prática, suficientemente o cadete para TPOI.

Por fim, os entrevistados e inquiridos contribuíram com algumas soluções para um melhor desempenho dos oficiais de infantaria nas unidades, para além das melhorias já mencionadas relativas à formação em si. No que diz respeito às unidades de formação o E1 é da opinião que os oficiais devem, ou inicialmente ir para as unidades operacionais e adquirir o *know how* para depois trazerem para as unidades de formação, ou se forem logo para as unidades de formação deveriam de, ocasionalmente, ir às unidades operacionais, perceber a forma como atuam, com que TTP, para depois eventualmente introduzir na formação, porque além de se saber o que vem nos livros é necessário descobrir se realmente isso é empregue no contexto operacional. O E3 tem uma opinião diferente, menciona que ir para as unidades operacionais e em missões efetivamente é uma experiência positiva e com um conjunto de LA podem ser uma mais-valia, mas é necessário que quem está na EA certifique e valide essa informação porque muitas das adaptações feitas nestes contextos tiveram sucesso, mas podem não respeitar alguns critérios como a exequibilidade, segurança, ou mesmo alguns princípios da condução das operações. Acrescentando ainda alguns contributos dos inquiridos (questão 49) (Apêndice B), sugerem a introdução de um estágio de CAU ou mesmo a obrigatoriedade do CICAU no último ano, maior integração e envolvimento das praças e dos sargentos durante a formação (exercícios e na própria vivência) e na componente da doutrina nacional, atualizá-la para uma realidade portuguesa e não francesa, americana ou de outro exército, para uma maior facilidade de emprego.

3.4. Contexto operacional

Com o objetivo de concluir este capítulo, torna-se pertinente abordar o contexto operacional. Este subcapítulo visa enriquecer a informação já obtida, através da perspetiva dos oficiais que participaram em exercícios e missões, relativamente à comparação da formação de CAU em Portugal com outros países e, entre outros aspetos, a necessidade de

formação extra. Por fim, analisar as principais dificuldades sentidas e as soluções que os inquiridos propõem.

Dos 39 inquiridos, cerca de 19 já participaram em 1 ou mais exercícios operacionais que envolviam a componente do CAU. Participaram em países como Roménia, Espanha, Bélgica, Alemanha, Itália, Israel, Mauritânia, Brasil, Angola, França, Reino Unido, Estados Unidos da América. Comparando a formação de CAU em Portugal com a destes países, salienta-se que esta avaliação poderá depender das experiências de cada um e dos países com quem tiveram contacto, cerca de 26% consideram que esta é pior, cerca de 32% similar, 32% melhor e 11% muito melhor,

Os inquiridos apresentaram um conjunto de dificuldades sentidas durante a frequência de cursos com o envolvimento de CAU, bem como as respetivas soluções para mitigar estas dificuldades. Este conjunto de informação foi sintetizado no Quadro 4.

Quadro 4 Dificuldades em exercícios no estrangeiro e respetivas soluções

DIFICULDADES	SOLUÇÕES
Língua, trabalhar com intérpretes e "Linguagem CAU" comum entre países da NATO;	Vozes em inglês;
Comando e Controlo e exigência física;	Mais tempo na resolução de situações inopinadas;
Controlo do fogo e movimento em Áreas Urbanizadas; Tiro real em CAU;	Mais prática, treino e muito tiro real em Áreas Urbanas;
Ações em ambiente de visibilidade reduzida no CAU;	Mais ações e treino em ambiente de visibilidade reduzida e a liderança.
Operar em áreas de elevada dimensão, comparativamente às possibilidades de treino em Portugal (pequena dimensão da aldeia Camões).;	Investir no alargamento da área de treino, incluindo diferentes tipologias de edifícios e de malha urbana;
Falta de sistemas de "live simulation" e adaptação a vários cenários reais;	Investir num sistema de vídeo que permita gravar e rever as ações dentro da área edificada e dos próprios edifícios;
	Investir numa área de utilização de explosivos e munições que permita a prática de métodos de entrada/brecha mecânicos e explosivos em condições reais;
	Investir em geradores de ruído/fumo que aumentem o realismo das sessões de treino;
	Aquisição de kit simuniton para dar realismo ao treino. Aquisição de equipamento e armamento moderno.
	Formação atualizada, incluir empresas civis de formação na área que estão muito avançadas relativamente às instituições militares;
Atualidade da nossa formação;	Proporcionar estágios com tropas especiais que tiveram experiência em <u>combate</u> ;
	Acomodar e melhorar os conteúdos alusivos às armas combinadas. Emprego de sistemas autónomos não tripulados. Apoio sanitário. Sistemas de simulação.
	Inserção da componente RIOT Control na formação CAU.

Fonte: Elaboração Própria

Do total dos inquiridos (39), 28 (71,79%) já participaram em missões no estrangeiro e 11 (28,21%) não participaram. Dos 28 que participaram em missões 26 (92,86%) aplicaram os conhecimentos de CAU e apenas 2 (7,14%) não aplicaram. O que confirma a empregabilidade do CAU no contexto operacional, exaltando assim a sua importância na formação dos oficiais de infantaria. Estas missões, ocorreram em vários países, nomeadamente Afeganistão, Timor-Leste, Mali, Iraque, República Centro-Africana, Kosovo, Moçambique, Bósnia e Herzegovina, Somália, Uganda. A média do número de missões realizadas é de 2, 43. Além disso, estas missões podem enquadrar-se em todo o espectro de tipo de missões, não houve qualquer tipo de especificação.

Antes de abordar efetivamente os aspetos relativos à missão em si, como as principais dificuldades e soluções para as combater, é, imprescindível, compreender dois aspetos relativamente ao período pré-missão, especificamente perceber qual é o nível da preparação dos próprios oficiais de infantaria em CAU e o à-vontade no treino dos subordinados, neste âmbito. Relativamente ao primeiro (Figura 19), cerca de 8% considera que o nível é insuficiente, 50% suficiente, cerca de 35% bom e cerca de 8% muito bom. O que de certa forma justifica as respostas positivas quanto ao segundo aspeto (Figura 20), no qual cerca de 50% considera que o tem um à-vontade suficiente, cerca de 43% algum à-vontade e cerca de 8% muito à-vontade. Este segundo aspeto pode ainda ser integrado no período da missão, porque o treino nunca é suficiente e, neste caso, o à-vontade têm tendência a evoluir com o passar do tempo de treino e tempo de missão.

Num contexto de introspeção pós-missão os oficiais conseguem determinar os seguintes dois aspetos, a aplicabilidade da formação de CAU, face à realidade dos TO, e se é necessária formação extra, para além dos 5 anos de formação base, para o bom desempenho de funções de comando no CAU nas missões. No primeiro (Figura 21), cerca de 4% considera que a formação de CAU, face aos TO, é inaplicável, aproximadamente 35% que é pouco aplicável, 27% que é minimamente aplicável e cerca de 35% que é bastante aplicável.

No segundo (Figura 22), cerca de 16% considera que existe pouca necessidade em ter formação extra, aproximadamente 31% alguma necessidade e 54% que existe muita necessidade. Isto significa que efetivamente a formação base pode não estar perfeitamente bem conseguida, pois exige que os oficiais que vão para missão tenham de ter formação extra para o desempenho das suas funções, obviamente que existe um processo que prepara progressivamente no pós-ingresso nos quadros, mas no caso de poder facilitá-lo é necessário

fazê-lo. Além disso, é importante referir que, efetivamente, cada TO tem as suas particularidades, e que estas devem ser detalhadas no aprontamento, e para isso, a formação de CAU serve como base de conhecimento para interpretar essas particularidades.

Por fim, os inquiridos contribuíram com um conjunto de dificuldades sentidas nas missões e as respetivas soluções. No Quadro 5 estão descritos estes pontos de vista, foram suprimidos aqueles que não acrescentam nada de novo em relação ao Quadro 4, relativo aos exercícios, por serem similares ou mesmo iguais.

Quadro 5 Dificuldades nas missões e respetivas soluções

DIFICULDADES	SOLUÇÕES
Falta de munições, Falta de carreiras de tiro AU adequadas para as forças, e o tempo do aprontamento que é sempre curto pelas questões do aprontamento administrativo;	Infraestruturas de tiro adequadas, como as que os contingentes da OIR tiveram acesso no Iraque;
Falta de treino;	Mais horas de CAU realização periódica de cursos e atualização dos cursos;
Elevado esforço físico devido ao equipamento;	Reforço da capacidade Física;
Doutrina desatualizada;	Atualização dos procedimentos ministrados. Mais aproximados á realidade, fruto da presença de civis e da cooperação com as forças de segurança do país, visto que são elas que vão conduzir todo o restante processo com os detidos/ PG'S;
	Lições aprendidas e existir o seguimento delas e a partilha de experiência de forças nesses TO's;
Em operações, a ligação, as comunicações e as revistas no interior de edifícios mobilados e equipados.;	Aplicação intensiva de STX que coloquem as unidades em situações variadas que poderão encontrar no ambiente operacional do TO para onde serão projetadas.;
Planeamento em CAU;	Reprodução dos cenários e estruturas existentes no TO;
As diferenças de formação da Força; Trabalho em escalões diferentes, técnicas completamente novas nunca abordadas na formação, armamento e equipamento a utilizar;	A implementação de uma fase de treino mais consistente na fase de aprontamento;

Fonte: Elaboração Própria

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Realizada a revisão da literatura, a explicação dos métodos científicos, a recolha de dados e consequente análise do conteúdo, bem como a respetiva interpretação, importa agora culminar esta investigação com as conclusões e recomendações. Com o presente capítulo é pretendido realizar uma síntese das conclusões relativas à investigação, elucidar acerca das principais recomendações para futuras investigações e por fim, dirigir as limitações sentidas ao longo do desenvolvimento do trabalho

As conclusões relativas a esta investigação são alusivas à temática do CAU, particularmente à formação dos oficiais de Infantaria e ao impacto que esta tem no desempenho das funções nas unidades. Para isso, inicialmente foi aferida a qualidade da formação durante o percurso do ciclo de estudos do curso de Infantaria, os respetivos pontos fortes e os aspetos a melhorar, de forma a potenciar este processo em várias vertentes. Para de seguida, avaliar o desempenho destes oficiais nas unidades, através de um conjunto de competências e proficiência em certas matérias, inerentes às funções desempenhadas. Contribuiu-se ainda com o ponto de vista dos oficiais com experiência em contexto operacional, nomeadamente exercícios e missões.

Iniciando pela PD1: **“A formação dos Oficiais de Infantaria no âmbito do CAU na AM está como pretendido? Em que aspetos pode ser melhorada?”**, foram abordados vários parâmetros que ajudaram a aferir a qualidade da formação na AM, nomeadamente o conteúdo programático e a documentação que se encontram minimamente adequados, pois estão conforme a doutrina nacional em vigor, no entanto, esta doutrina está a começar a ficar desatualizada e as fichas de instrução seguem o mesmo rumo. A estruturação, na qual evidenciam-se diferenças entre a componente teórica e prática, de forma geral a componente teórica encontra-se correta, pois existe uma progressão lógica na complexidade da formação, mas quanto à prática não está correta, pois existe muito pouca carga horária, um grande espaçamento entre a prática mais intensiva (BFM1) e com poucas condições de infraestruturas. A utilidade dos conteúdos, que é de certa forma, aceitável, pois em termos teóricos é referente à doutrina nacional e é esta a base para a formulação das NEP e TTP nas unidades. A motivação entre os formados, que é bastante relevante e importante para o sucesso. Os equipamentos e tecnologias, os quais não são os melhores, o que pode causar

um menor aproveitamento. As infraestruturas, que é onde reside um dos maiores problemas na formação, na medida em que são diminutas ou quase inexistentes e promovem a falta de treino e prática. A qualidade dos instrutores, na qual se pressupõe um decréscimo nos últimos anos devido às respostas dos diferentes postos, numa função tão importante, que a falta de conhecimento ou experiência causa um impacto enorme na formação dos cadetes, numa área que para os de Infantaria têm muita relevância.

Conclui-se então, que a formação em CAU na AM poderia estar mais bem conseguida, pois remete para a interpretação que este contexto não representa uma prioridade para a AM. Efetivamente, a AM contém um conjunto de valências alargado e pretende fomentar no cadete uma agregação amplificada de atributos, e conduzir os investimentos, quer financeiros, quer estruturais, poderá enfraquecer outros, mas a importância que o CAU representa no EP poderá justificar os custos associados.

Com o intuito de melhorar a formação na AM, existem um conjunto de vários aspetos em que a AM poderia incidir esforços, em primeiro, e, mais flagrante, a implementação efetiva do projeto CTCAU, que como visível no Anexo D, é composto por contentores usados, tornando assim bastante rentável em termos do binómio qualidade-preço. Depois, uma revisão e melhoramento dos conteúdos através da ligação com a EA, de modo a obter uma continuidade lógica, que seria bastante benéfico para todos e em especial para os aspirantes de Infantaria. A interligação da direção de ensino com o corpo de alunos, através de palestras, aulas táticas transversais neste contexto, a aquisição de novos equipamentos e *kits* de CAU usados em ambiente operacional, ou pelo menos que seja facultada o contacto com esse equipamento nos BFM ou estágios. Por fim, a realização de mais STX em tempo normal de FGM, de modo que a prática fosse dada de forma mais real e intensiva e ainda o investimento na formação extra dos formadores, para que tenham cursos especializados nesta área.

Relativamente à PD2: **“A formação dos Oficiais no âmbito do CAU na EA (TPOI) está como pretendido? Em que aspetos pode ser melhorada?”**, foram de igual forma aplicados os mesmos parâmetros, que auxiliaram a aferir a qualidade da formação no TPOI. Quanto ao conteúdo programático e estruturação, está bastante adequada, pois em termos práticos e táticos é similar ao CICAU e com uma maior sensibilização para a complexidade que este contexto representa, mas que devido ao tempo disponível, os conceitos estão mais condensados. Em termos de utilidade/aplicabilidade dos conteúdos, são bastante aplicáveis,

pois além do que está tabelado nos planos de estudos, existe por vezes a intenção de ministrar novas TTP. A motivação, vontade e o relacionamento entre formandos são peças-chave para o sucesso e em ambas o nível é alto. Relativamente ao equipamento e tecnologias, são superiores em relação à AM, mas muitos dos equipamentos e tecnologias já estão ultrapassados, alguns obsoletos e outros até mesmo inoperacionais. Por último, a qualidade dos instrutores que é uma característica que distingue a EA, é bastante positiva, pois a maioria dos instrutores tem formação no curso do CICAU e em cursos internacionais.

Conclui-se que, efetivamente, a formação no TPOI está bem conseguida, no entanto, contrariamente à AM, o TPOI não tem responsabilidade sobre as outras preocupações que a AM tem, preocupações do foro académico e científico, pois aborda apenas a parte específica da arma (técnico-prática). E neste caso, quanto mais específico maior é a exigência pretendida, logo exige uma constante reavaliação dos métodos e instrumentos.

Com o objetivo de contribuir para potenciar a formação, existem vários assuntos em que a EA poderia incidir esforços. Nos quais se podem distinguir duas modalidades, a primeira na ligação à AM, pois esta ligação deve ser nos dois sentidos, pois também é importante a EA saber como é dada a formação na AM e ter preocupação sobre isso. A segunda é o que está intrinsecamente ligado apenas à EA, e nesta modalidade existem vários assuntos como, a incidência sobre TTP e métodos de treino atuais, com cenários realistas aplicados aos TO, a necessidade de contacto com equipamento e viaturas usadas em contexto operacional. Os instrutores além da formação em cursos, dever-lhes-iam ser possibilitada experiência ou em contexto operacional, com unidades operacionais ou mesmo qualificações em cursos civis. O TPOI beneficiaria ainda com a integração do tiro real em CAU, do combate de armas combinadas e de outras particularidades do contexto de missão, como o combate anti-drone. Por fim, relativamente ao tempo do TPOI ou se prioriza as temáticas de acordo com a sua importância atual, neste caso o tempo dedicado ao CAU deveria ser estendido ou se aumenta o tempo direcionado ao tirocínio no seu todo.

Em relação à PD3: **“Como é o desempenho dos Oficiais de Infantaria nas unidades, no âmbito do CAU?”**, neste tópico foram avaliadas um conjunto de competências inerentes a um oficial de infantaria e capacidades técnicas, táticas e de comando. No que diz respeito a estes parâmetros, à visão dos oficiais, na generalidade o desempenho é satisfatório, com tendência para o bom desempenho. À exceção dos parâmetros do autodomínio no CAU, as técnicas de entrada em edifícios e as ações em

condições de visibilidade reduzida que tiveram resultado menos positivos. Paralelamente ao desempenho, é importante compreender qual é o nível que o recém-alferes tem assim que integra nas unidades. Este aspeto permite-nos compreender que existem dificuldades naquilo que é a componente prática e de planeamento, cujas lacunas remetem para a formação. Pois, constatou-se também que os inquiridos consideram que a formação durante os 5 anos não é suficiente, pois afirmam que a formação apenas dá pequenas ferramentas, tem falta de prática neste ambiente complexo, bem como o tempo é limitado. Além disso, há falta de condições aproximadas à realidade, como por exemplo o tiro real.

Em suma, o desempenho à vista dos inquiridos, que, no fundo, realizaram uma autoavaliação, pode não ser assim tão linear e positivo. Pois, se a formação não os capacita suficientemente para quando integram nas unidades no período inicial irão existir dificuldades, que eventualmente irão ser combatidas através do treino individual, da experiência com os militares nas unidades e da vontade de procurar o conhecimento.

Quanto à última PD, a PD4: **“Quais são as principais dificuldades em contexto operacional, no âmbito do CAU? De que forma podem ser combatidas?”**, no sentido de usufruir da informação relativa à experiência operacional dos inquiridos, foi essencial compreender as principais dificuldades que estes sentiram e de que forma seria possível as combater. Das quais irão ser referidas aquelas que não se enquadram naquilo que já foi referido. A língua, e o facto da diferença de linguagem “CAU” poderia ser combatida com a implementação das vozes em inglês na prática, não constantemente, mas garantir que os militares estão aptos para tal. O comando e controlo, colmatado com a integração de mais resoluções de situações inopinadas. Operar em áreas de elevada dimensão (superior ao CdECAE), através do investimento no alargamento das áreas de treino e diferentes tipologias de áreas urbanas. A adaptação aos vários cenários reais em CAU, combatida com o investimento em várias vertentes da simulação e treino real, como geradores de ruído e fumos, tiro real, áreas de utilização de explosivos e realização de STX. Por fim, as restantes dificuldades residem na falta de treino e na doutrina desatualizada, que para as suprimir deveriam ser despendidas mais horas no CAU, com a realização periódica de cursos, certificações, para refrescar os conceitos, e atualização dos procedimentos mais adaptados à realidade e à presença de civis.

Após terem sido respondidas todas as PD, considera-se que estão reunidas as condições para dar resposta à PP: **“A formação de Oficiais de Infantaria durante os cinco**

anos de curso, no âmbito do CAU, está a obter o efeito desejado no desempenho, destes oficiais?”, à qual a resposta com base no que foi constatado nesta investigação, é que não. Isto é, efetivamente os inquiridos afirmam que o desempenho nas unidades é positivo, no entanto, também defendem que a formação adquirida não é suficiente. O que leva à interpretação que no período inicial, quando são colocados nas unidades, existem dificuldades e lacunas na formação que deveriam ser colmatadas ao longo do percurso do ciclo de estudos. Logo, o importante acerca deste estudo é compreender em que medidas é que a formação deveria ser modificada, de modo a obter o efeito desejado de potenciar o desempenho dos oficiais e prepará-los para a exigência das unidades e do contexto operacional.

No que toca ao período destinado à AM, há que evidenciar que a AM tem um papel importantíssimo na formação dos oficiais, especialmente em incutir um conjunto de capacidades inerentes a um futuro oficial. Mas, em relação ao CAU existem várias falhas que necessitam de ser corrigidas através da mudança, e estas modificações são evidentes, com especial atenção para a emergência de investir em infraestruturas (projeto CTCAU), para corrigir a falta de prática atribuída a este período. Além disso, é essencial incidir esforços numa revisão e retificação dos conteúdos, de preferência, através do estabelecimento da ligação com a EA, por dois motivos, primeiro porque é o topo da formação relativamente a esta área e segundo, direcionado aos aspirantes de infantaria, pois para haver uma continuidade lógica no percurso da formação esta interligação deveria estar bem consolidada. Por fim, tendo em conta o panorama atual de conflitos, é necessário começar a investir em aquisição de novos equipamentos e *kits* de CAU usados em ambiente operacional, ou pelo menos que seja facultada essa experiência em BFM ou estágios, e na formação dos instrutores, para adaptar a formação à realidade existente.

Relativamente ao ano destinado ao TPOI, na EA, a escrutinação deve ser mais aprofundada, pois refere-se a uma entidade que especializa os militares nas várias armas, principalmente na parte técnico-prática, elevando os padrões de desempenho e desenvolvimento, bem como deve ser a referência do CAU em Portugal. Por ser uma entidade com tanta importância na formação, deve, inequivocamente, manter uma política de constante melhoramento e adaptação ao contexto operacional. Desse modo, existem algumas mudanças que iriam beneficiar a formação dos formandos. Nomeadamente, tal como a AM deve estabelecer ligação com a EA, a EA deve forçar também esta interligação, pois só irá beneficiar com isso, na medida em que a adaptação, por parte dos instrutores, à

formação base dos formados proveniente da AM iria ser facilitada. A EA deve também, tendo em conta o panorama atual de conflitos, incidir sobre TTP e métodos de treino atuais, com cenários realistas, aplicados aos TO, no contacto dos formandos, com equipamento e viaturas usadas em contexto operacional, na integração do tiro real em CAU e do combate de armas combinadas. Por fim, referente ao tempo do TPOI ou se prioriza as temáticas de acordo com a sua importância atual, neste caso o tempo dedicado ao CAU deveria ser estendido ou se aumenta o tempo direcionado ao tirocínio de forma geral.

De forma a assemelhar a formação à realidade do contexto operacional, é fulcral compreender as principais dificuldades que os oficiais sentem neste contexto, bem como as principais formas de as combater. A adaptação aos vários cenários reais em CAU, que só poderá ser treinada durante a formação com o investimento do EP e das escolas de formação em simulação e treino real, como geradores de ruído e fumos, tiro real, áreas de utilização de explosivos e realização de STX, para testar a operacionalidade dos formandos e a capacidade de lidar com as situações inopinadas, estimulando assim o comando e controlo. As restantes, são relativas à dificuldade de comunicação entre forças de países diferentes, à qual a resolução é na implementação das vozes em inglês, e à doutrina e TTP ministradas, que já têm 11 anos (PDE 3-07-14 Manual de CAE), estando desatualizadas, exigindo assim uma preocupação séria em atualizar a doutrina, adaptada à presença de civis, bem como à realidade em que Portugal está inserido nos TO e não à realidade que outros países estão inseridos.

No ponto de vista das dificuldades e limitações encontradas, é de referir que a adesão aos questionários, não foi a pretendida para esta investigação, apesar do conjunto de diligências feitas, através das relações-públicas do EP, para que este questionário fosse difundido por todos os oficiais de infantaria, duas vezes, estes por variados motivos não responderam em número suficiente, de acordo com as expetativas.

As recomendações que advieram da presente investigação induzem a pertinência de trabalhos futuros, pelo que seria vantajoso uma reformulação dos planos de estudos da formação, tanto da AM, como do TPOI, de modo a colmatar as falhas identificadas.

Em suma, com este conjunto de possíveis mudanças na formação da AM e do TPOI, alienadas às aprendizagens com os TO, poderão estar possivelmente reunidas as condições para que a formação durante os cinco anos, obtenha o efeito desejado, de potenciar o desempenho dos oficiais de infantaria nas unidades, na sua máxima plenitude.

BILBIOGRAFIA

- A3ES. (29 de janeiro de 2018). Mestrado em Ciências Militares, na especialidade de Infantaria. A3ES: <https://www.a3es.pt/pt/resultados-acreditacao/mestrado-em-ciencias-militares-na-especialidade-de-infantaria>
- Academia Militar. (2021). *Diretiva Setorial da Academia Militar 2021-2022*. Academia Militar.
- Academia Militar. (2021). *Referencial de Formação Geral Militar 2021-2022*. Departamento de Formação Militar.
- Academia Militar. (2 de março de 2022). Academia Militar: <https://academiamilitar.pt/>
- Andrade, M. M. (2006). *Introdução à Metodologia do Trabalho Científico* (7ª ed.). Atlas.
- Asymmetric Warfare Group. (2016). *Lessons Learned from Urban Operations from 1980 to the Present*. Asymmetric Warfare Group.
- Batista, B. F., Rodrigues, D., Moreira, E., & Silva, F. (2021). *Técnicas de Recolha de Dados em Investigação: Inquirir por Questionário e/ou Inquirir por Entrevista* (Vol. 2). UA Editora.
- Bernardino, L. M. (2014). Somália - A esperança na paz e no desenvolvimento. A participação militar da União Europeia. *Revista Militar* Nº 2544, 21-48.
- Calado, L., Marques, F., & Félix, F. (2020). A Companhia de Reação Rápida no Afeganistão. *Revista Militar da Infantaria Portuguesa*, 36-41.
- Centro Nacional de Formação de Formadores. (2004). Técnicas de Avaliação. *Referenciais de Formação Pedagógica Contínua de Formadores*, 1-72.
- Costa, J. B. (2017). *Participação das Forças Armadas Portuguesas na ISAF*. Universidade Católica Portuguesa.
- Creswell, J. W. (2014). *Research Design: Qualitative, Quantitative, and Mixes Methods Approaches*. SAGE Publications.

Decreto-Lei n.º 236/99. (25 de junho de 1999). Diário da República n.º 146/1999, Série I-A de 1999-06-25. 3792-3843. Ministério da Defesa Nacional.
<https://dre.pt/dre/detalhe/decreto-lei/236-393000>

Decreto-Lei n.º 90/2015. (29 de maio de 2015). Diário da República n.º 104/2015, Série I. *Estatuto dos Militares das Forças Armadas*. Ministério da Defesa Nacional.
<https://dre.pt/dre/legislacao-consolidada/decreto-lei/2015-114793591>

Despacho n.º 12818/2013. (8 de outubro de 2013). Diário da República, 2.ª série - N.º 194. Gabinete do Chefe do Estado-Maior do Exército.

Despacho n.º 5813/2020. (27 de maio de 2020). Diário da República: II série, nº 103. 70-75. Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior.
<https://files.dre.pt/2s/2020/05/103000000/0007000075.pdf>

Escola das Armas. (2020). Movimento e Manobra no combate em Áreas Urbanas, a utilização de viaturas no TO da RCA. *Revista Militar da Escola das Armas - Armas Combinadas*, 22-29.

Exército Português. (2011). *Manual de Combate em Áreas Edificadas*, PDE-3-07-14. Exército Português.

Exército Português. (2012). *Operações*, PDE 3-00. Exército Português.

Exército Português. (2018). *Exército Português colabora na realização do Curso de Combate em Áreas Edificadas em Timor-Leste*. Exército Portugal:
<https://www.exercito.pt/pt/informacao-publica/noticias/772>

Exército Português. (2019). *Diretiva Estratégica do Exército 2019-2021*. Gabinete do Chefe de Estado-Maior do Exército.

Exército Português. (2021). *Centro de Formação e Treino de Combate em Áreas Edificadas da Escola das Armas passa a contar com mais cinco novos edifícios*. Exército Portugal: <https://www.exercito.pt/pt/informacao-publica/noticias/2412>

Exército Português. (2022). *Escola das Armas*. Exército Portugal:
<https://www.exercito.pt/pt/quem-somos/organizacao/ceme/cmdpess/df/ea>

- Exército Português. (2022). *Escola das Armas apoiou exercício de treino de Combate em Áreas Urbanas da Brigada Mecanizada*. Exército Portugal: <https://www.exercito.pt/pt/informacao-publica/noticias/3633>
- Exército Português. (2022). *Onde Estamos: Missões no Estrangeiro*. <https://www.exercito.pt/pt/onde-estamos/no-mundo?msclkid=04808cd6a91511ec9a174f0f03419ce4>
- Fortin, M.-F. (1999). *O Processo de Investigação: Da conceção à realização*. Lusociência.
- Gil, A. C. (2002). *Como Elaborar Projetos de Pesquisa* (4ª ed.). Atlas.
- Gil, A. C. (2008). *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social* (6º ed.). Atlas.
- Gonçalves, L. (2022). A formação a caminho da excelência. *Jornal do Exército*, 27-29.
- Grau, L. W., & Kipp, J. W. (1999). Urban Combat: Confronting the Specter. *Military Review*, 9-17.
- Greer, j. (2018). Training: The Foundation for Success in Combat. *The Heritage Foundation*, 37-45. <https://www.heritage.org/military-strength-topical-essays/2019-essays/training-the-foundation-success-combat>
- Guerra, I. C. (2006). *Pesquisa Qualitativa e Análise de Conteúdo: Sentidos e formas de uso*. Princípia.
- Håkansson, A. (2013). Portal of Research Methods and Methodologies for Research Projects and Degree Projects. *Proceedings of the International Conference on Frontiers in Education: Computer Science and Computer Engineering FECS'13*, 67-73.
- Lapan, S. D. (2012). *Qualitative Research: An Introduction to Methods and Designs*. John Wiley & Sons.
- Louro, J. (2012). O Centro de Excelência de Combate em Áreas Edificadas ao Serviço da Formação do Exército. *Azimuth N° 193*, 50-53.
- Machado, M. (2012). Mafra: Combate em Áreas Edificadas no Caminho da Excelência. *Revista Operacional*. <https://www.operacional.pt/mafra-combate-em-areas-edificadas-no-caminho-da-excelencia/>
- Maia, R. M. (2012). A Formação no Exército Português: Paradigma da sua Evolução para o Século XXI. *Revista Militar N.º 2524*, 489-508.

- Monteiro, S. (2020). A importância da certificação de forças no Combate em Ambiente Urbano para uma prontidão permanente. *Revista Militar da Escola das Armas - Armas Combinadas*, 40-45.
- Paulo, N., & Martins, E. (2020). A formação individual de base do Infante. *Revista Militar da Infantaria Portuguesa*, 120-125.
- Portaria n.º 301/2016. (30 de 11 de 2016). Diário da República n.º 230/2016, Série I. Ministério da Defesa Nacional.
<https://data.dre.pt/eli/port/301/2016/11/30/p/dre/pt/html>
- Portaria n.º 301/2016. (30 de novembro de 2016). Diário da República, 1.ª série - N.º 230. *Regulamento da Avaliação do Mérito dos Militares das Forças Armadas*. Ministério da Defesa Nacional.
- Prodanov, C. C., & Freitas, E. C. (2013). *Metodologia do Trabalho Científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa do Trabalho Académico*. Feevale.
- Quivy, R., & Campenhoudt, L. (1998). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Gradiva.
- Ramalho, J. P. (2009). O Aprontamento e Sustentação das Forças do Exército nas Missões Internacionais da NATO. *Nação e Defesa*(123 - 4º Série), 63-80.
- Ramos, G., Nunes, P. J., Rouco, J. C., Domingues, M. A., Dias, M. S., Resende, J. R., & Dias, L. S. (2018). Planeamento do treino de combate em ambiente urbano, utilizando realidade virtual e aumentada. *3rd International Symposium on Command and Leadership*. CINAMIL.
- RepLA. (06 de 09 de 2018). *Treino de combate em áreas urbanas - 3FND(Conj)/MINUSCA*.
- Rijo, F. (2019). Centro de Excelência de Combate em Áreas Edificadas - Um Projeto do Presente e para o Futuro. *Revista Militar da Escola das Armas - Armas Combinadas*, 66-71.
- Robson, C., & McCartan, K. (2016). *Real World Research*. Wiley.
- Romão, P. M. (2002). *Treino Operacional e Modelo de Formação Contínua do Exército*. [Trabalho Individual de Longa Duração - Curso de Estado Maior]. IUM.
- Rosado, D. P. (2015). *Sociologia da Gestão e das Organizações*. Gradiva.

- Santos, C. (2020). A FND/QRF no Afeganistão: Propostas de melhoria para o Treino Orientado para a Missão. *Revista Militar da Infantaria Portuguesa*, 82-85.
- Santos, J. E. (2016). *A participação de Portugal no Teatro de Operações Kosovo – o caso do 1º Batalhão de Infantaria Mecanizado*. [Trabalho de Investigação Aplicada]. <https://www.rcaap.pt/>
- Santos, L. A. (2013). Formação em Contexto Militar. *Revista Militar N.º 2533/2534*, 143-166.
- Saramago, B., Silva, R. e., Barreira, J. L., Borges, L., & Cavaleiro, F. (2018). O Treino Operacional nas Unidades de Infantaria. *Revista Militar da Infantaria Portuguesa*, 34-40.
- Sarmiento, M. (2013). *Metodologia Científica para a Elaboração, Escrita e Apresentação de Teses*. Universidade Lusíada Editora.
- Sousa, F. X. (2007). As Capacidades Militares Terrestres nas Operações de. *Revista Militar N.º 2470*, 1135-1154.
- Sousa, F. X. (2018). Evoluções no Exército Português, impulsionadas pelas Operações de Paz. *Revista Militar N.º 2595*, 273-305.
- US Army. (1988). *FM 25-100 Training the Force*. Department of the Army.
- US Army. (2006). *FM 3-06 Urban Operations*. US Army.
- US Army. (2008). *TC90-1 Training for Urban Operations*. US Army.
- US Army. (2011). *ATTP3-06 Combined Arms Operations in Urban Terrain*. Washington DC: US Army. <https://armypubs.army.mil>
- US Army. (23 de Agosto de 2012). *ADRP 7-0 Training Units and Developing Leaders*. US Army.
- Xavier, J. F. (2008). *Competências de comando do subalterno de Infantaria: Percepções de desempenho*. <https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/6991/1/Compet%c3%aancias%20de%20Comando%20do%20Subalterno%20de%20Infantaria%20-%20Percep%c3%a7%c3%b5e.PDF>

APÊNDICES

APÊNDICE A – ENTREVISTA EXPLORATÓRIA



ACADEMIA MILITAR

Entrevista Exploratória

Componente Formativa de Combate em Áreas Urbanas de um Oficial de Infantaria

Autor: Aspirante Oficial Aluno de Infantaria Francisco Duarte dos Santos de Sá

Orientador: Major de Infantaria Ricardo Jorge Parcelas Araújo e Silva

Coorientador: Major de Artilharia Tânia Mora Ferreira

**Mestrado Integrado em Ciências Militares, na Especialidade de Infantaria
Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada**

Lisboa, fevereiro de 2021

Preâmbulo:

Esta entrevista insere-se no âmbito do Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada, tendo em vista a obtenção do grau de Mestre em Ciências Militares, especialidade de Infantaria, subordinado ao tema “Componente Formativa de Combate em Áreas Urbanas de um Oficial de Infantaria”. Nesta investigação pretende-se aferir a perspetiva acerca da qualidade da formação em CAU durante os 5 anos do curso de Infantaria, correspondente aos anos na AM e ao ano do TPOI na EA/EPI, e compreender se está a obter o efeito desejado no desempenho dos Oficiais de Infantaria nas Unidades.

Pretende-se com esta entrevista exploratória abordar o tema em questão, irá ser bastante importante ouvir a sua opinião devido à sua longa experiência na formação especialmente no CAU.

Entrevistado: Diretor de Curso Infantaria AM Maj Inf Polho (antigo delegado NATO e gestor do CdECAE)

Data: 17-02-2021

- 1) Dados biográficos
- 2) Como é que poderei realizar a justificação do tema? De que forma é que é vista a formação, com que propósitos?
- 3) Acha que a formação militar deveria dar mais espaço ao CAU e retirar ao combate convencional?
- 4) Relativamente à reformulação do curso de instrutor de CAU, era possível ter acesso ao estudo? Da forma como fizeram?
- 5) Entrevistas a subalternos ou a capitães?
- 6) Mas poderíamos abordar na mesma só infantaria, porque depois até pode abrir as portas a quem queira estudar os 4 anos comuns, vinha sempre dar um contributo ao Exército e à formação.
- 7) Tendo em conta que já fez cursos nacionais como internacionais, quais são as principais diferenças para os outros países?
- 8) Essa falta de investimento vem do exército não ter capacidades monetárias ou do exército ter capacidades, mas o CAU não ser uma prioridade?

APÊNDICE B – INQUÉRITO POR QUESTIONÁRIO

QUESTIONÁRIO NA INTEGRA

O presente questionário surge no âmbito da investigação na elaboração do Trabalho de Investigação Aplicada (TIA), realizado pelo Aspirante Aluno de Infantaria Francisco Sá, com o tema "Componente Formativa de Combate em Áreas Urbanas de um Oficial de Infantaria".

Com este questionário pretende-se aferir a perspetiva dos Oficiais de Infantaria acerca da qualidade da formação em CAU durante os 5 anos do curso de Infantaria, correspondente aos 4 anos na AM e 1 ano do TPOI na EA/EPI e compreender se está a obter o efeito desejado no desempenho dos Oficiais de Infantaria nas Unidades.

O questionário é confidencial, sendo os dados recolhidos apenas utilizados para fins estatísticos.

Obrigado pela sua disponibilidade.

Asp Al Inf Francisco Sá

Dados Biográficos
1. Idade
2. Estado Civil
3. Posto
4. Unidade
5. Função
6. Curso Avançado de CAU (Ex: CICAU, IZUB)
7. Curso Frequentado
8. Em que ano?

Avaliação de qualidade dos Planos de Estudos e da Formação de CAU - Formação na AM

Nesta fase é pretendido que dê a sua apreciação numa 1ª fase relativamente aos Planos de estudos e Formação de CAU durante os 4 anos da AM, materializado na Área Curricular de FGM.

Adaptado de Centro Nacional de Formação de Formadores (2004)

Apresentação dos Planos de Estudos de CAU em FGM na AM em vigor (imagem)

Questões	Classificação
1. Conteúdos da Formação (Atuais)	(Inadequados) 1 a 5 (Totalmente adequados)
2. Estruturação da Componente Teórica	(Incorreta) 1 a 5 (Muito Correta)
3. Estruturação da Componente Prática	(Incorreta) 1 a 5 (Muito Correta)
4. Utilidade dos conteúdos	(Inaplicáveis) 1 a 5 (Totalmente Aplicáveis)
5. Motivação e vontade	(Frac) 1 a 5 (Plena)
6. Relacionamento entre Formandos	(Pouco Relevante) 1 a 5 (Muito Relevante)
7. Equipamentos e Tecnologia	(Deficientes) 1 a 5 (Totalmente adequados)
8. Documentação (PDE, Fichas de Instrução)	(Inadequada) 1 a 5 (Totalmente adequada)
9. Recursos (Infraestruturas)	(Pouco adequados) 1 a 5 (Totalmente adequados)
10. Qualidade dos instrutores	(Insuficiente) 1 a 5 (Muito elevada)
11. Indique 1 ou vários pontos FORTES da formação de CAU durante a formação na AM	
12. Indique 1 ou vários pontos a MELHORAR da formação de CAU durante a formação na AM	

Avaliação de qualidade dos Planos de Estudos e da Formação de CAU - Formação de CAU no TPOI na EA

Nesta 2ª fase, relativa ao período do ano na EA/EPI, durante o TPOI, na Área Curricular de Formação Tática.

Adaptado de Centro Nacional de Formação de Formadores (2004)

Apresentação dos Planos de Estudos de CAU no TPOI na EA em vigor (imagem)

Questões	Classificação
1. Conteúdos da Formação (Atuais)	(Inadequados) 1 a 5 (Totalmente adequados)
2. Estruturação	(Incorreta) 1 a 5 (Muito Correta)
3. Utilidade dos conteúdos	(Inaplicáveis) 1 a 5 (Totalmente Aplicáveis)

4. Motivação e vontade	(Frac) 1 a 5 (Plena)
5. Relacionamento entre Formandos	(Pouco Relevante) 1 a 5 (Muito Relevante)
6. Equipamentos e Tecnologia	(Deficientes) 1 a 5 (Totalmente adequados)
7. Documentação (PDE, Fichas de Instrução)	(Inadequada) 1 a 5 (Totalmente adequada)
8. Recursos (Infraestruturas)	(Pouco adequados) 1 a 5 (Totalmente adequados)
9. Qualidade dos instrutores	(Insuficiente) 1 a 5 (Muito elevada)
10. Indique 1 ou vários pontos FORTES da formação de CAU durante a formação no TPOI	
11. Indique 1 ou vários pontos a MELHORAR da formação de CAU durante a formação no TPOI	

Avaliação do Desempenho nas Unidades

Pretende-se nesta secção que avalie o desempenho, fruto da formação de CAU recebida durante a AM e TPOI, de funções de um Oficial de Infantaria nas Unidades, segundo as seguintes competências e outras aspetos relativos ao CAU. As funções neste caso incidem-se nas ações de treino, exercícios, formação e missões, no âmbito do CAU.

1 - Mau; 2- Insuficiente; 3- Suficiente; 4- Bom; 5- Muito Bom

Adaptado do EMFAR em Portaria n.º 301/2016 (2016) e dos Planos de Estudos de FGM (AM) e TPOI (EA) em vigor.

Questões	Classificação
1. Adaptabilidade às características das AU	(Mau) 1 a 5 (Muito Bom)
2. Autodomínio no CAU	(Mau) 1 a 5 (Muito Bom)
3. Comando e Controlo no CAU	(Mau) 1 a 5 (Muito Bom)
4. Tomada de decisão no CAU	(Mau) 1 a 5 (Muito Bom)
5. Iniciativa e Criatividade no CAU	(Mau) 1 a 5 (Muito Bom)
6. Planeamento em AU	(Mau) 1 a 5 (Muito Bom)
7. Liderança no CAU	(Mau) 1 a 5 (Muito Bom)
8. Técnicas de Entrada em Edifícios	(Mau) 1 a 5 (Muito Bom)
9. Técnicas de Limpeza de Compartimentos	(Mau) 1 a 5 (Muito Bom)
10. Técnicas de Limpeza de Corredores e Escadas	(Mau) 1 a 5 (Muito Bom)
11. Ações de Consolidação e Reorganização em Áreas Urbanas	(Mau) 1 a 5 (Muito Bom)
12. Ações em condições de visibilidade reduzida em CAU	(Mau) 1 a 5 (Muito Bom)

13. Comandar uma UE num deslocamento em Áreas Urbanas	(Mau) 1 a 5 (Muito Bom)
14. Comandar uma UE numa Limpeza de um Edifício	(Mau) 1 a 5 (Muito Bom)
15. Comandar uma UE na Limpeza de uma pequena povoação	(Mau) 1 a 5 (Muito Bom)
16. Qualidade Global do desempenho em CAU	(Mau) 1 a 5 (Muito Bom)
17. Considera que a formação de CAU recebida durante os 5 anos na AM e EA é suficiente para o desempenho de funções de comando no CAU nas Unidades?	
18. Que melhoramentos sugere na formação de CAU com vista ao aumento do desempenho nas Unidades?	

Exercício no Estrangeiro que incluiu CAU

Nota: Preencheram apenas os inquiridos que já participaram

Questões	Classificação
1. Realizou quantos Exercícios no Estrangeiro que incluísem CAU ?	
2. Em que país ou países?	
3. Como avalia a Formação de CAU em Portugal em relação a outros países, no geral?	(Muito Pior) 1 a 5 (Muito Melhor)
4. Quais foram os principais aspetos no CAU em que sentiu dificuldades?	
5. Que melhoramentos sugeria na Formação de CAU com base na sua experiência no(s) exercício(s)?	

Missão em TO no Estrangeiro

Nota: Preencheram apenas os inquiridos que já participaram

Questões	Classificação
1. Realizou quantas missões?	
2. Em que Teatros de Operações?	
3. Nas missões que realizou aplicou os conhecimentos de CAU?	
4. Qual é o nível de preparação em CAU de um Oficial de Infantaria	(Mau) 1 a 5 (Muito bom)
5. À-vontade no treino de CAU com os subordinados	(Muito Pouco) 1 a 5 (Muito à-vontade)
6. Aplicação da Formação de CAU recebida à realidade dos TO	(Inaplicáveis) 1 a 5 (Totalmente aplicável)

7. Necessidade de Formação extra para o desempenhar de funções de comando em CAU nos TO	(Não há necessidade) 1 a 5 (Muita necessidade)
8. Quais foram os principais aspetos no CAU em que sentiu dificuldades?	
9. Que melhoramentos sugeria na Formação de CAU com base na sua experiência na missão ou missões?	

ANÁLISE ESTATÍSTICA DOS QUESTIONÁRIOS

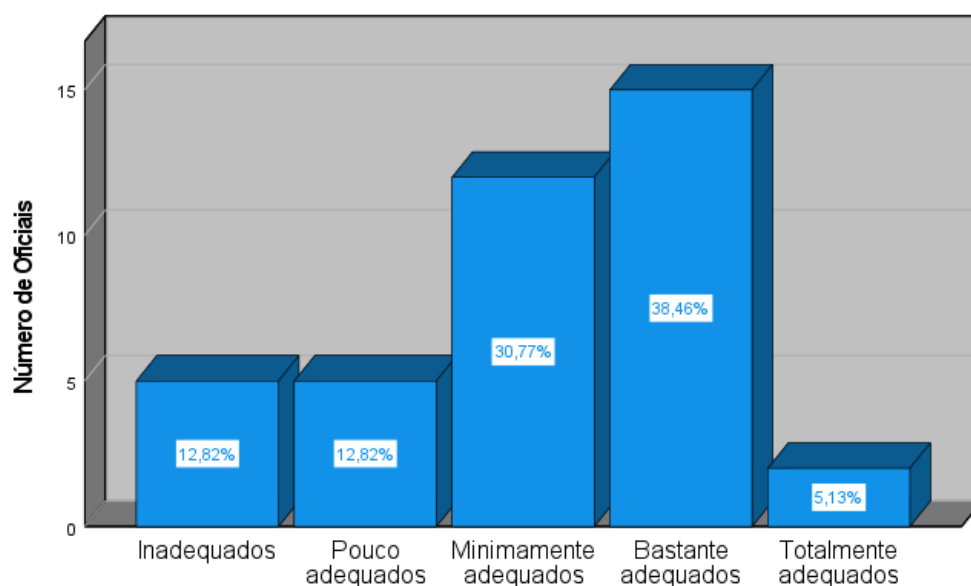


Figura 10 Conteúdos da Formação – AM

Fonte: Elaboração Própria

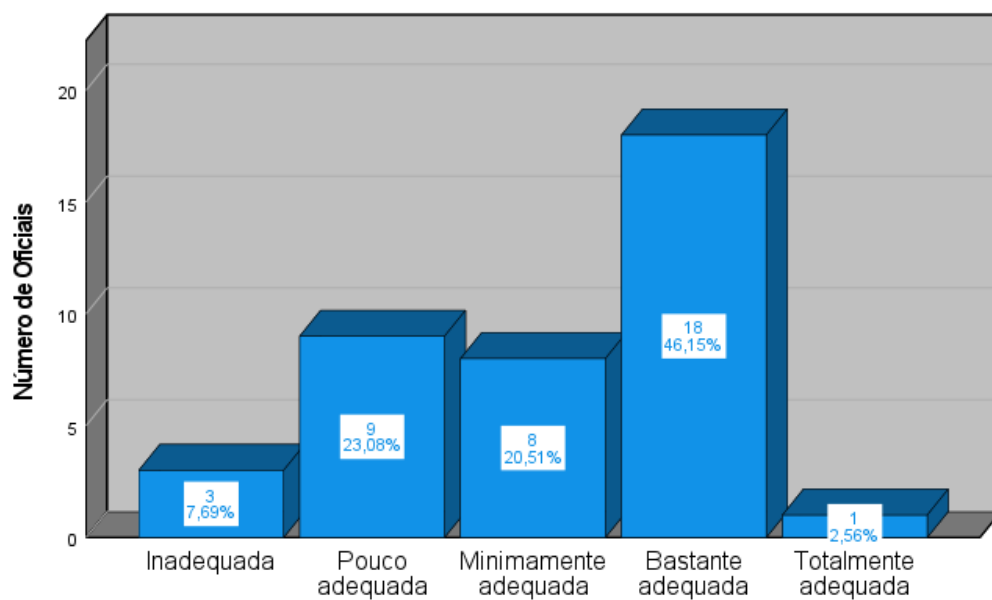


Figura 11 Documentação (PDE, Fichas de instrução) – AM

Fonte: Elaboração Própria

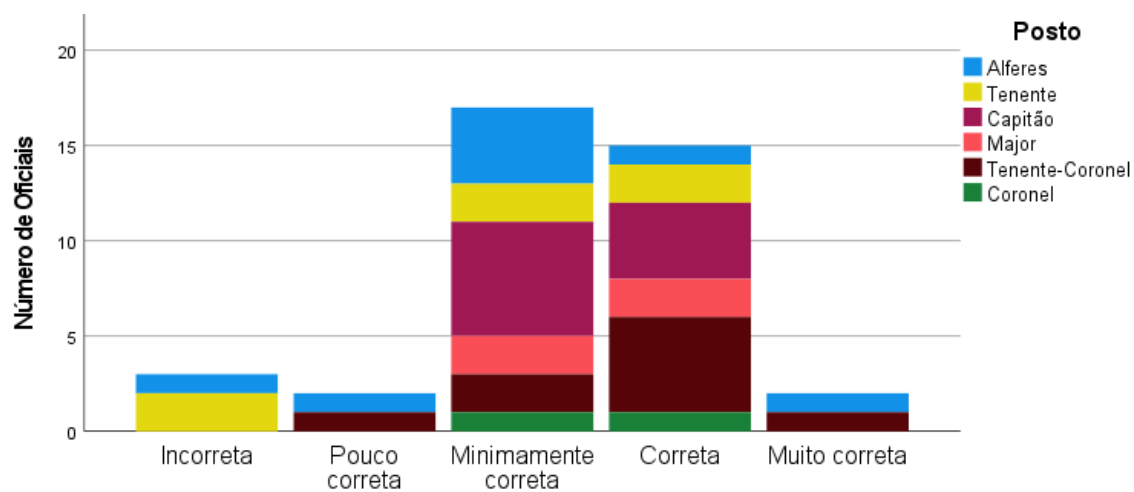


Figura 12 Estruturação da Componente Teórica

Fonte: Elaboração Própria

Tabela 2 Utilidade dos conteúdos - AM

	Frequência	Porcentagem	Porcentagem acumulativa
Inaplicáveis	2	5,1	5,1
Pouco aplicáveis	5	12,8	17,9
Minimamente aplicáveis	10	25,6	43,6
Bastante aplicáveis	17	43,6	87,2
Totalmente aplicáveis	5	12,8	100,0
Total	39	100,0	

Fonte: Elaboração Própria

Tabela 3 Equipamentos e Tecnologia - AM

	Frequência	Porcentagem	Porcentagem acumulativa
Deficientes	8	20,5	20,5
Ligeiramente deficientes	13	33,3	53,8
Minimamente adequados	7	17,9	71,8
Bastante adequados	11	28,2	100,0
Total	39	100,0	

Fonte: Elaboração Própria

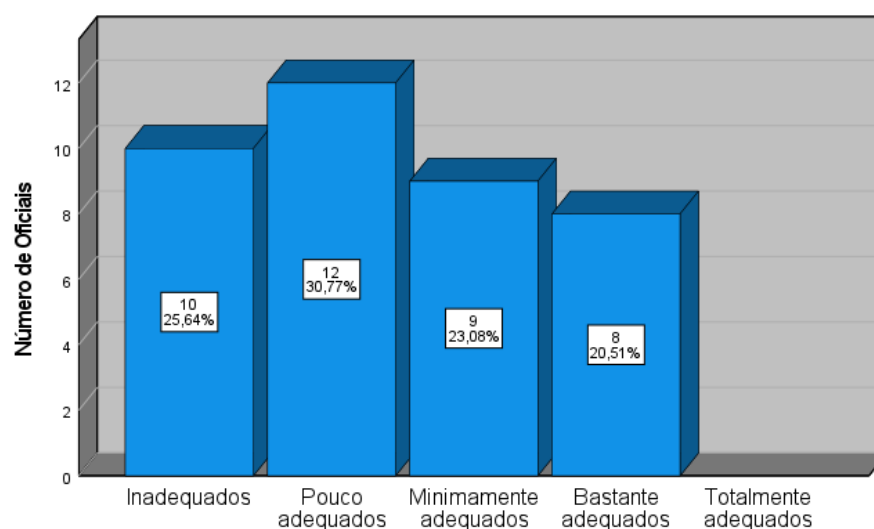


Figura 13 Recursos (Infraestruturas) – AM

Fonte: Elaboração Própria

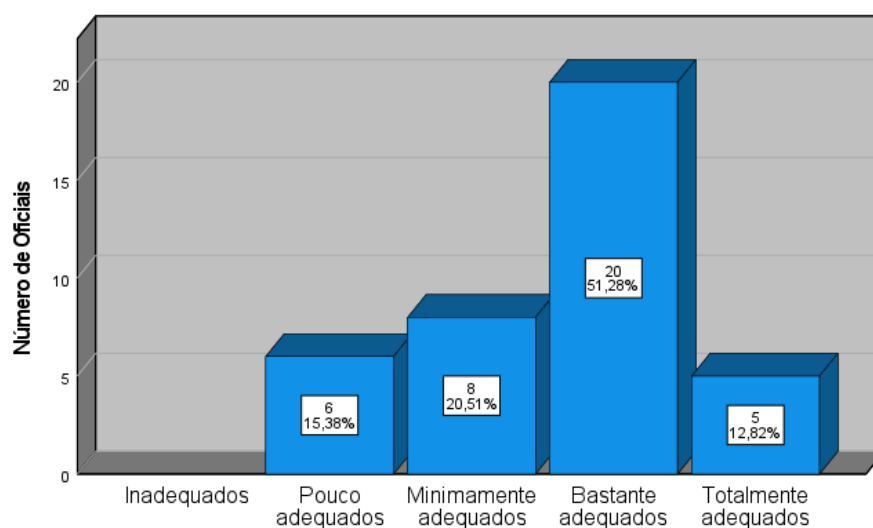


Figura 14 Conteúdos da Formação – TPOI

Fonte: Elaboração Própria

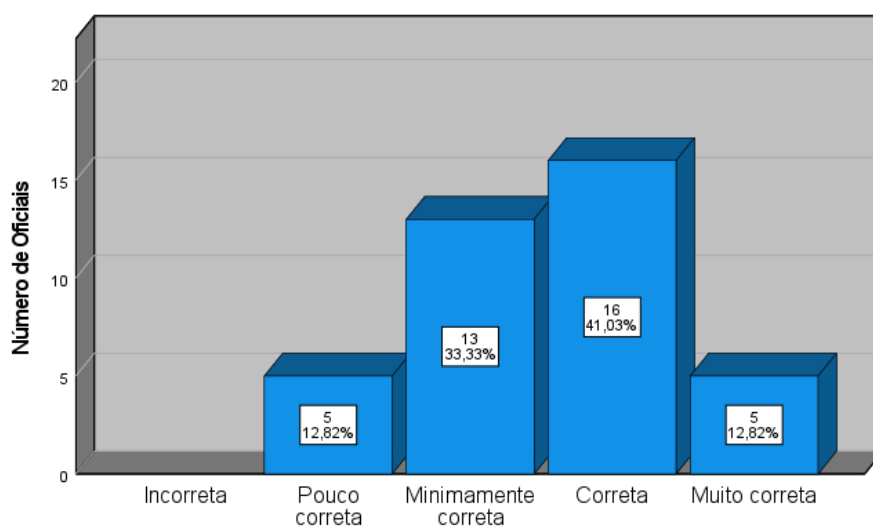


Figura 15 Estruturação – TPOI

Fonte: Elaboração Própria

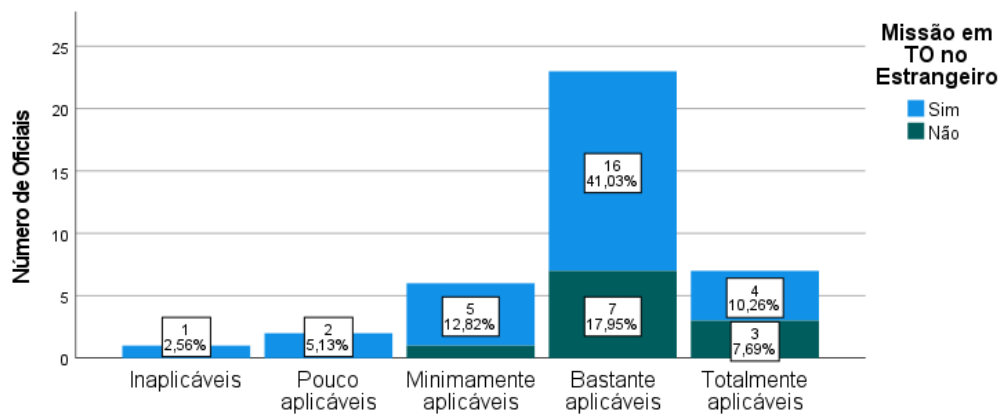


Figura 16 Utilidade de conteúdos – TPOI

Fonte: Elaboração Própria

Tabela 4 Motivação e vontade - TPOI

	Frequência	Porcentagem	Porcentagem acumulativa
Pouca	5	12,8	12,8
Alguma	5	12,8	25,6
Bastante	15	38,5	64,1
Plena	14	35,9	100,0
Total	39	100,0	

Fonte: Elaboração Própria

Tabela 5 Relacionamento entre formandos - TPOI

	Frequência	Porcentagem	Porcentagem acumulativa
Pouco relevante	4	10,3	10,3
Relevante	7	17,9	28,2
Bastante relevante	13	33,3	61,5
Muito relevante	15	38,5	100,0
Total	39	100,0	

Fonte: Elaboração Própria

Tabela 6 Equipamentos e Tecnologia – TPOI

	Frequência	Porcentagem	Porcentagem acumulativa
Deficientes	1	2,6	2,6
Ligeiramente deficientes	6	15,4	17,9
Minimamente adequados	10	25,6	43,6
Bastante adequados	18	46,2	89,7
Totalmente adequados	4	10,3	100,0
Total	39	100,0	

Fonte: Elaboração Própria

Tabela 7 Resultados das respostas do desempenho dos oficiais nas unidades

	Mau		Insuficiente		Suficiente		Bom		Muito bom	
	Número de Oficiais	Porcentagem	Número de Oficiais	Porcentagem	Número de Oficiais	Porcentagem	Número de Oficiais	Porcentagem	Número de Oficiais	Porcentagem
Adaptabilidade às características das AU	0	0,0%	1	2,6%	18	46,2%	16	41,0%	4	10,3%
Autodomínio no CAU	0	0,0%	5	12,8%	16	41,0%	16	41,0%	2	5,1%
Comando e Controlo no CAU	0	0,0%	4	10,3%	17	43,6%	16	41,0%	2	5,1%
Tomada de decisão no CAU	0	0,0%	4	10,3%	12	30,8%	21	53,8%	2	5,1%
Iniciativa e Criatividade no CAU	0	0,0%	2	5,1%	15	38,5%	19	48,7%	3	7,7%
Planeamento em AU	0	0,0%	2	5,1%	18	46,2%	17	43,6%	2	5,1%
Liderança no CAU	0	0,0%	2	5,1%	15	38,5%	20	51,3%	2	5,1%
Técnicas de Entrada em Edifícios	2	5,1%	5	12,8%	11	28,2%	16	41,0%	5	12,8%
Técnicas de Limpeza de Compartimentos	0	0,0%	3	7,7%	14	35,9%	18	46,2%	4	10,3%
Técnicas de Limpeza de Corredores e Escadas	0	0,0%	1	2,6%	15	38,5%	21	53,8%	2	5,1%
Ações de Consolidação e Reorganização em AU	0	0,0%	4	10,3%	14	35,9%	21	53,8%	0	0,0%
Ações em condições de visibilidade reduzida em CAU	4	10,3%	4	10,3%	19	48,7%	12	30,8%	0	0,0%
Comandar uma UE num deslocamento em AU	0	0,0%	1	2,6%	14	35,9%	23	59,0%	1	2,6%
Comandar uma UE numa Limpeza de um Edifício	0	0,0%	1	2,6%	14	35,9%	23	59,0%	1	2,6%
Comandar uma UE na Limpeza de uma pequena povoação	0	0,0%	7	17,9%	14	35,9%	17	43,6%	1	2,6%

Fonte: Elaboração Própria

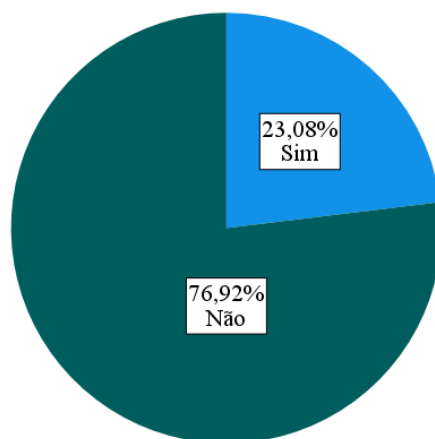


Figura 17 Se os 5 anos de formação são suficientes para o desempenho de funções de comando no CAU nas unidades

Fonte: Elaboração Própria

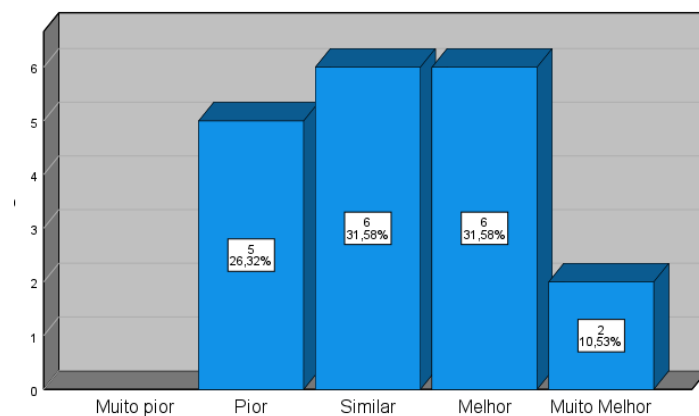


Figura 18 Avaliação da formação de CAU em Portugal em relação a outros países

Fonte: Elaboração Própria

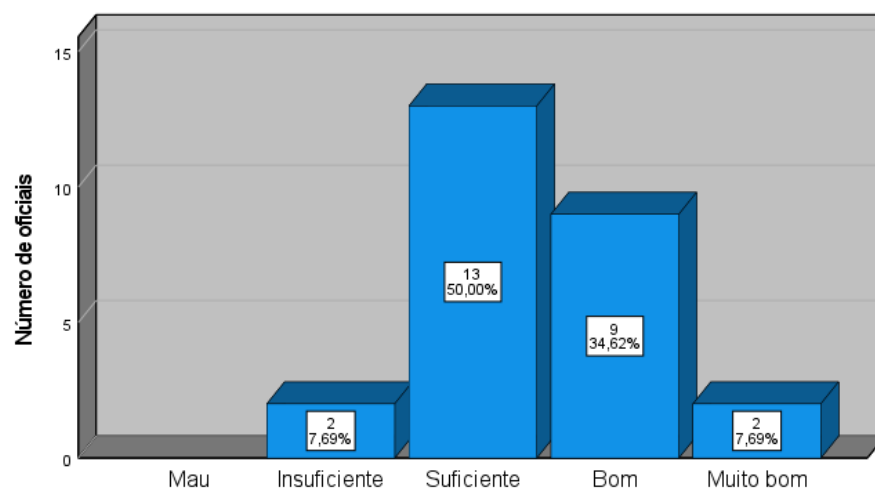


Figura 19 Nível de preparação em CAU de um Oficial de Infantaria

Fonte: Elaboração Própria

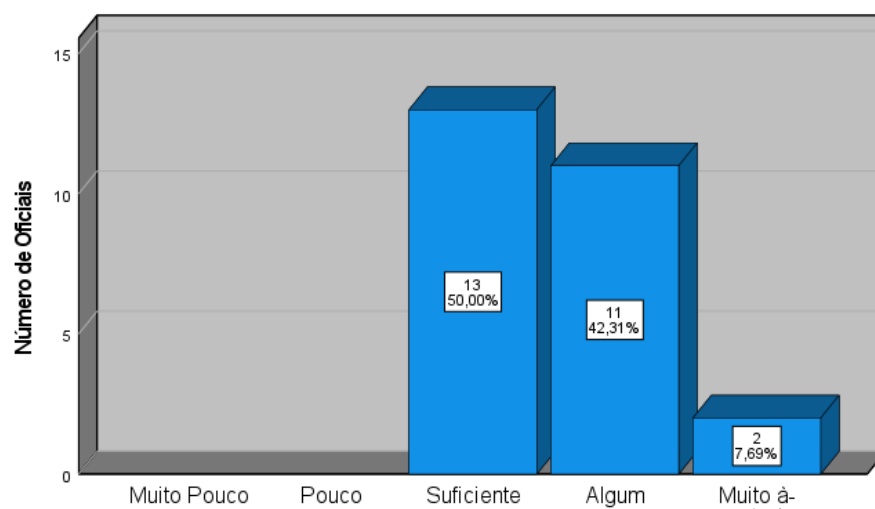


Figura 20 À-vontade no treino de CAU com os subordinados

Fonte: Elaboração Própria

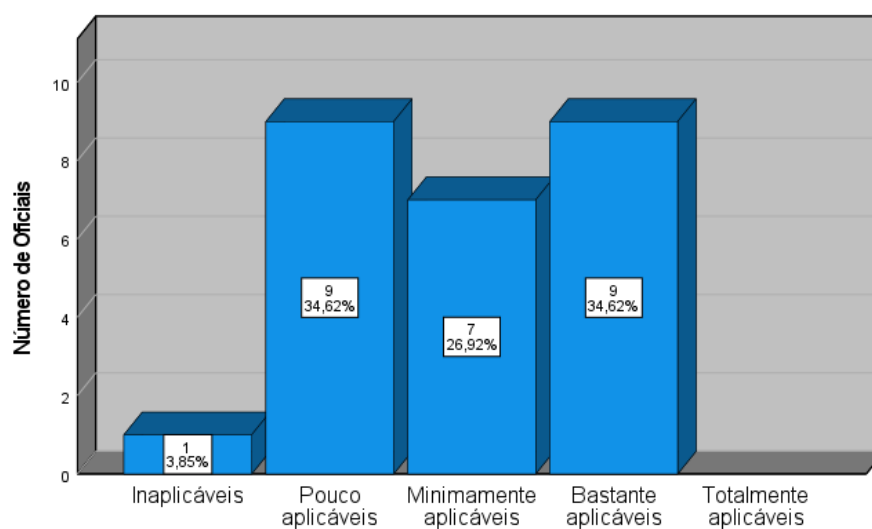


Figura 21 Aplicação da Formação de CAU recebida à realidade dos TO

Fonte: Elaboração Própria

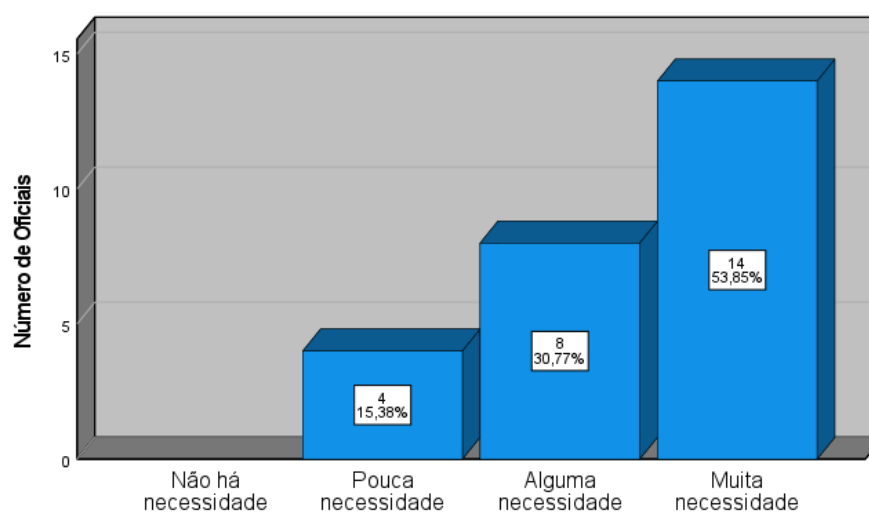


Figura 22 Necessidade de Formação extra para o desempenhar de funções de comando em CAU nos TO

Fonte: Elaboração Própria

APÊNDICE C – ENTREVISTAS



ACADEMIA MILITAR

Entrevista

Componente Formativa de Combate em Áreas Urbanas de um Oficial de Infantaria

Autor: Aspirante Oficial Aluno de Infantaria Francisco Duarte dos Santos de Sá

Orientador: Major de Infantaria Ricardo Jorge Parcelas Araújo e Silva

Coorientador: Major de Artilharia Tânia Ferreira

**Mestrado Integrado em Ciências Militares, na Especialidade de Infantaria
Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada**

Lisboa, abril de 2022

Preâmbulo:

Esta entrevista insere-se no âmbito do Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada, tendo em vista a obtenção do grau de Mestre em Ciências Militares, especialidade de Infantaria, subordinado ao tema “Componente Formativa de Combate em Áreas Urbanas de um Oficial de Infantaria”. Nesta investigação pretende-se aferir a perspetiva acerca da qualidade da formação em CAU durante os 5 anos do curso de Infantaria, correspondente aos anos na AM e ao ano do TPOI na EA/EPI, e compreender se está a obter o efeito desejado no desempenho dos Oficiais de Infantaria nas Unidades.

Pretende-se com esta entrevista semiestruturada abordar alguns assuntos relacionados com o CAU, e compreender com base na sua experiência e nas funções que desempenha atualmente quais os seus pontos de vista, com o objetivo de melhorar e evoluir a formação em CAU dada aos Oficiais de Infantaria.

1) Dados biográficos

- a. Nome Completo:
- b. Posto:
- c. Arma:
- d. Unidade:
- e. Cargo/Função:
- f. Funções que já desempenhou no âmbito da formação, CAU e CdECAE:
- g. Cursos no âmbito do CAU e anos correspondentes:
- h. Missões? Em que Teatros de Operações? Aplicou os conhecimentos de CAU?

2) Questões

E1 - Diretor de Curso Infantaria TPOI Cap Inf Marcos

Data: 08-04-2022

- 1) Como é a ligação da formação de CAU dada na AM e a ministrada no TPOI? Os aspirantes vêm com boas bases ou não?
- 2) O tempo dedicado a CAU é suficiente ou devia ser mais? Se não for possível aumentar o tempo como o rentabilizar melhor?
- 3) Com base na sua experiência do curso no CENZUB, acha que os conteúdos e técnicas se encontram atuais e que alterações deveriam ser feitas nos planos de estudos (por exemplo para o próximo ano ou no futuro)?

- 4) Considera então que o recém alferes devem passar pelas unidades operacionais antes de irem dar formação?
- 5) Qual é o nível que acha que os aspirantes de Infantaria saem dos 5^a anos de formação para as Unidades e de que forma se poderia melhorar esse nível?

E2 - Oficial Formador Coordenador (OFC) de CAU em FGM na AM Cap Cav Lopes

Data: 20-04-2022

- 1) O tempo dedicado a CAU é suficiente ou devia ser mais? Se não for possível aumentar o tempo como o rentabilizar melhor?
- 2) Os conteúdos e técnicas ministrados durante a formação de CAU encontram-se atuais? Que alterações deveriam ser feitas nos planos de estudos (por exemplo para o próximo ano ou no futuro)?
- 3) Em que fase se encontra o projeto de infraestruturas de CAU (Centro de Treino de Combate em Áreas Urbanas)? É uma prioridade ou não? Que mudanças irá trazer à formação?
- 4) Os cadetes-alunos/aspirantes-alunos saem com um bom nível em CAU e de que forma se poderia melhorar esse nível, com que alterações?

E3 - Diretor de Curso Infantaria AM Maj Inf Polho

Data: 18-04-2022

- 1) Acha que os conteúdos ministrados e técnicas durante a formação estão atuais? Que alterações deveriam ser feitas?
- 2) Qual é a ligação entre a formação de CAU na AM e no TPOI?
- 3) Acha que os militares deveriam ter experiência em unidades operacionais de CAU antes de darem formação?
- 4) De que forma se poderia rentabilizar melhor a formação em CAU?
- 5) Acha que um recém alferes de Infantaria, no âmbito do CAU, está apto para o desempenho de funções de Cmdt nas Unidades ou para dar formação?
- 6) Sugere então que devir haver, no 4º ano, uma componente prática associada ao planeamento em tática de infantaria, para que depois no TPOI fosse mais para aprofundar?

E4 - Gestor de Projeto CdECAE e Delegado NATO CAU TCor Parcelas

Data: 28-04-2022

- 1) Como se encontra o processo de criação e evolução do CdECAE ? (tendo em conta que o projeto que se iniciou em 2010 e supostamente terminará em 2023)
- 2) O CdECAE foi criado com objetivo da acreditação NATO e todas essas capacidades são necessárias para atingir esse fim? Vai ser possível a acreditação?
- 3) O CAU é uma preocupação/prioridade para o Exército?
- 4) Existe processo de treino e acreditação das forças em aprontamento para os TO no âmbito do CAU?
- 5) Por exemplo como fazem em França, as FND antes de serem destacadas deveriam ir à EA executar várias ações, para que os formadores do CdECAE pudessem avaliar a força, seria possível?
- 6) Quais são as suas funções enquanto delegado NATO de CAU? Qual é a ligação entre a NATO e o Exército?
- 7) Qual é a sua opinião relativamente à formação dada na AM e na EA (TPOI)?
- 8) Existe ligação entre a formação dada na AM e no TPOI?
- 9) Qual é o nível que acha que os aspirantes de Infantaria saem dos 5^a anos de formação para as Unidades e de que forma se poderia melhorar esse nível?

ANÁLISE DAS ENTREVISTAS

Quadro 6 Análise das Entrevistas

Designação	E1	E2	E3	E4
Posto	Capitão	Capitão	Major	Tenente-Coronel
Arma	Infantaria	Cavalaria	Infantaria	Infantaria
Função	Diretor de Curso TPOI	Oficial Formador Coordenador (OFC) de CAU na AM	Diretor de Curso de Infantaria e Regente da AC Tática de Infantaria I e II	Gestor de Projeto CdECAE (LPM), Delegado NATO CAU, Cmdt do Batalhão Apoio à Formação EA

Funções na Formação de CAU	Instrutor de tiro no CdECAE, Diretor de Curso TPOI	OFC de CAU na AM desde 2019	Delegado da NATO CAU; Gestor de Projeto CdCAE; instrutor TPOI, CFS; instrutor CICAU; diretor de curso de TPOI e CFSI; chefe do módulo de formação da manobra na EA (incluída a de CAU);	Diretor de Curso TPOI, instrutor de CAU
Cursos CAU	CICAU 2012; CENZUB 2013;	CICAU 2019	CICAU; formação de curso de combate em AU no País de Gales no campo treino da SAS; formação de planeamento em AU CENZUB;	CICAU, CPC de planeamento no EUA, formação e acompanhamento do processo de certificação de forças no CENZUB
Missões (CAU)	Uganda – UTM Somália ministrar formação em CAU (Treino de Trainers, e formação	–	Chefe projeto cooperação técnico-militar S. Tomé e Príncipe, 1º Curso de CAU (2009); preparou em CAU uma força para a Somália (2012); Destacado para a Somália – planeamento de operações; (CAU inclusive) (2013).	Cooperação técnico-militar Timor-Leste (formador de CAU)

Tema		Pontos - chave
Formação o AM	Geral	E4 - "A AM prepara os cadetes para as preocupações gerais da parte técnica e tática, mas de um forma generalista"
	Conteúdo e Documentação	E2 - "está alinhada de acordo com a doutrina nacional foram retiradas muitas coisas do (..) curso do CICAU"; "a realidade vai mudando, e há técnicas que a nível operacional entram em desuso"; E3 - "a formação dada na AM seja baseada naquilo que está no PDE de CAU e que se guia de próprias NEP's da AM, sendo que em 11 anos muita coisa evoluiu"; "nestes manuais não está explicada a parte de técnico-prática, quem lê tem de interpretar de que modo aplica os conceitos";
	Estruturação	E2 - "primeiro ano que é TIC são aprendidas as bases do CAU"; "segundo ano já se começa a trabalhar secção"; "terceiro ano continua-se com secção, mas começa-se a

		abordar em pelotão"; "quarto ano é pelotão (..) limpeza de povoações e outros tipos de ações.";
		E3 - "no papel está apto porque recebeu os módulos todos, mas tem que se ver toda a conjuntura dos módulos dados, o espaçamento de tempo, em que condições, com que prática";
	Recursos (Infraestruturas)	E2 - "Este projeto foi criado em 2019/2020 (...) no entanto estamos em 2022 e ainda nada se encontra feito"; "seria um grande passo, em consideração o custo-benefício para melhorar de forma abrupta a formação em CAU e mesmo para motivar os cadetes a treinar";
	Qualidade de instrutores	E3- "necessidade é a formação de qualidade de quem está a dar formação na AM (...) alguém com o curso de instrutor, alguém que participa em seminários, em reuniões ou que tenha uma ligação direta à EA, na parte dos procedimentos técnicos";
		E4- "A AM quando vem a Maфра nos BFM usufrui daquilo que é melhor no CAU em Portugal, em termos de infraestruturas, mas se não tem bons instrutores a rentabilidade é reduzida"
	Rentabilização da Formação	E2 - "rentabilizar a formação de CAU nas poucas condições que temos, seria tentar manter a motivação nesta área por parte dos formandos através de por exemplo STX"; "só existe um BFM com um Centro de Treinos"; "centro de treinos"; "fazer a pista de tiro de CAU que está no referencial"; "uma opção seria a prática com armas de airsoft";
		E3 - "aulas transversais de tática geral na parte do conceito das operações em AU (...) através de palestras, aulas de tática geral, algo comum a todos"; "parte prática, tem que ser dado por módulos intensivos";

Tema		Pontos - chave
Formação TPOI	Geral	E4 - "a EA vai dar outras capacidades técnicas que não são dadas na AM, porque muitas vezes podemos pensar que estamos a repetir conceitos e TTP's na EA, mas é normal, porque é preciso ver essa evolução e perceber as diferenças que existem"
	Conteúdo e Estruturação	E1 - "técnicas e inovações"; "São úteis e fazem sentido, mas se na componente operacional não forem testadas, é difícil introduzir na formação";
		E3 - "Em termos práticos e táticos, a formação dada no TPO são módulos muito semelhantes ao do CICAU, de forma mais condensada"; "dá uma visão mais pormenorizada da dificuldade e complexidade do AU"; "Em termos doutrinários da EA, há uma necessidade e existe um complemento que é dado no CICAU em relação ao TPOI";

		E4 - "quando queremos aprofundar para aspetos mais específicos tem de ser na Escola"; na "EA para a mesma tarefa vamos aumentar o nível do padrão de desempenho";
	Qualidade de instrutores	E3 - "sem dúvida que temos os melhores instrutores de CAU na EA"; "a EA é a entidade que mais sabe ou deveria saber sobre o CAU"; E4- "porque tem cá o pessoal que está no topo da formação"; "aqui na EA temos instrutores que vão ao CENZUB, aos EUA, a Inglaterra, vão onde tiverem de ir para receber formação, para depois replicar nos formados";
	Rentabilização da Formação	E1 - "incidir sobre TTP's úteis, mantendo a motivação, com cenários o mais aproximados das condições reais" Ligação entre a AM e a EA (TPOI) - Tabela seguinte

Tema	Pontos - chave
Ligação AM - EA (TPOI)	E1 - "a ligação da Formação de um modo geral e neste caso do CAU, deveria ser aprimorada, para que assim que os aspirantes chegassem a Mafra pudessemos iniciar num nível mais avançado e não ter que ficar demasiado tempo nas bases" E2 - "acredito que para o TPOI os cadetes deveriam ir melhor formados, para chegarem lá com um melhor nível"; "ter a noção que esta formação é comum a todas as armas e serviços"; E3 - "não há nenhuma ligação entre a formação dada na AM com a que é dada na EA (CdECAE), nem nunca houve esta interligação nos últimos 15/20 anos"; "Não há ligação entre corpo de alunos (FGM) e a EA, não havendo ligação dos procedimentos táticos e doutrina envolvida, é impossível haver uma continuidade lógica na formação"
Nível geral do aspirante quando é colocado nas unidades	E1 - "a formação está orientada para que isso aconteça, mas claro que à certas condicionantes"; "se poderiam sair mais bem preparados, claramente"; E2 - "as infraestruturas iriam dar um salto enorme na formação de CAU na AM"; E3 - "Se está otimamente preparado não está, em termos técnicos estará, mas para fazer um planeamento tático correto e assertivo em CAU não me parece que esteja"; "não está nas melhores condições para comandar num contexto urbano complexo"
Soluções para um melhor desempenho nas unidades	E1 - "Existem duas opções, ou realmente vão para as unidades operacionais, atuam em contexto operacional ou treino operacional e depois vêm para as unidades de formação com esse "know how (...) ou os oficiais que estão nas unidades de formação devem ir de tempos a tempos às unidades operacionais ver como o pessoal no contexto operacional está a atuar em certos tipos de ações"

	E3 - "ir a missões é uma experiência, com um conjunto de LA que podem ser uma mais valia, agora quem está na EA tem de se preocupar com a certificação e validação desta informação e verificar se está correto, porque muitas das adaptações feitas nas missões não significam que estejam corretas, correram bem daquela vez mas podem não se enquadrar em alguns critérios, como a exequibilidade, segurança, e em alguns princípios da condução das operações.";
--	---

Fonte: Elaboração Própria

ANEXOS

ANEXO A – CENTRO DE EXCELÊNCIA DE COMBATE EM ÁREAS EDIFICADAS (CdECAE)



Figura 23 Vista Aérea “Bairro da Lata”

Fonte: (Exército Português, 2021)

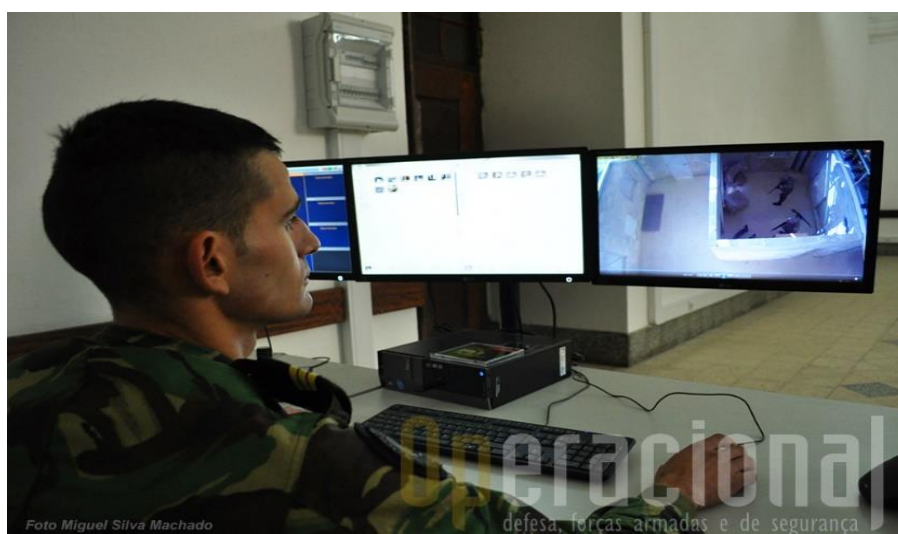


Figura 24 Sala de Planeamento

Fonte: (Machado, 2012)



Figura 25 Centro de Simulação de Treino e Tiro

Fonte: (Machado, 2012)

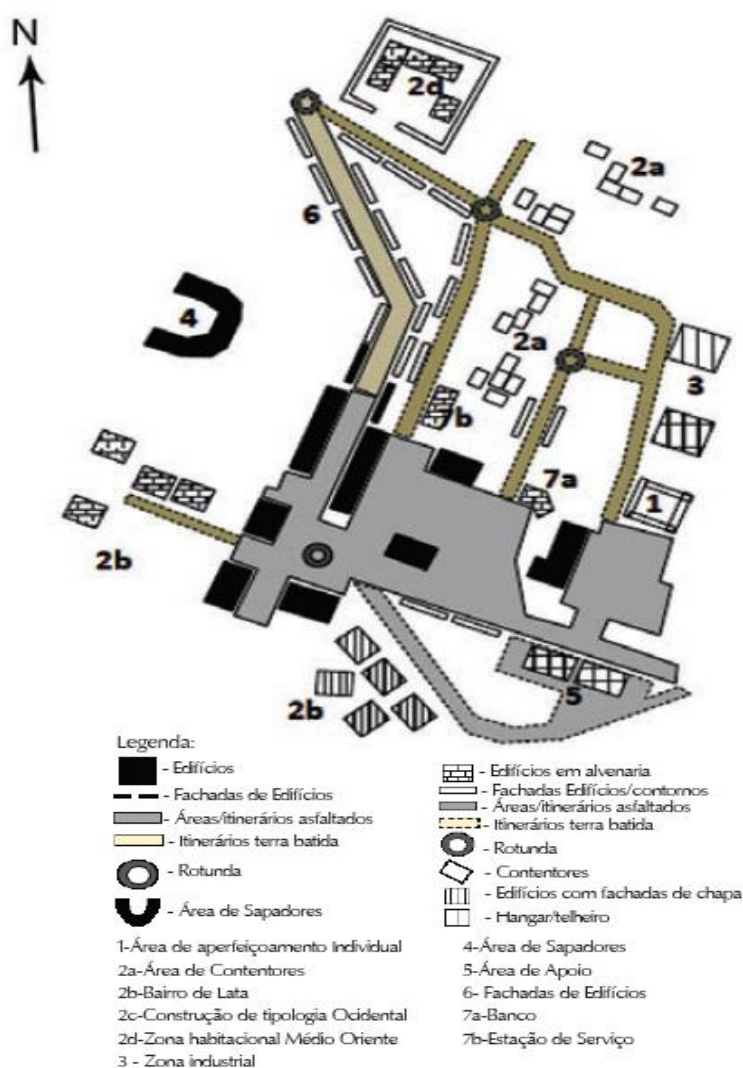


Figura 26 Projeto final da “Aldeia de Camões”

Fonte: (Rijo, 2019)

ANEXO B – REFERENCIAL DE FORMAÇÃO FGM/CICLO DE ESTUDOS AM

ACADEMIA MILITAR

CORPO DE ALUNOS



DEPARTAMENTO DE FORMAÇÃO MILITAR

REFERENCIAL DE FORMAÇÃO GERAL MILITAR

Ano Letivo: 2021-2022

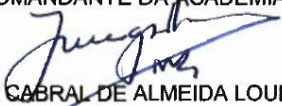
NÃO CLASSIFICADO

CARTA DE PROMULGAÇÃO

1. Este Referencial define o conceito geral de Formação Geral Militar a ministrar aos Alunos da Academia Militar.
2. Descreve a Formação Geral Militar, no âmbito das disciplinas do Grupo II – Educação Física e Desportos e do Grupo III - Formação Geral Militar.
3. É um documento "NÃO CLASSIFICADO" que trata exclusivamente de assuntos escolares.
4. É permitido fazer extratos deste documento, para apoio dos Instrutores, sem autorização da entidade que o promulgou.

Academia Militar, 22 de fevereiro de 2022

O COMANDANTE DA ACADEMIA MILITAR


JOÃO CARLOS CABRAL DE ALMEIDA LOUREIRO MAGALHÃES
MAJOR-GENERAL

NÃO CLASSIFICADO

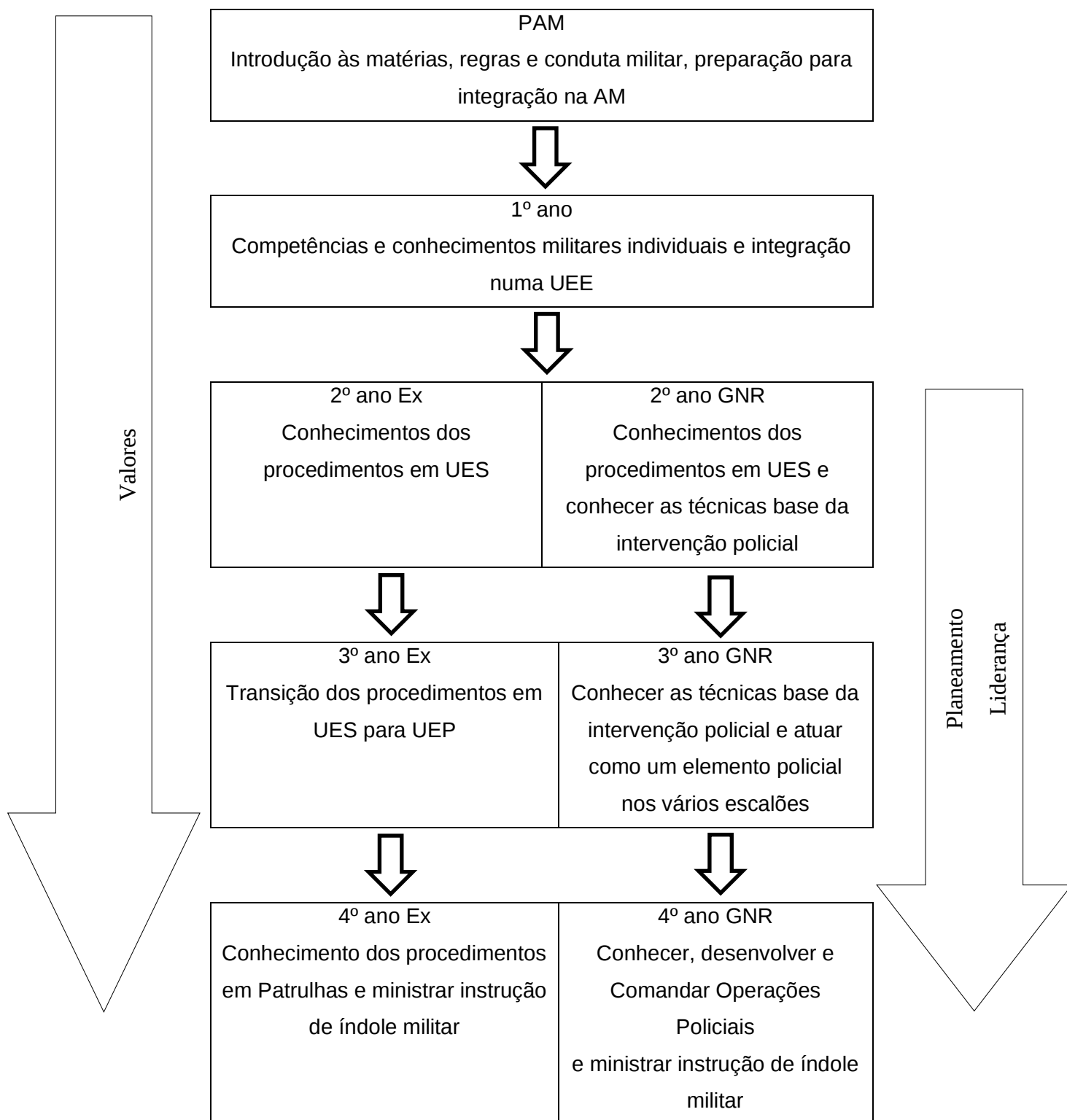
a. MÓDULOS NUCLEARES

	1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano
Ex	TIC	TCS	TCS/ Patr	Patr
GNR		TCS/TTIP	TTIP	OPol

b. RELAÇÃO DOS MÓDULOS E OS DOMÍNIOS DE CONHECIMENTO



PERCURSO FORMATIVO



c. PROGRAMA

- (1) O programa contempla o conjunto de Objetivos Específicos (OE), por módulos, a serem ministrados desde a Prova de Aptidão Militar ao 4º ano.
- (2) Os OE são vertidos em Tempos de Instrução (TI) teóricos e/ou práticos, podendo ser ministrados ao longo dos semestres e/ou dos BFM.
- (3) O programa é implementado com o racional de 03 semanas de instrução para a PAM e de 45 TI por semestre para os 1º, 2º, 3º e 4º anos.
- (4) Distribuição dos TI ao longo dos semestres, por módulo e ano:

	PAM	1º Ano	2º Ano		3º Ano		4º Ano	
			Ex	GNR	Ex	GNR	Ex	GNR
ADMSUB								5
ATI	7	5	10	10	8	8		3
CAU		8	13	7	11		21	
NBQR		2	2					
MCM	16	8						
GE			3					
ICI	4	3						
LMI		2	6		5	6	6	9
LA							3	
Lid			3					
MI			6		6	6	16	13
Mont		F.Compl						
NVI	4							
OPol						4		38
OUN	19	7	2			6		
Patr					6		27	
PG		5						
Plan			8		6		3	
PPA	3							
Sap		6						3
SAS							3	
Sob		F.Compl						
AME							F.Compl	
TCLS		F.Compl						
TIC	8	12						
TCS		3	24	16	37			
TPOAP			F.Compl					
TTIP				13		48		3
Topo	4	10	1					
Tm	3	8	1	2		2		
ADC	2	1	1	1	1	1	1	1
RF		1	1	1	1		1	
Avaliações	5	9	9	9	9	9	9	9
TOTAL	75	90	90	90	90	90	90	90

Seguidamente, são especificados os módulos, com a designação de cada OE.

d. ESPECIFICAÇÃO DOS MÓDULOS

(1) Combate em Ambiente Urbano (CAU)

(a) Público-alvo	1º e 2º anos, 3º e 4º Ex.
(b) Finalidade	Desenvolver as competências técnicas desde o nível individual ao coletivo e conhecer os princípios e as Técnicas, Táticas e Procedimentos do Combate em Ambiente Urbano.
(c) Objetivos Específicos:	
Código	Designação
CAU 01-01	Introdução ao Combate em Ambiente Urbano / Características das Áreas Urbanas.
CAU 01-02	Compreender e empregar as técnicas de referenciação de objetivos no Combate em Ambiente Urbano.
CAU 01-03	Identificar e compreender os meios de comunicação alternativos no Combate em Ambiente Urbano.
CAU 01-04	Compreender e empregar o vocabulário específico do Combate em Ambiente Urbano.
CAU 01-05	Compreender e empregar as técnicas de marcação de edifícios e identificar material de marcação.
CAU 01-06	Compreender e empregar as técnicas de transporte / níveis da arma.
CAU 01-07	Compreender e empregar as técnicas de camuflagem em Ambiente Urbano.
CAU 01-08	Compreender e empregar as técnicas de progressão individual em Ambiente Urbano.
CAU 01-09	Compreender e empregar as técnicas de entrada em edifícios.
CAU 01-10	Compreender e empregar as técnicas de limpeza de compartimentos (parelha/esquadra)
CAU 01-11	Pista TIC CAU.
CAU 01-12	Caracterizar a organização de uma Unidade de Escalão Pelotão e Secção para o Combate em Áreas Urbanas.
CAU 01-13	Caracterizar a organização e as ações de uma unidade de Escalão Pelotão e Secção nos deslocamentos em Áreas Urbanas.

CAU 01-14	Caracterizar a organização e as ações de uma Unidade de Escalão Secção na limpeza de corredores e escadas.
CAU 01-15	Caracterizar a organização e as ações de uma Unidade de Escalão Secção no Assalto a um edifício.
CAU 01-16	Caracterizar a organização e as ações de uma Unidade de Escalão Secção na consolidação e reorganização em Áreas Urbanas.
CAU 01-17	Caracterizar a preparação interna e externa de um edifício para defesa.
CAU 01-18	Pista de Secção CAU.
CAU 01-19	Caracterizar a Natureza das operações do Combate em Ambiente Urbano.
CAU 01-20	Caracterizar as Condições das Operações em Ambiente Urbano.
CAU 01-21	Características das operações ofensivas em CAU / emprego de armamento.
CAU 01-22	Características das operações defensivas em CAU / Apoio de fogos.
CAU 01-23	Caracterizar as ações de uma Unidade de Escalão Pelotão no Assalto a um edifício.
CAU 01-24	Caracterizar a organização e as ações de uma Unidade de Escalão Pelotão na consolidação e reorganização em Áreas Urbanas.
CAU 01-25	Pista Tiro CAU.
CAU 01-26	Caracterizar as operações subterrâneas em CAU.
CAU 01-27	Caracterizar as ações de uma Unidade de Escalão Pelotão na limpeza de uma pequena povoação.
CAU 01-28	Caracterizar as operações urbanas em condições de visibilidade reduzida em CAU.
CAU 01-29	Planear e executar o Assalto a um edifício com uma Unidade de Escalão Pelotão / STX.
(a) Tempos de Instrução	60 TI.
(b) Método pedagógico	Expositivo, Demonstrativo e Ativo.

ANEXO C – PLANO/CICLO DE ESTUDOS TPOI

Quadro 7 Plano de Estudos Geral TPOI

Especificação da Formação TPOI/Plano de estudos TPOI							
ÁREAS CURRICULARES		MÓDULOS	OBJETIVOS GERAIS	P	NP	T	ECTS
ÁREAS CURRICULARES COM ECTS	A - Formação Geral Militar	A1 – Administração de Subunidades	Conhecer o Sistema Administrativo inerente ao desempenho das suas atribuições, numa unidade escalão Companhia. Conhecer a documentação em uso para registo de pessoal e material inerente ao desempenho das suas atribuições, numa unidade escalão Companhia.	3	4		
		A2 – Legislação Militar	Conhecer os Regulamentos em uso no Exército, no que respeita à elaboração de processos, com relevância para a legislação de justiça e disciplina.	3	5		
		A3 – Defesa NBQR	Conhecer as ações a tomar por um comandante de uma unidade de escalão pelotão a operar em meio contaminado com os meios de Defesa NBQR.	1	1		
		A4 – Segurança Militar	Conhecer as normas e procedimentos relativos à segurança do Pessoal, do Material e das Instalações Militares. Conhecer as instruções para a segurança militar, salvaguarda e defesa de matérias classificadas - SEGMIL1.	3	2		
		A5 – Planos e Infraestruturas de Tiro	Conhecer os vários Planos de Tiro existentes nas forças militares, nomeadamente, formação, manutenção e operacional. Conhecer a metodologia de instrução de tiro em uso nas forças militares. Conhecer as normas das Carreiras de Tiro.	2	3		
		A6 – Palestras	Dotar os Aspirantes-alunos com conhecimentos militares de interesse geral.	6	0		
		A7 – Primeiros Socorros em Campanha	Prestar os primeiros socorros a vítimas em risco de vida. Proceder à execução de técnicas em vítimas de trauma. Conduzir ações de triagem e evacuação (método START).	5	6		
		A8 – Gestão do Risco	Conhecer o processo de gestão do risco.	1	4		
		A9 – Avaliação	Executar um teste de avaliação de conhecimentos.	1	0		
		SUBTOTAL		25	25	50	2,00
	B - Formação Técnica	B1 - Organização e Procedimentos, e ações comuns no PelAt de Infantaria	B1.1 - Dotar os Aspirantes - Alunos com os conhecimentos técnicos e táticos sobre a organização, Procedimentos de Comando e Ações Comuns no Pelotão de Atiradores.	40	6		
		B2 - Tarefas Críticas do Pelotão de Atiradores	B2.1 - Dotar os Aspirantes - Alunos com os conhecimentos técnicos e táticos sobre Tarefas Críticas do Pelotão de Atiradores.	26	5		
		B3 – Sapadores	B3.1 - Dotar os Aspirantes - Alunos com conhecimentos sobre Sapadores de Infantaria	26	2		

		B4 – Transmissões	B4.1 - Dotar os Aspirantes - Alunos com conhecimentos sobre Transmissões de Infantaria	13	0		
		B5 – Armamento	B5.1 - Complementar e dotar os Aspirantes - Alunos com conhecimentos sobre a Armamento ligeiro.	26	14		
			B5.2 - Complementar e dotar os Aspirantes - Alunos com conhecimentos sobre a Metralhadora Ligeira MG1A3 7,62mm.				
			B5.3 - Complementar e dotar os Aspirantes - Alunos com conhecimentos sobre Lança Granadas e Canh SR.				
			B5.4 - Complementar e dotar os Aspirantes - Alunos com conhecimentos sobre a Metralhadora Pesada BROWNING 12,7mm M/95.				
		B6 – Tiro Armas Ligeiras, Médias e Pesadas	B6.1 - Conhecer os fundamentos e medidas a tomar com armas de fogo.	72	25		
			B6.2 - Executar sessões de tiro com Espingarda.				
			B6.3 - Executar sessões de tiro com Pistola.				
			B6.4 - Executar sessões de tiro com várias armas.				
			B6.5 - Proporcionar aos Aspirantes - Alunos a execução de fogo real com diversos sistemas de armas da CAT / CAtMec / PelAt / PelAtMec.				
		SUBTOTAL		203	52	255	10,2
	C - Formação Tática	C1 - Pelotão de Atiradores nas Operações Defensivas	C1.1 - Dotar os Aspirantes - Alunos com os conhecimentos técnicos e táticos sobre o Pelotão de Atiradores nas Operações Defensivas.	25	0		
		C2 - Pelotão de Atiradores nas Operações Ofensivas	C2.1 – Dotar os Aspirantes - Alunos com os conhecimentos técnicos e táticos sobre Pelotão de Atiradores nas Operações Ofensivas e na Marcha para o Contacto.	33	2		
		C3 - Pelotão de Atiradores Mecanizados / VBR PANDUR	C3.1 - Dotar os Aspirantes - Alunos com os conhecimentos técnicos e táticos sobre as viaturas VBTP M113 e VBR PANDUR.	16	22		
		C4 - Pelotão de Atiradores em CAU	C4.1 - Dotar os Aspirantes - Alunos com os conhecimentos técnicos e táticos sobre a organização, Procedimentos de Comando e Ações Comuns no Pelotão de Atiradores em CAU	23	0		
		C5 - Pelotão de Atiradores em Patrulhas	C5.1 - Dotar os Aspirantes - Alunos com os conhecimentos técnicos e táticos sobre o Pelotão de Atiradores em Patrulhas	33	2		
		C6 - Operações Militares	C6.1 - Planeamento e Participação em Operações Militares	28 9	0		
			C6.2 - Participar num Exercício de Liderança				

		SUBTOTAL	419	26	445	17,8
		SUBTOTAL COM ECTS	647	103	750	30,00
D - Formação Complementar	D1 - Treino Físico Geral	D.1.1 - Métodos Preparatórios Objetivo: Aquisição da condição física de base	66	0		
		D.1.2 - Avaliação Objetivo: Assegurar de que da prática das atividades físicas não resulta perigo para a saúde dos praticantes; verificar se com a aplicação dos programas se atingem os níveis de exigência fixados; Certificar que todas as atividades se desenvolvem na via dos objetivos definida; Investigar os desajustamentos, definir responsabilidades e introduzir os respetivos elementos corretores.				
	D2. Treino Físico de Aplicação Militar	D2.1 - Métodos de Aplicação Militar				
		D2.2 - Avaliação				
	D3 - À disposição do Comando	D3.1 - Proporcionar aos alunos a participação nas atividades cerimoniais inerentes à Unidade e ao Tirocínio, cumprindo os procedimentos protocolares e cerimoniais regulamentados.	7	2		
	D4 - Jornadas de Integração	D4.1 – Efetuar a Apresentação da Cadeia de Comando da Escola das Armas (EA), orientar os formandos na receção dos equipamentos e armamento que irão utilizar ao longo da formação, mostrar as áreas de instrução da EA, diagnosticar as capacidades físicas dos novos formandos.	17	0		
	D5 - Exercício de Nivelamento	D5.1 - Diagnosticar as perícias e competências dos Aspirantes Alunos no desempenho de funções e cumprimento de tarefas ao nível individual, ao nível de Secção de Atiradores, bem como, proporcionar a formação orientada para a prática, complementando e consolidando os conhecimentos teóricos apreendidos, devendo relevar o exercício da formação militar, científica, técnica, física e comportamental indispensável aos futuros Oficiais de Infantaria.	12	0		
SUBTOTAL			102	2	104	4,16
TOTAL DE TEMPOS ESCOLARES & ECTS			749	105	854	34

Fonte: Disponibilizado por Escola das Armas

Quadro 8 Plano de Estudos CAU TPOI

MÓDULO	OBJECTIVOS GERAIS		TE			
Cód - DESIGNAÇÃO	Cód	DESIGNAÇÃO	D	N	N P	T
Modulo A - Formação Geral Militar						
C4 - Pelotão de Atiradores em CAU	C4.1. 1	Caraterizar as ações do Pel em Operações de CAU	2			
	C4.1. 2	Comandar o PelAt nos Deslocamentos em Áreas Edificadas	4	3		
	C4.1. 3	Comandar o PelAt na Limpeza de um Edifício	4	3		
	C4.1. 4	Comandar o PelAt na limpeza de uma pequena povoação	4	2		
	C4	Efetuar a Prova de Avaliação de Conhecimentos	1			
	Subtotal		15	8	0	23

Fonte: Disponibilizado por Escola das Armas

ANEXO D – PROJETO CENTRO DE TREINO DE COMBATE EM ÁREAS URBANAS NA AM



Figura 27 Projeto AM CTCAU A

Fonte: Disponibilizado por Academia Militar